

GESSILENE SILVEIRA KANTHACK

**CLÍTICOS NO PORTUGUÊS
BRASILEIRO**

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
FLORIANÓPOLIS – 2002

GESSILENE SILVEIRA KANTHACK

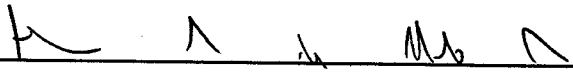
CLÍTICOS NO PORTUGUÊS BRASILEIRO

Tese de Doutorado, na Área de Teoria e Análise Lingüística, apresentada ao Curso de Pós-Graduação em Lingüística, da Universidade Federal de Santa Catarina, como requisito parcial à obtenção do título de Doutor em Lingüística.

Orientador: Prof. Dr. Carlos Miotto

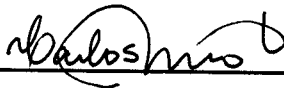
Florianópolis - 2002

Esta tese foi julgada adequada para a obtenção do título de
Doutor em Lingüística
e aprovada em sua forma final pelo Programa de Pós-Graduação em
Lingüística da Universidade Federal de Santa Catarina.

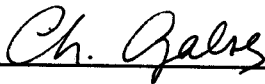


Prof. Dr. Heronides Maurílio de Melo Moura
Coordenador do Curso de Pós-Graduação em Lingüística


Banca Examinadora:



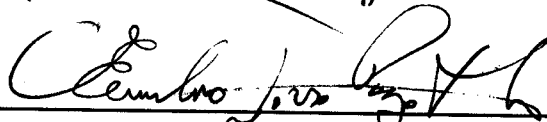
Prof. Dr. Carlos Mioto
(Orientador - UFSC)



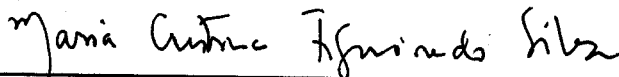
Profa. Dra. Charlotte C. Galves
(Membro - UNICAMP)



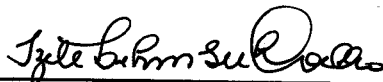
Profa. Dra. Sandra Mara Silvério
(Membro - UFRR/CNPq)



Prof. Dr. Emílio G. Pagotto
(Membro - UFSC)



Profa. Dra. Maria Cristina Figueiredo Silva
(Membro - UFSC)



Profa. Dra. Izete Lehmkuhl Coelho
(Suplente - UFSC)

PAPOS

- Me disseram....**
- Disseram-me.
- Hein?
- O correto é “disseram-me”. Não “me disseram”.
- O quê?
- Digo-te que você...
- O “te” e o “você” não combinam.
- Lhe digo?
- Também não. O que você ia me dizer?
- Que você está sendo grosseiro, pedante e chato. E que eu vou te partir a cara. Lhe partir a cara. Partir a sua cara. Como é que se diz?
- Partir-te a cara.
- Pois é. Parti-la hei de, se você não parar de me corrigir. Ou corrigir-me.
- É para o seu bem.
- Dispensó as suas correções. Vê se esquece-me. Falo como bem entender.
- Mais uma correção e eu...**
- O quê?
- O mato.
- Que mato?
- Mato-o. Mato-lhe. Mato você. Matar-lhe-ei-te. Ouviu bem?
- Eu só estava querendo...
- Pois esqueça-o e pára-te. Pronome no lugar certo é elitismo!
- Se você prefere falar errado...
- Falo como todo mundo fala. O importante é me entenderem. Ou entenderem-me?
- No caso... não sei.
- Ah, não sabe? Não o sabes? Sabes-lo não?
- Esquece.
- Não. Como “esquece”. Você prefere falar errado? E o certo é “esquece” ou “esqueça”? Ilumine-me. Me diga. Ensines-lo-me, vamos.
- Depende.
- Depende. Perfeito. Não o sabes. Ensinar-me-lo-ias se o soubesses, mas não sabes-o.
- Está bem, está bem. Desculpe. Fale como quiser.
- Agradeço-lhe a permissão para falar errado que mas dá. Mas não posso mais dizer-lo-te o que dizer-te-ia.
- Por quê?
- Porque, com todo este papo, esqueci-lo.

(Luis Fernando Veríssimo, 2001:65-66)

*Aos meus dois amores:
meu marido Carlos, pela vontade de viver e continuar ao
meu lado; e meu filho Rafael, que está a caminho.*

AGRADECIMENTOS

A Deus, por tudo;

Ao professor Carlos Mioto, pelo incentivo dado desde o início da minha formação acadêmica em Viçosa, pelas orientações, pela confiança depositada e, sobretudo, pela amizade e respeito com que acolheu as minhas dificuldades;

Ao Curso de Pós-Graduação em Lingüística, seus coordenadores, funcionários, e, em especial, a todos os professores, pelos valiosos ensinamentos transmitidos através das disciplinas e trabalhos desenvolvidos;

Aos professores Edair Gorski e Heronides Maurílio de Melo Moura pela orientação dos trabalhos de qualificação;

Às professoras Maria Cristina Figueiredo Silva, Ruth Lopes e Sônia Cyrino, pelos comentários e sugestões que apresentaram durante o Exame de Qualificação do Projeto de Tese;

Aos colegas de Curso, em especial à Sílvia Nascimento, por ter compartilhado algumas das minhas dificuldades;

Às amigas Cátia, Tita e Cecília, grandes companheiras;

Aos amigos Ricardo, Elaine, Dalila e Natália, por terem me acolhido;

Ao meu pai, Zezé, *in memoriam*, responsável por esta vitória;

À minha mãe, Licinha, e a todos os meus familiares, por me amarem o bastante e tolerarem as minhas ausências;

Ao meu marido, Carlos, pelo amor, carinho e compreensão dedicados sempre;

Ao Sr. Carlos e Vani, por terem me aceitado fazer parte da família;

Ao CNPQ, pela concessão da Bolsa de Estudos;

A todos, o meu reconhecimento e a mais profunda gratidão: **Obrigada!**

SUMÁRIO

RESUMO.....	IX
ABSTRACT.....	X
INTRODUÇÃO.....	01

CAPÍTULO I

1. Os clíticos pronominais e suas particularidades: o começo de uma pesquisa.....	06
1.1. Introdução.....	06
1.2. Os clíticos e suas propriedades.....	07
1.2.1. Os clíticos não se comportam como DPs lexicais ou pronomes não- clíticos.....	07
1.2.2. Os DPs lexicais e os pronomes não-clíticos não se comportam como os clíticos.....	12
1.2.3 O clítico é um núcleo.....	16
1.3. Os clíticos e alguns fenômenos.....	21
1.3.1. A interpolação.....	21
1.3.2. A lei Tobler-Mussafia.....	23
1.3.3. Aglomeração de clíticos.....	26
1.3.4. Redobramento pelo clítico.....	31
1.4. Resumo do primeiro capítulo.....	33

CAPÍTULO II

2. Os clíticos pronominais à luz da teoria da Gramática Gerativa: I parte.....	34
2.1. Introdução.....	34
2.2. As questões em destaque: o estatuto, a posição de origem e o movimento do clítico.....	35
2.2.1. A proposta de Raposo (1998)	35
2.2.2. A proposta de Franco (1999)	41
2.2.3. A proposta de Sportiche (2000)	47
2.3. Resumo do segundo capítulo.....	52

CAPÍTULO III

3. Os clíticos pronominais à luz da teoria da Gramática Gerativa: II parte.....	54
3.1. Introdução.....	54
3.2. As questões em destaque: o movimento e o posicionamento final do clítico e do verbo.....	54
3.2.1. A proposta de Kayne (1991)	54
3.2.2. A proposta de Rizzi (1993) e Belletti (1995)	59
3.2.3. A proposta de Uriagereka (1995)	66
3.2.4. A proposta de Raposo (2000)	73
3.2.5. A proposta de Galves (2001)	80
3.3. Resumo do terceiro capítulo.....	87

CAPÍTULO IV

4. O sistema de clíticos pronominais do Português Brasileiro: um sistema defectivo ou em mudança.....	90
4.1. Introdução.....	90
4.2. O posicionamento do clítico no PB: o que revelam as pesquisas diacrônicas e sincrônicas.....	91
4.3. A diminuição de uso dos clíticos: o que revelam as pesquisas diacrônicas e sincrônicas.....	95
4.4. Uma explicação para o desaparecimento do clítico acusativo de terceira pessoa no PB.....	100
4.4.1. A proposta de Nunes (1993)	100
4.4.2. A proposta de Galves (2001)	106
4.5. Resumo do quarto capítulo.....	111

CAPÍTULO V

5. O comportamento dos clíticos pronominais no Português Brasileiro.....	113
5.1. Introdução.....	113
5.2. O posicionamento dos clíticos.....	113
5.2.1. A posição do clítico em sentenças com um só verbo.....	114
5.2.1.1. Com um só verbo finito.....	115
5.2.1.2. Com um só verbo não-finito.....	116
5.2.2. A posição do clítico em sentenças com dois ou mais verbos adjacentes.....	118
5.2.2.1. Os clíticos de primeiro grupo.....	119

5.2.2.2. O clítico de segundo grupo.....	123
5.2.3. A posição do clítico em sentenças com participio passivo.....	127
5.2.4. O comportamento dos clíticos no início de sentenças.....	129
5.2.5. A impossibilidade de realização de mais de um clítico na mesma sentença.....	130
5.3. Resumo do quinto capítulo.....	132

CAPÍTULO VI

6. Uma análise para o comportamento dos clíticos pronominais no Português Brasileiro.....	134
6.1. Introdução.....	134
6.2. O estatuto dos clíticos no PB.....	136
6.3. O tipo de movimento realizado pelos clíticos de primeiro grupo e as suas posições finais.....	138
6.4. O tipo de movimento realizado pelos clíticos de segundo grupo e as suas posições finais.....	143
6.5. Resumo do sexto capítulo.....	148

CONCLUSÃO.....	150
-----------------------	------------

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	156
--	------------

RESUMO

Trata-se de um estudo sintático que descreve as principais propriedades ostentadas por uma classe de elementos que têm um comportamento particular nas línguas românicas: os clíticos pronominais. São elementos que, na maioria das vezes, correspondem a um argumento interno do verbo; porém, nas sentenças, eles não ocupam a posição de um verdadeiro argumento. Eles ocorrem, normalmente, adjacentes a um verbo, o que os caracteriza como elemento nuclear. No Português Brasileiro, em especial, os clíticos se destacam em dois aspectos: o primeiro diz respeito a certos posicionamentos dos clíticos em relação ao verbo, e o segundo, ao fato de o sistema de clíticos ser defectivo. Estudar o primeiro aspecto é o principal objetivo do trabalho. Além de apresentar uma descrição de todas as possíveis colocações dos clíticos no PB, inclusive daqueles que são pouco usados na atualidade, o trabalho busca apoio em análises realizadas no âmbito da teoria da Gramática Gerativa para explicar o comportamento dos clíticos no PB.

ABSTRACT

It is a question of a syntax study that describes the main properties displayed to a group of elements that show a peculiar behavior in Romance languages: pronominal clitics. They are elements which, in most of times, correspond to an internal argument of the verb; but, in sentences, they don't take in the true argument position. They occur, normally, adjacent to a verb, which characterizes them as nuclear element. In Brazilian Portuguese, especially, the clitics outstand in two aspects: the first requires respect to certain position of clitics related to the verb, and the second related to the fact that the system of clitics be defective. Outstanding the first aspect is the principal aim of the work. Besides presenting a description of all clitics the possible placements in PB, including those that are rather used up-to-date, the work searches for support in accomplished analyses in the originated Generative Grammar theory scope in order to explain the clitics behavior in PB.

INTRODUÇÃO

Dos vários fenômenos verificados na sintaxe das línguas românicas, um deles se destaca por estar associado a uma classe de itens que tem um comportamento bastante peculiar. Trata-se dos elementos comumente chamados de clíticos pronominais que, na sentença, ocupam uma posição que nenhum outro constituinte que valha por um argumento pode ocupar. Normalmente, eles ocorrem imediatamente antes ou depois do verbo, sendo este um posicionamento que varia de língua para língua.

Nos estudos já realizados sobre os clíticos do Português Brasileiro (doravante PB), particularmente, dois aspectos se destacam: o primeiro diz respeito a certos posicionamentos dos clíticos em relação ao verbo, e o segundo, à baixa ocorrência desses elementos, em especial o acusativo de terceira pessoa que tem cedido lugar para formas alternativas como o objeto nulo e o pronome tônico. Isto é, em situações que em outras línguas, por exemplo, o Português Europeu (daqui em diante PE), se usa ou só pode se usar um clítico, no PB o que ocorre é uma das formas alternativas. Duarte (1986), Cyrino (1990) e Luize (1997), por exemplo, apontam que, no geral, o clítico acusativo de terceira pessoa é a forma menos usada para representar o objeto direto no PB. Para Galves (2001), esse tipo de clítico não é mais produzido pela gramática “nuclear” da língua, que legitima atualmente apenas clíticos de primeira e segunda pessoa.

Que o clítico *o* esteja praticamente extinto do PB falado, realmente não podemos negar. Entretanto, quando consultamos falantes (escolarizados) sobre sentenças em que ocorre tal clítico, o que vemos são julgamentos

bastante convergentes no que diz respeito ao seu uso e posicionamento. Podemos admitir, como já afirmaram vários estudiosos (entre eles, Corrêa (1991)), que esta situação é produto da aprendizagem escolar. Ao ser usado, o clítico *o* chama a atenção por apresentar uma sistematicidade no que se refere ao seu posicionamento em relação ao verbo. Por exemplo, com verbos infinitivos, a colocação desse clítico aparece como uma exceção à regra geral do PB: ele aparece em posição pós-verbal, como constataram, por exemplo, Monteiro (1994) e Luize (1997). Além dessa particularidade, o clítico *o*, quando é licenciado ao lado do verbo infinitivo, tem uma consoante líquida como *onset* superficializada. São aspectos como esses que pretendemos investigar no presente trabalho.

Assim, a pesquisa terá como principal finalidade descrever e explicar, a partir do arcabouço teórico da Gramática Gerativa, as possíveis colocações de clíticos usadas na atualidade, inclusive aquelas que não têm muita relevância estatística nos corpora do PB, como as que envolvem o clítico acusativo de terceira pessoa. Acreditamos que a pouca relevância estatística não anula o interesse que a investigação desperta, pois mesmo neste universo restrito pode ser pesquisado que tipo de conhecimento lingüístico os falantes revelam quando usam algo que é pouco natural como o clítico *o*. Além disso, é intrigante o fato de os clíticos de primeira e segunda pessoa terem comportamento diversificado em relação ao de terceira, comportamento que pode ser concebido como marca de que as propriedades destes clíticos são diversas.

A opção por esta postura nasceu da observação de que é possível estabelecer contrastes bem definidos no universo dos clíticos e colocações

mais e menos usadas no PB. Num conjunto de exemplos é possível verificar quando uma sentença que tem um clítico numa determinada posição é absolutamente agramatical (na nossa convenção leva *), gramatical (na nossa convenção sem marca nenhuma) ou com alguma estranheza, mas ainda tolerável (na nossa convenção leva ? ou ??). Nossa impressão é que é isto que se deve esperar de um sistema defectivo ou em mudança: no retrato vão estar convivendo inovações recentes, usos absolutamente correntes e possibilidades residuais.

O retrato que apresentaremos ganhou corpo a partir, sobretudo, de respostas a perguntas como “Você diria esta sentença assim?” feitas a colegas universitários. Dentre as respostas mais interessantes para dar suporte à nossa pretensão estão: “Eu não diria, mas escreveria”; “Só numa situação muito formal”; “Eu não diria, mas se fosse dizer colocaria o clítico o antes ou depois de tal verbo”. Respostas como estas nos permitiram traçar um quadro sincrônico pouco estudado, tanto quanto nós saibamos, mas que apresenta a nosso ver interesse porque existem muitos pontos de convergência nos julgamentos dos falantes. Então, as principais questões a serem investigadas são: o que caracteriza o posicionamento dos clíticos numa língua como o PB e o que podemos fornecer de explicação para os posicionamentos que não são comuns em outras línguas românicas, em especial no PE, língua com que o PB tem estreito parentesco? A conjectura é que, se o PB se distanciou do irmão PE, isto aconteceu porque as propriedades que estão em jogo nas duas variedades de português são diferentes.

Antes de descrevermos o comportamento dos clíticos no PB e respondermos aos questionamentos do parágrafo anterior, procuraremos,

primeiro, apresentar um conjunto de informações que são fundamentais para a compreensão do objeto em estudo. A tese vai estar organizada, então, em seis capítulos.

No primeiro, descreveremos as principais propriedades ostentadas pelos clíticos com o intuito de mostrar que eles se comportam diferentemente de um argumento “normal”. Além de caracterizar o que é um clítico pronominal, destacaremos alguns fenômenos que envolvem esse tipo de elemento em determinadas línguas românicas.

No segundo e terceiro capítulos, apresentaremos os argumentos principais de algumas propostas, baseadas no quadro teórico da Gramática Gerativa, que procuram dar conta de peculiaridades que envolvem o fenômeno da cliticização em línguas românicas. Dentre as questões mais importantes estão: o estatuto categorial do clítico; a posição de origem; a razão do seu movimento; o tipo de movimento; e os lugares de pouso final do clítico e do verbo.

No quarto capítulo, começaremos a traçar um quadro do sistema de clíticos do PB. Com alguns resultados quantitativos obtidos a partir de estudos diacrônicos e sincrônicos, destacaremos as principais mudanças que afetaram os clíticos, principalmente o clítico acusativo de terceira pessoa. Para explicar, por exemplo, o desaparecimento deste clítico na fala do PB, duas análises serão apresentadas: a de Nunes (1993) e a de Galves (2001).

No quinto capítulo, daremos atenção especial ao posicionamento dos clíticos usados no PB. Descreveremos o comportamento de todos eles, mesmo aqueles que são considerados como formas arcaizantes, como é o caso dos clíticos acusativos de terceira pessoa, *o(s)* e *a(s)*. Procuraremos mostrar que,

se estes e outros clíticos do sistema do PB são usados, eles apresentam comportamentos com certo grau de sistematicidade.

No sexto e último capítulo, propomos uma explicação para o comportamento dos clíticos no PB. Serão apresentadas considerações a respeito do estatuto categorial do clítico, do tipo de movimento que ele realiza e das posições em que o verbo e o clítico ocorrem na estrutura oracional.

Finalmente, uma conclusão apontando as principais questões discutidas em cada capítulo fecha o trabalho.

1. OS CLÍTICOS PRONOMINAIS E SUAS PARTICULARIDADES: O COMEÇO DE UMA PESQUISA

1.1. INTRODUÇÃO

Os clíticos pronominais ostentam várias propriedades que os caracterizam como elementos especiais. Uma delas diz respeito ao fato de eles poderem substituir, na maioria das vezes, um argumento interno do verbo. No entanto, os clíticos não se comportam como um verdadeiro argumento, como o DP lexical e o pronome tônico, pois, ao contrário destes elementos, os clíticos apresentam características de núcleo, como veremos na primeira parte deste capítulo.

Na segunda, destacaremos alguns fenômenos que envolvem os clíticos em determinadas línguas românicas. São eles: a interpolação; a lei Tobler-Mussafia; a aglomeração de clíticos (*clitic clusters*); e o redobramento pelo clítico (*clitic doubling*); fenômenos estes que contribuem para revelar o comportamento especial dos clíticos.

Com a descrição das propriedades e dos fenômenos citados pretendemos apontar uma série de questões relevantes para a investigação que se inicia.

1.2. OS CLÍTICOS E SUAS PROPRIEDADES

Com base em Kayne (1975), Zwicky (1977), Cardinaletti & Starke (1994), Silveira (1997), entre outros, mostraremos, primeiro, algumas propriedades que revelam que os clíticos não se comportam como DPs lexicais ou pronomes não-clíticos e, depois, que os DPs lexicais e os pronomes não se comportam como os clíticos. Os clíticos apresentam características de núcleo, como veremos na seção 1.2.3., onde apresentaremos algumas evidências que comprovam a hipótese sobre a natureza destes elementos.

1.2.1. OS CLÍTICOS NÃO SE COMPORTAM COMO DPS LEXICAIS OU PRONOMES NÃO-CLÍTICOS

Comprova-se que os clíticos têm comportamentos distintos de DPs lexicais e pronomes não-clíticos, por exemplo os pronomes tônicos, a partir das seguintes propriedades:

- ***Um clítico não ocorre em posição argumental:***

Embora os clíticos possam corresponder a um argumento interno de um verbo, eles não podem ocorrer na posição de argumento. Vejamos (1):

- (1)
- a. O homem de preto encontra constantemente **a Maria**.
 - b. O homem de preto encontra constantemente **ela**.
 - c. *O homem de preto encontra constantemente **a**.

Em (1a) e (1b) vemos que tanto o DP, *a Maria*, quanto o pronome tônico, *ela*, ocorrem na posição que podemos identificar como a de argumento interno do verbo *encontrar*. A interposição do advérbio *constantemente* entre o verbo e seu complemento serve para mostrar isso. Já o exemplo em (1c) revela que de maneira alguma o clítico pode ocupar a mesma posição que *a Maria* e *ela* ocupam.

Que o clítico não ocupa uma posição-A também se observa em (2), onde os elementos em destaque correspondem aos complementos da preposição, que juntamente com esta equivalem também a um argumento interno do verbo:

- (2) a. O homem de preto entregou o livro para **a Maria**.
b. O homem de preto entregou o livro para **ela**.
c. *O homem de preto entregou o livro para **lhe**.
d. O homem de preto entregou o livro para **mim**.
e. *O homem de preto entregou o livro para **me**.

Como vemos em (2c) e (2e), o licenciamento do clítico depois da preposição não é permitido. É uma restrição que não se aplica aos outros elementos destacados em (2a), (2b) e (2d).

• ***Um clítico não ocorre em posição não-argumental:***

Se, por um lado, o clítico não ocorre em posição A, por outro, poderíamos esperar que ele pudesse ser licenciado numa posição não-A, por exemplo, a de adjunto:

- (3) a. **A Maria**, o homem de preto encontra constantemente.
 b. **Ela**, o homem de preto encontra constantemente.
 c. ***A**, o homem de preto encontra constantemente.

No entanto, não é o que constatamos em (3). Apesar de o clítico corresponder ao argumento interno do verbo *encontrar*, como o DP *a Maria* e o pronome *ela*, ele não pode ser um adjunto (3c)¹. Já os outros elementos têm liberdade para ocorrer nesse tipo de posição, como mostram (3a) e (3b).

• ***Um clítico não pode ocorrer como um item isolado:***

O contraste em (4) revela também que o clítico não tem a distribuição de um DP ou de um pronome tônico:

- (4) a. Quem viajou no último final de semana? **O João**.
 b. Quem viajou no último final de semana? **Ele / Eu**.
 c. Quem viajou no último final de semana? ***O**/***Me**.

¹ Observe-se que o elemento à esquerda, de acordo com Rizzi (1997), pode ocupar a posição de Spec de uma categoria funcional como FocP ou TopP, não sendo necessário assumir a adjunção. Entretanto, para essa descrição vamos assumir que se trata de adjunção.

Enquanto *a Maria* e *ele/eu* podem ocorrer isoladamente, como vemos nas respostas em (4a) e (4b), o clítico já não o pode, como ilustra a impossibilidade de resposta em (4c). Se temos em vista que uma resposta a uma pergunta traduz um foco de informação (Zubizarreta (1998)), o clítico não pode veicular este tipo de leitura focal.

• ***Um clítico não pode ser coordenado:***

Uma outra propriedade que distingue um clítico de um DP e um pronome é o fato de não poder haver coordenação de um clítico com outro elemento ou de dois clíticos:

- (5)
- a. *Ele emprestou-**me** e **para a Maria** o passe escolar.
 - b. *Ele emprestou-**me** e para **ele** o passe escolar.
 - c. *Ele **me** e **te** emprestou o passe escolar.
 - d. O Pedro emprestou o passe escolar para **o João e a Maria**.
 - e. O Pedro emprestou o passe escolar para **ele e ela**.
 - f. O Pedro emprestou o passe escolar para **a Maria e ele**.

Claramente vemos que, enquanto dois DP lexicais (5d) ou dois pronomes (5e) ou um DP e um pronome (5f) podem ser naturalmente coordenados, não se pode coordenar dois clíticos (5c), nem um clítico e um DP (5a), nem um clítico e um pronome (5b).

• ***O clítico não pode receber acento contrastivo:***

Ao contrário do DP e de um pronome, o clítico não pode ser acentuado, veiculando foco contrastivo:

- (6) a. *O João **ME** deu o dinheiro, e não **TE** deu².
 b. *A Maria **O** abraçou, e não **A** abraçou.
 c. O João deu o dinheiro para **MIM**, e não para **VOCÊ**.
 d. O João deu o dinheiro para **A MARIA**, e não para **O JOSÉ**.
 e. O João abraçou a **MIM**, e não **VOCÊ**.
 f. O João abraçou a **MARIA**, e não o **JOSÉ**.

A acentuação, que é traduzida pelas maiúsculas, somente é possível em (6c-f), onde os elementos em destaque são DPs e pronomes não-clíticos. Com o clítico (6a) e (6b), o processo é impossível.

• ***O clítico não pode ser modificado:***

Outro mecanismo que serve para mostrar o comportamento diferenciado do clítico é o da modificação, como ilustram (7) e (8):

² Embora afirmamos, neste trabalho, que o clítico não pode ser acentuado contrastivamente, ressaltamos que, para alguns falantes do PB, uma sentença como (6a) é considerada aceitável.

- (7) a. A Maria viu somente **o Pedro**.
 b. A Maria viu somente **ele**.
 c. *A Maria viu somente **o**.
- (8) a. Na festa, além do João encontramos também **a Maria**.
 b. Na festa, além do João encontramos também **ela**.
 c. *Na festa, além do João encontramos também **a**.

Os contrastes mostram que o DP e o pronome em (7a), (7b), (8a) e (8b) podem ser modificados por focalizadores como *somente* e *também*. Já com o clítico em (7c) e (8c) o mesmo mecanismo não se aplica.

Em resumo, nesta primeira seção vimos que apesar de o clítico equivaler a um argumento interno de um verbo ele não se comporta como tal. Constatamos também que certas propriedades não podem ser aplicadas aos clíticos: eles não são licenciados em posições A ou não-A; não ocorrem como item isolado; não podem se submeter aos mecanismos da coordenação, da acentuação contrastiva e da modificação. Ao contrário, vimos que os DPs lexicais e os pronomes tônicos ostentam todas estas propriedades, o que os diferenciam, portanto, de um clítico pronominal.

1.2.2. OS DPS LEXICAIS E OS PRONOMES NÃO-CLÍTICOS NÃO SE COMPORTAM COMO OS CLÍTICOS

No início da seção anterior, mostramos que a posição de um DP ou de um pronome tônico não é apropriada para o clítico. Agora, vamos construir

contrastes distribucionais que revelam que a posição do clítico também é imprópria para DPs e pronomes não-clíticos.

- ***A posição antes do verbo finito de um clítico objeto é imprópria para um DP lexical (ou PP) ou um pronome:***

Consideremos (9) e (10), onde podemos observar que apenas o clítico pode ocorrer antes do verbo finito:

- (9) a. O João **a** encontrou na rua.
 b. *O João **a Maria** encontrou na rua.
 c. *O João **ela** encontrou na rua.
- (10) a. O homem de preto **lhe** entregou o livro.
 b. *O homem de preto **a Maria** entregou o livro.
 c. *O homem de preto **a ela** entregou o livro.

Em (9) vemos que a posição que antecede o verbo finito *encontrou* pode conter o clítico *a*, mas não o DP *a Maria* ou o pronome *ela*. O mesmo pode ser dito para (10), apesar de o verbo e o clítico serem de naturezas distintas daqueles exemplificados em (9). Como se nota, no primeiro caso o clítico corresponde ao objeto direto do verbo; no segundo, ao objeto indireto.

- ***A posição intermediária de um grupo verbal ocupada pelo clítico também é imprópria para um DP lexical ou um pronome:***

Observemos (11), (12) e (13):

- (11) a. O João está **me** perturbando muito.
 b. *O João está **a Maria** perturbando muito.
 c. *O João está **ela** perturbando muito.
- (12) a. O meu amigo deverá **me** visitar nas próximas férias.
 b. *O meu amigo deverá **a Maria** visitar nas próximas férias.
 c. *O meu amigo deverá **ela** visitar nas próximas férias.
- (13) a. A Joana tinha **me** encontrado no sábado.
 b.* A Joana tinha **a Maria** encontrado no sábado.
 c. *A Joana tinha **ela** encontrado no sábado.

De modo paralelo ao que acontece em (9) e (10), a posição que antecede o gerúndio *perturbando* (11), o infinitivo *visitar* (12) e o particípio *encontrado* (13)³ pode conter um clítico como *me*, mas não um DP lexical ou um pronome tônico.

³ Veremos mais adiante que o clítico *o* não pode ocorrer antes do particípio.

- ***A posição pós-verbal de um clítico é diferente da posição de um DP lexical ou de um pronome:***

Constatamos esse comportamento a partir dos seguintes contrastes:

- (14) a. ?A Maria quer beijar-**me** sempre.
 a'. *A Maria quer beijar sempre **me**.
 b. A Maria quer beijar **o João** sempre.
 b'. A Maria quer beijar sempre **o João**.
 c. A Maria quer beijar **ele** sempre.
 c'. A Maria quer beijar sempre **ele** (e não aquele outro).

O que (14) evidencia é que o clítico *me* tem que ocorrer adjacente ao verbo (a escrita traduz isto com o hífen), propriedade esta não ostentada pelo DP *o João* e pelo pronome *ele*, já que estes podem ocorrer separados do verbo por um advérbio, como mostram (14b') e (14c').

Conforme os contrastes ilustrados em (9), (10), (11), (12) (13) e (14), pode-se dizer que o clítico é realmente um elemento especial, já que a posição em que ele é licenciado é imprópria para DPs lexicais e pronomes tônicos, e, inversamente, a posição destes últimos é imprópria para o clítico. Essencialmente, esse tipo de comportamento caracteriza o clítico como um elemento nuclear. Apresentaremos, na seção seguinte, argumentos que confirmam isso.

1.2.3. O CLÍTICO É UM NÚCLEO

Uma forma natural de captar os contrastes apresentados nas seções anteriores numa primeira abordagem é conceber que eles são efeito da diferença de estatuto entre os clíticos e os DPs lexicais e pronomes. O comportamento dos dois últimos tipos de constituintes normalmente é relacionado ao fato de serem projeções máximas; por sua vez, os clíticos apresentam comportamento típico de núcleo, tendo, assim, requerimentos de ordem fonológica e quase-morfológica. No plano fonológico, são elementos tipicamente átonos que se apóiam em outras palavras ao serem pronunciados. No plano (quasi-) morfológico têm comportamento semelhante ao dos afixos, comportamento que resulta de processos de incorporação. A fim de comprovar a natureza nuclear do clítico mostraremos, em primeiro lugar, que a principal exigência desse tipo de constituinte envolve a presença de um elemento de natureza verbal. Em segundo, apresentaremos duas evidências que confirmam tal comportamento.

- ***O clítico necessita de uma base verbal para se incorporar:***

Uma das características mais interessantes do clítico é o fato de ele ocorrer sempre adjacente a uma outra palavra. Porém, o que mais chama a atenção é que a palavra em que o clítico se apóia não pode ser de qualquer natureza. Vejamos os exemplos abaixo:

- (15) a. O meu marido **me** mandou flores.
 b. *O meu marido-**me** mandou flores.
 c. ?O meu marido mandou-**me** flores.
 d. *O meu marido mandou **me** flores.
 e. *O meu marido mandou flores-**me**.

Como se pode perceber, apenas (15a) e (15c) são possíveis, pois o clítico se encontra adjacente ao verbo *mandar*. No primeiro exemplo temos o clítico à esquerda do verbo, posicionamento denominado de próclise. No segundo, com o clítico à direita, temos a chamada ênclise.

Que o clítico deve se amalgamar a um verbo também constatamos em (16), sentenças que apresentam mais de um verbo:

- (16) a. O meu marido podia **me** mandar flores.
 b. ?O meu marido podia mandar-**me** flores.
 c. *O meu marido podia-**me** mandar flores.
 d. ??O meu marido **me** podia mandar flores.
 e. *O meu marido-**me** podia mandar flores.
 f. *O meu marido podia mandar **me** flores.

Apesar de a aceitabilidade de algumas sentenças ser variável, o que é importante notar em (16) é que o clítico tem três possibilidades de colocação: antes ou depois do verbo mais baixo, (16a) e (16b), e antes do verbo mais alto,

(16d)⁴. Com outros elementos de natureza não-verbal ele não pode formar amálgama, como indicam (16e) e (16f).

Assim, os contrastes em (15) e (16) revelam que o clítico pode se incorporar antes ou depois de uma base, mas se tal base for de natureza verbal. O que confirma esse caráter é o fato de entre o clítico e o verbo não poder ocorrer, por exemplo, um advérbio, como veremos a seguir.

• ***Um advérbio não pode ocorrer entre o clítico e o verbo:***

Consideremos (17):

- (17) a. A Maria carinhosamente **me** beijou na testa.
 b. *A Maria **me** carinhosamente beijou na testa.
 c. ?A Maria carinhosamente beijou-**me** na testa.
 d. *A Maria beijou carinhosamente **me** na testa.

A interposição do advérbio entre o clítico e o verbo em (17b) e (17d) serve para mostrar que a adjacência entre eles não pode ser interrompida. Isso também se observa nas sentenças com mais de um verbo:

- (18) a. A Maria está sempre **me** beijando na testa.
 b. ??A Maria sempre **me** está beijando na testa.
 c. *A Maria **me** sempre está beijando na testa.

⁴ Chamamos a atenção para o fato de que uma sentença como (16c), agramatical no PB, é considerada gramatical numa língua como o PE (cf. Cunha e Cintra (1985)). Portanto, além das três possibilidades de colocação do clítico ilustradas em (16), em PE uma outra ainda é possível: depois do verbo finito.

d. ?A Maria está beijando-**me** sempre na testa.

e. *A Maria está beijando sempre **me** na testa.

Embora o clítico esteja incorporado a núcleos verbais diferentes, *beijando* em (18a) e (18d) e *estar* em (18b), a necessidade de adjacência se manifesta, pois o advérbio não pode ocorrer entre o clítico e o verbo, como evidencia a agramaticalidade de (18c) e (18e).

• **O clítico não pode “pular” por cima da negação sentencial:**

Outro argumento de que o clítico é um elemento nuclear pode ser elaborado com base em sentenças com a negação sentencial *não*. De acordo com Mioto (1992), o *não* é um núcleo que está sempre adjacente ao verbo. E entre eles somente poderá intervir um elemento de natureza nuclear: a negação é o último núcleo à esquerda do complexo. Assim, o clítico não pode se mover por sobre a negação situando-se à esquerda do *não*. Esse tipo de argumento é construído a partir do “pulo do clítico” (*clitic climbing*), em que o clítico se move de uma sentença mais baixa para uma sentença mais alta, como ilustra (19b):

(19) a. A Maria podia **te** ajudar nos trabalhos da escola.

b. ??A Maria **te** podia ajudar nos trabalhos da escola.

Com a presença da negação *não* junto ao verbo encaixado, como se observa em (20a), o clítico não pode se mover para a sentença mais alta “pulando” por cima da negação, como em (20b):

- (20) a. A Maria podia não **te** ajudar nos trabalhos da escola.
 b. *A Maria **te** podia não ajudar nos trabalhos da escola.

Que o *não* tem estatuto nuclear e que o advérbio apresenta natureza distinta do clítico e da negação podemos comprovar através de (21a), em que a adjacência é interrompida pela presença do advérbio, *sempre*, o que não ocorre em (21b):

- (21) a. *A Maria não sempre **te** podia ajudar nos trabalhos da escola.
 b. ??A Maria sempre não **te** podia ajudar nos trabalhos da escola.

Neste último exemplo, a negação, o clítico e o verbo fazem parte de um mesmo complexo nuclear, como em (20a), sendo que neste caso o verbo ao qual os elementos nucleares estão apoiados é o mais baixo.

Em resumo, o advérbio e a negação sentencial serviram para mostrar que o clítico é, de fato, um elemento nuclear, que depende fonologicamente de uma base verbal. Além disso, vimos que, de modo mais ou menos semelhante aos afixos, o clítico pode se incorporar antes ou depois de tal base.

Para encerrar o nosso quadro descritivo, exporemos a seguir alguns fenômenos que envolvem os clíticos em determinadas línguas românicas.

Trata-se da interpolação, da lei Tobler-Mussafia, da aglomeração de clíticos e do redobramento pelo clítico.

1.3. OS CLÍTICOS E ALGUNS FENÔMENOS

Como acabamos de ver, a necessidade de incorporação do clítico a uma base verbal o torna um elemento peculiar. Mas, em se tratando de clítico, não é só esse comportamento que chama a atenção. Os fenômenos que descreveremos nesta seção também comprovam a natureza especial desse tipo de constituinte. Começemos pela interpolação.

1.3.1. A INTERPOLAÇÃO

O fenômeno da interpolação se caracteriza pela quebra de adjacência entre clítico e verbo, observado em línguas românicas antigas como, por exemplo, o português medieval e clássico (conforme Martins (1994)). Dentre os elementos que se interpõem entre o clítico e o verbo destacamos, por exemplo, a negação (22), o sujeito (23) e os sintagmas preposicionais (24):

(22) a. Que **se** nõ podiam per ella mãteer.

Que **se** não podiam por ela manter.

b. Que **lhys** nõ valha.

Que **lhes** não valha.

- (23) a. Este casal que **llj nos** demos e entregamos.
 Este casal que **lhe nós** demos e entregamos.
- b. e quando **me a dita veedorya** ffoy apresentada.
 e quando **me a dita vendedora** foi apresentada.
- (24) a. Sem **se por ello** poder chamar fforcado.
 Sem **se por ele** poder chamar forçado.
- b. e como **lhe de dereito** oertencem.
 e como **lhe de direito** pertencem.

É importante destacar que a interpolação não está limitada a um único constituinte. Dois ou mais podem ocorrer interpolados conjuntamente, como se pode perceber em (25):

- (25) a. Se **me Deus enton a morte nom** deu.
 Se **me Deus então a morte não** deu.
- b. Ssegundo **as elle senpre** trouxera.
 Segundo **as ele sempre** trouxera.

Se na seção anterior apresentamos evidências que comprovam a necessidade de incorporação do clítico ao verbo, então o que dizer de exemplos como os de (22), (23), (24) e (25), em que o clítico não se encontra adjacente ao verbo? O que é bastante claro é que tais casos se constituem num problema para a idéia de que o clítico é um núcleo. Resta-nos assim saber se nos casos de interpolação os clíticos têm estatuto diferente daqueles que se incorporam a

uma base verbal. Além disso, merece também ser pesquisado o que determina o movimento do clítico para uma posição mais alta.

Quaisquer que sejam as respostas para essas questões, vale lembrar que a interpolação não é mais verificada em línguas românicas atuais. Normalmente, a ausência de tal fenômeno é usada para explicar a nova sintaxe dos clíticos bem como de outros aspectos sintáticos observados nessas línguas.

Uma outra particularidade que também revela mudanças no comportamento do clítico envolve a lei Tobler-Mussafia, que será descrita a seguir.

1.3.2. A LEI TOBLER-MUSSAFIA

A lei Tobler-Mussafia, nomes estes de dois gramáticos históricos, determina que em línguas românicas antigas os clíticos não podem ocorrer na posição inicial da sentença. Se nenhum constituinte aparece antes do verbo o clítico deve ser licenciado na posição pós-verbal, como revelam os dados do francês em (26), extraídos de Barbosa (1996), e (27), conforme Kok (1985), apud Torres Morais (1995):

(26) a. Li reis **me** veit.

Os reis **me** vêem.

b. Veit **me** li reis.

Vêem-**me** os reis.

c. ***Me** veit li reis.

***Me** vêem os reis.

(27) a. Et li preudons li dist: conois-**la** tu?

E o homem lhe diz: conhece-**a** tu?

b. *Et li preudons li dist: **La** conois tu?

*E o homem lhe diz: **A** conhece tu?

Como se observa, se o verbo é o elemento inicial da sentença, o clítico somente pode ocorrer na posição pós-verbal, (26b) e (27a). Na posição pré-verbal, o clítico pode aparecer apenas quando não é o verbo o primeiro elemento, como mostra (26a), onde o primeiro constituinte é o sujeito gramatical.

De acordo com Benincà (1995), Ribeiro (1996), entre outros, essa restrição ao clítico em primeira posição também é atestada em documentos das fases arcaica e clássica do português, como em (28a), e é ainda observada no português europeu moderno (cf. Galves (2001)), como em (28b):

(28) a. Rogo-**te** por aquel a que tu vaas que...

Rogo-**te** por aquele a que tu vais que...

b. Parece-**me** que choverá amanhã.

Note-se que as sentenças em (28) são iniciadas por uma forma verbal; logo, o clítico aparece depois dela, satisfazendo assim as exigências da lei Tobler-Mussafia.

No português arcaico, conforme Ribeiro (1996), esse padrão de realização do clítico é verificado mesmo nas sentenças declarativas raízes introduzidas por uma conjunção de coordenação, como nos exemplos que se seguem:

- (29) a. e metia-**sse** na dança com elles.
 e metia-**se** na dança com eles.
- b. e lancou**as** ao pescoço.
 e lançou-**as** ao pescoço.
- c. e mandou-**ho** matar.
 e mandou-**o** matar.

Diante destes exemplos, o principal questionamento a ser feito é: na estrutura oracional, em quais posições o verbo e o clítico ocorrem quando a lei se aplica? Responder a esta questão implica também em responder a não-aplicação da lei Tobler-Mussafia em algumas línguas românicas modernas como, por exemplo, no português brasileiro, (30a) e (30b), no espanhol (30c) e no italiano (30d):

- (30) a. **Lhe** dei um belo presente.
- b. **Me** disseram que João saiu.
- c. **L'ho** vio a Juan.
 Tenho-**o** visto ao João.
- d. **Mi** dedico allo studio delle lingue.
 Me dedico ao estudo das línguas.

Como se vê, nestas línguas, o clítico aparece na posição pré-verbal mesmo na ausência de elementos acentuados à esquerda do clítico e do verbo.

Então, se procurarmos entender o que determina o posicionamento do clítico à direita do verbo em sentenças como (26b), (27a), (28) e (29), possivelmente explicaremos também os casos apresentados em (30), onde o clítico aparece antes do verbo, podendo assim compreender as diferenças de posicionamento dos clíticos nas línguas antigas e modernas.

1.3.3. AGLOMERAÇÃO DE CLÍTICOS

A aglomeração de clíticos se caracteriza pelo fato de mais de um clítico ocorrer amalgamado a um mesmo verbo da sentença. Esse fenômeno pode ser visto, por exemplo, no italiano. Observemos (31):

- (31) a. Emanuela vuole presentare lei a lui
 Emanuela quer apresentar ela a ele.
- b. Emanuela **glielo** vuole presentare.
 Emanuela **lho** quer apresentar.
- c. Emanuela vuole presentar- **glie lo**.
 Emanuela quer apresentar **lho**.

Em (31a) temos os objetos representados pelos pronomes tônicos, na ordem acusativo + dativo. Já em (31b) e (31c) temos os argumentos cliticizados; porém, na ordem inversa: dativo + acusativo. Os clíticos não aparecem na mesma ordem em que são gerados, como mostram (32):

(32) a. *Emanuela **lo gli** vuole presentare.

Emanuela **o lhe** quer apresentar.

b. *Emanuela vuole presentar- **lo gli**.

Emanuela quer apresentá-**lo lhe**.

Quanto ao aglomerado de clíticos, vale ressaltar que a combinação não é aleatória. Não é qualquer clítico que pode ser combinado com outro. Além do complexo formado por clíticos de terceira pessoa em (31b) e (31c), um outro é o formado pelo clítico de primeira e terceira pessoa (33a):

(33) a. Emanuela **me lo** presenta.

Emanuela **mo** apresenta.

b. *Emanuela **lo me** presenta.

Emanuela **o me** apresenta.

O aglomerado em (33b) é impossível porque o clítico de terceira pessoa, *lo*, é acusativo, e este não pode preceder o dativo.

Uma outra impossibilidade pode ser observada em (34):

(34) a. *Emanuela **gli mi** presenta.

Emanuela **lhe me** apresenta.

b. *Emanuela **me gli** presenta.

Emanuela **me lhe** apresenta.

c. *Emanuela **me ti** presenta.

Emanuela **me te** apresenta.

d. *Emanuela **te mi** presenta.

Emanuela **te me** apresenta.

O clítico dativo de terceira pessoa *gli* não pode ser combinado com o de primeira, *mi*, em nenhuma ordem, como mostram (34a) e (34b). Além disso, (34c) e (34d) mostram que os clíticos de primeira e segunda pessoa também não formam aglomerados.

Em línguas como o espanhol e o português clássico, clíticos dativos de terceira pessoa não precedem o de primeira (35b) e (35c), e o de primeira pessoa não precedem o de segunda, como vemos em (36b) e (36c):

(35) a. João **me** presentó a él.

João **me** apresentou a ele.

b. *Juan **le me** presentó.

João **o me** apresentou.

c. *João **o me** entregou.

(36) a. Juan **te** presentó a mí.

João **te** apresentou a mim.

b. *João **me te** presentó.

João **me te** apresentou.

c. *João **me te** entregou.

Como se nota em (35a) e (36a), o clítico pode ocorrer desde que o outro argumento não esteja cliticizado.

Como no italiano, a combinação possível no espanhol (37a) e no português clássico (38a) é com o clítico de primeira pessoa precedendo o de terceira,

(37) a. Juan **me las** enviará.

João **mas** enviará.

b. *Juan **las me** enviará.

João **as me** enviará.

(38) a. João não **mo** entregou.

b. *João não **o me** entregou.

gerando, assim, a ordem dativo-acusativo.

Já no francês, que também permite a cliticização de mais de um argumento a um mesmo verbo, podemos ter a ordem acusativo-dativo se os dois clíticos forem de terceira pessoa, como em (39a):

(39) a. **Il le lui** donnera.

Eu **o lhe** dará.

b. ***Il lui le** donnera.

Eu **lhe o** dará.

No português clássico (40a) e (40b) (e português europeu moderno, cf. Galves, conversa pessoal), o dativo também pode ocorrer como o segundo elemento cliticizado, desde que o primeiro seja um clítico impessoal:

- (40) a. que **se lhe** dirá quem a vende.
 b. ... onde **se lhes** facilitará.

Por outro lado, a ordem inversa não é possível (41):

- (41) a. *que **lhe se** dirá quem a vende.
 b. *... onde **lhes se** facilitará.

Ou seja, o clítico impessoal forma uma unidade com outro clítico quando aquele aparece como o primeiro elemento do amálgama, como vimos em (40).

Outro aspecto interessante que deve ser destacado diz respeito ao fato de os clíticos ocorrerem sempre juntos. Separadamente eles não podem ocorrer:

- (42) a. *Emanuela **gli** vuole presentar- **lo**.
 Emanuella **lhe** quer apresentá-**lo**.
 b. *Emanuella vuole **gli** presentar- **lo**.
 Emanuella quer **lhe** apresentá-**lo**.
 c. *Ne pas **leur** avoir parlé **en**.
 Neg neg **lhe** ter falado dele.
 d. *O João **me** tinha **o** apresentado.
 e. *O João **me** tinha apresentado **o**.

Esse tipo de impossibilidade revela que o amálgama de clíticos forma uma unidade morfológica, que está sempre adjacente a uma base verbal.

A respeito do fenômeno que acabamos de descrever, os principais questionamentos a serem feitos são: por que os clíticos têm sempre que aparecer amalgamados? por que eles não se adjungem a posições distintas, por exemplo, um antes e outro depois do verbo? Independentemente das respostas, o aglomerado de clíticos é uma propriedade que chama a atenção, já que outros elementos sintáticos não apresentam esse tipo de comportamento.

1.3.4. REDOBRAMENTO PELO CLÍTICO

O fenômeno de redobramento por clítico se caracteriza pelo fato de numa mesma sentença o clítico poder ocorrer simultaneamente com um argumento, ambos compartilhando o mesmo papel temático. Isto pode ser visto no espanhol (43), nos casos de *clitic doubling* (cf. Franco (1999), Sportiche (2000), entre outros),

- (43) a. **Lo**_i vi a Juan_i.
 Vi-**o**_i ao João_i.
- b. **La**_i dejé a Maria_i en la puerta de su casa.
 A_i deixei a Maria_i na porta de sua casa.
- c. **Le**_i di un caramelo al niño_i.
 Lhe_i dei um caramelo ao menino_i.

e no castelhano (44) e no português europeu (45), nas situações de deslocamento à esquerda com clítico (*Clitic Left-Dislocation* - cf. Duarte (1987) apud Raposo (2001?)):

(44) Ese livro_i, sólo **lo**_i encontré en la FNAC.

Esse livro_i, só **o**_i encontrei na FNAC.

(45) a. A torta de maçã_i, ofereci-**a**_i ao João.

b. Ao João_i, a Maria ofereceu-**lhe**_i a torta de maçã.

Como se pode perceber nestes três conjuntos de exemplos, o clítico e o DP redobrado compartilham o mesmo papel temático. Porém, diferenças são observadas: em (44) e (45) o elemento redobrado pelo clítico se encontra à sua esquerda, numa posição não-A; já em (43), o elemento se encontra à direita do clítico, aparentemente numa posição-A.

Em relação aos casos apresentados nesta seção, a principal pergunta que se faz envolve as posições de origens dos dois elementos: em que posições eles são gerados? Além desta, há uma outra questão: por que há necessidade de redobramento?

A estes e aos outros questionamentos apontados acima, procuraremos responder no segundo e terceiro capítulos deste trabalho, onde estaremos apresentando algumas análises que tratam dos clíticos em línguas românicas.

1.4. RESUMO DO PRIMEIRO CAPÍTULO

O que vimos na primeira parte deste capítulo nos permite afirmar que clítico e não-clítico (DP lexical e pronome) são elementos complementares. Foi mostrado que, por oposição ao DP lexical e aos pronomes tônicos, o clítico não ocorre nem em posição-A, nem em posição não-A'; não pode aparecer isoladamente; não pode se submeter a processos de coordenação; não pode ser acentuado e nem modificado. O clítico, por ostentar características de núcleo, deve ocorrer adjacente a uma base de natureza verbal, posição que é imprópria para os outros tipos de complementos. Vimos também que, em relação ao verbo, o clítico poderá ocorrer antes ou depois dele. No primeiro caso temos a chamada próclise e no segundo, a ênclise.

Além destas propriedades, fenômenos como a interpolação, a lei Tobler-Mussafia, a aglomeração de clíticos e o redobramento pelo clítico também foram descritos com o intuito de mostrar que os clíticos realmente apresentam comportamentos bastante especiais. E, por serem dessa natureza, merecem uma investigação mais detalhada.

E é o que faremos nos próximos dois capítulos, onde apresentaremos algumas das principais pesquisas já realizadas sobre os clíticos pronominais das línguas românicas.

2. OS CLÍTICOS PRONOMINAIS À LUZ DA TEORIA DA GRAMÁTICA GERATIVA: I PARTE

2.1. INTRODUÇÃO

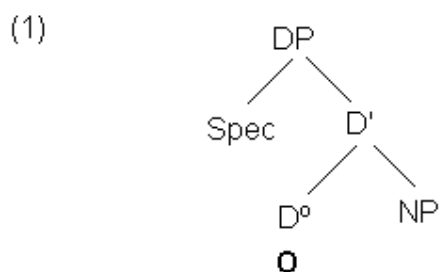
Vários autores já procuraram, a partir do arcabouço teórico da Gramática Gerativa, compreender as peculiaridades que envolvem o fenômeno da cliticização, principalmente em línguas românicas. Dentre os principais questionamentos apontados nas análises, destacam-se: Qual é o estatuto categorial dos clíticos? Em que posição eles são gerados? Por que os clíticos se movem? Que tipo de movimento eles realizam? Para onde se movem? Por que o clítico não pode se adjungir a qualquer palavra? Por que a relação entre o clítico e o verbo é estreita? Por que os clíticos aparecem às vezes antes às vezes depois do verbo? Qual é a natureza daquele clítico que aparece antes do verbo? E a natureza daquele que aparece depois? Por que o posicionamento do clítico varia de língua para língua? Estas e várias outras questões serão abordadas nas análises que apresentaremos no segundo e terceiro capítulos.

No presente capítulo, temos as propostas de Raposo (1998), Franco (1999) e Sportiche (2000), que discutem basicamente a respeito do estatuto do clítico, da posição em que tal elemento é gerado e das razões que desencadeiam o seu movimento.

2.2. AS QUESTÕES EM DESTAQUE: O ESTATUTO, A POSIÇÃO DE ORIGEM E O MOVIMENTO DO CLÍTICO

2.2.1. A PROPOSTA DE RAPOSO (1998)

Raposo (1998), seguindo Postal (1966), defende a idéia de que o clítico é um determinante porque o clítico acusativo de terceira pessoa é homófono do artigo definido em línguas românicas, como o italiano e o português, por exemplo. Levando em conta essa semelhança, Raposo assume que esse clítico e o artigo projetam o mesmo tipo de estrutura, como mostra a figura abaixo:



O D°, ocupado pelo *o*, seleciona como complemento um NP que pode ou não ser lexicalmente preenchido, como podemos ver em (2):

- (2) a. Eu não quero **o** livro.
 a'. Eu não quero [DP [D° **o**] [NP [N livro]]].
 b. *Eu não quero **o**.
 b'. Eu não quero [DP [D° **o**] [NP [N pro]]].

Em (2a') está representado que o NP complemento do *o* contém o nome *livro*. A sentença (2a) que resulta é gramatical com o elemento *o* permanecendo *in situ*. Em contraste, em (2b') o NP complemento do *o* é foneticamente vazio e, se a sentença resultante for (2b), com o *o in situ*, ela vai ser agramatical.

Entretanto, se a sentença resultante de (2b') for (3a), ela vai ser gramatical:

- (3) a. Eu não **o** quero.
 a'. Eu não **o_i** quero [DP [D° t_i] [NP [N *pro*]]].
 b. *Eu não **o** quero livro.
 b'. Eu não **o_i** quero [DP [D° t_i] [NP [N *livro*]]].

Para derivá-la, presume-se que há um movimento do *o* para antes de *quero*, como representado em (3a'). Por outro lado, se tal elemento em (2a') é movido para antes do verbo, derivando (3b'), o resultado é a sentença agramatical (3b). A questão é, então, explicar por que o *o* tem que se mover quando o NP é vazio (3a') e por que ele não pode se mover quando o NP contém material fonético (3b').

Para tanto, Raposo (1998) formula a seguinte condição:

- (4) **Condição de boa formação em PF:** em PF, todos os itens do léxico têm de estar integrados em palavras acentuadas.

Se esta condição não for satisfeita, a derivação fracassa em PF. É o que explica a agramaticalidade de (2b): não há uma palavra acentuada com a qual

o o possa estar integrado formando um domínio prosódico. Assim, ele é obrigado a se mover para junto de um hospedeiro, o verbo *quero* em (3a), para que seja satisfeita a condição (4). Por outro lado, em (2a) o o não se move porque há uma palavra acentuada à direita dele, *livro*, com a qual é formado o domínio prosódico. Se, estando o NP preenchido, o o se move, a sentença se torna agramatical (3b).

Quanto à palavra à qual o o se adjunge, quando o NP é vazio, observam-se algumas restrições. A primeira delas diz respeito a domínio imediato, noção que pode ser explicada a partir de (5):

- (5) a. *Mas só compraria o à Maria.
 a'. Mas só compraria [DP [D° o] [NP [N *pro*]]] [PP à Maria].
 b. Maria só o compraria à Maria.
 b'. Mas só o_i compraria [DP [D° t_i] [NP [N *pro*]]] [PP à Maria].

Como o o deve estar integrado em palavra acentuada, poderíamos esperar que (5a) fosse uma sentença gramatical, já que à sua direita temos um PP foneticamente preenchido com o qual poderia formar um domínio prosódico. A inaceitabilidade da sentença nos leva, então, a dizer que não basta haver uma palavra à direita do o, mas que esta palavra deve fazer parte do domínio prosódico imediato dele. Pela representação em (5a'), vemos que o PP constitui um domínio à parte, não pertencendo ao mesmo domínio do o. Assim, para a derivação em PF não fracassar, o o se move para a esquerda de uma palavra acentuada, o verbo *compraria* em (5b).

Entretanto, não é qualquer palavra à esquerda que pode hospedar o clítico. Esse tipo de restrição pode ser notado em (6):

- (6) a. * A Maria não tinha visitado o_i recentemente $[t_i \text{ pro}]$.
 b. *A Maria não tinha o_i visitado recentemente $[t_i \text{ pro}]$.
 c. A Maria não o_i tinha visitado recentemente $[t_i \text{ pro}]$.

Como se observa, o clítico não pode se adjungir nem ao advérbio *recentemente*, como em (6a), nem ao particípio *visitado*, como em (6b), mas somente ao verbo finito *tinha*, como em (6c). Essa restrição se deve ao fato de o clítico necessitar checar traços num núcleo apropriado.

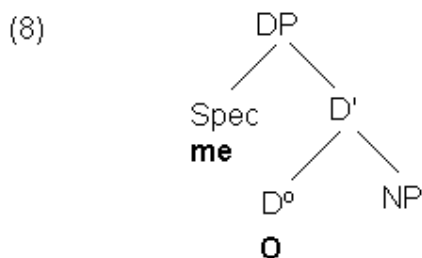
Quanto a esse traço checado pelo clítico ao lado do verbo finito, ele deve ser fraco, pois do contrário o *o* deveria se mover mesmo quando houvesse uma palavra acentuada à sua direita, como acontece em (2a), o que geraria uma sentença agramatical como (3b). Se o movimento do *o* não é necessário para convergência antes de *Spell-out*, então ele não se aplica. Esse é um efeito do princípio de economia *Procrastinate* que determina que se minimize o número de movimentos visíveis numa derivação, a ponto de não se aplicar nenhum que não seja necessário para convergência em PF. Quando o NP complemento do *o* é um *pro*, seu movimento é necessário para a convergência em PF porque senão não vai existir integração do clítico a um domínio prosódico.

A idéia de que o clítico acusativo de terceira pessoa seja um determinante não deve, porém, abranger os demais clíticos, já que estes não são idênticos ao artigo. Então, cabe perguntar o que seriam os outros clíticos.

Uma possível resposta seria postular que eles, ao contrário do *o* que ocupa a posição de núcleo, podem ocupar o Spec da projeção DP em (1). Isso faz sentido se pensarmos em construções como (7a) e (7b), do português europeu,

- (7) a. O livro, o João **mo** deu ontem.
 b. Eu **lho** digo!
 c. *O livro, o João **o me** deu ontem.
 d. *Eu **o lhe** digo!

que apresentam dois clíticos amalgamados: um dativo e um acusativo. Como já vimos no primeiro capítulo, a ordem inversa não é possível, (7c) e (7d). Assim, a representação do DP seria como (8):



No entanto, postular que o dativo ocupa o Spec de DP, em princípio, põe em cheque a concepção tradicional de que Spec e núcleo não podem ser incompatíveis em traços. Como pode haver compatibilidade entre o *me* e o quanto ao traço pessoa e ao papel temático, por exemplo?

Além desse problema um outro que envolve a Teoria da Vinculação foi apontado por Menuzzi (em conversa pessoal com Carlos Miotto): Como unificar

o tratamento, se o clítico e o artigo apresentam propriedades diferentes quanto ao Princípio B? Isto pode ser observado em (9):

- (9) a. O João_i disse que a Maria **o**_i beijou.
 b. *O João_i disse que a Maria beijou **o**_i idiota.

A gramaticalidade de (9a) mostra que o *o* é [+pronominal, -anafórico] já que ele está vinculado fora do IP encaixado. Isso não pode acontecer em (9b): o *o* tem que estar livre mesmo fora do domínio de vinculação e, neste caso, o que conta é o princípio C e não o princípio B.

Todavia, Carlos Mito (c.p.) sugere um modo de contornar a objeção de Menuzzi. Isto pode ser feito assumindo que para co-referência o que conta é o preenchimento do NP e não o núcleo do DP. Se o NP contém um *pro* (e nenhum elemento lexical a mais que contribuisse para a sua referencialidade), podemos manter a visão tradicional de que o que é [+pronominal, -anafórico] é o *pro* e não o preenchimento de D⁰. De modo paralelo, o que é [- pronominal, -anafórico] é o preenchimento do NP *idiota* e não o *o*: é o nome que garante as propriedades de expressão -R do DP.

Com esse tipo de argumento pode-se dizer então que, em princípio, (9) não se constitui num problema para a proposta de tratar o clítico acusativo de terceira pessoa e o artigo de modo unificado⁵.

⁵ Cumpre lembrar que Raposo também inclui em sua proposta de unificação o pronome demonstrativo, que como o artigo seleciona um complemento foneticamente realizado, como vemos em (ia) e (ib):

- (i) a. não vou comprar **o** carro vermelho. (artigo)
 b. não vou comprar **o** vermelho. (pronome demonstrativo)
 c.*não **o** vou comprar carro vermelho
 d.*não **o** vou comprar vermelho.

2.2.2. A PROPOSTA DE FRANCO (1999)

Franco (1999) postula que os clíticos objetos são morfemas de concordância verbal, isto é, afixos flexionais (cf. Zwicky (1985) e Everett (1996)), com o propósito de dar conta das construções com redobramento pelo clítico em espanhol. Mas, ao contrário da idéia de gerar o clítico como um tipo de afixo na posição em que aparece superficialmente, deduz que ele é gerado numa posição Agr. Desta posição o clítico se move para junto do verbo por necessitar checar traços.

Para sustentar sua proposta, Franco apresenta algumas evidências. Uma delas diz respeito à adjacência que se observa entre o clítico e o verbo, propriedade que pode ser notada em (10):

(10) a. *Juan **lo** ya vio.

João **o** já viu.

b. Juan ya **lo** vio.

João já **o** viu.

Como revela a agramaticalidade de (10a), um outro constituinte não pode intervir entre o verbo e o clítico. Estes dois elementos devem ocorrer juntos formando uma única unidade, como em (10b).

Uma outra evidência que favorece a idéia de que o clítico é um afixo pode ser constatada em (11):

E, como o artigo (ic), o pronome demonstrativo também não se move (id) porque à direita de ambos, nas posições em que são gerados, há elementos acentuados com os quais são formados os domínios prosódicos.

- (11) a. Alfredo **la** trajo del Perú.
 Alfredo **a** trouxe do Peru.
- b. **La** trajo Alfredo del Perú de verdad?
 Trouxe-**a** Alfredo do Peru de verdade?

Se alguma operação sintática afeta o verbo, como o movimento que ele sofre na interrogativa de (11b), cujo resultado é uma ordem inversa daquela que se observa em (11a), o clítico também se submete ao processo já que permanece adjunto ao verbo.

Um processo semelhante ao de (11b) ocorre nas construções em que o verbo auxiliar se move para Comp (cf. Rizzi (1993)), como em (12a):

- (12) a. Avendola Gianni restituita al direttore, ...
 Tendo-**a** Gianni restituída ao diretor, ...
- b. *Avendo Gianni **la** restituita al direttore.
 Tendo Gianni **a** restituída ao diretor, ...

A impossibilidade de uma estrutura como (12b) evidencia que, quando o verbo finito se move para uma posição mais alta do que aquela em que se encontra o clítico, o verbo o leva junto, resultando em (12a). Esse tipo de restrição também se verifica no português europeu, como em (13a) (cf. Torres Morais (1995)):

- (13) a. Tendo-**a** o João encontrado no carro, ...
 b. *Tendo o João **a** encontrado no carro, ...

Outro argumento em favor da proposta de Franco é baseado na rigidez que se observa no posicionamento e na ordem dos clíticos quando mais de um ocorre na sentença. Essa particularidade se observa em algumas línguas românicas, por exemplo, no italiano, como vimos no primeiro capítulo, de onde retomamos (14):

- (14) a. Emanuela **glielo** vuole presentare.
 Emanuela **lho** quer apresentar.
- b. Emanuela vuole presentar- **glielo**.
 Emanuela quer apresentar- **lho**.
- c. *Emanuela **lo gli** vuole presentare.
 Emanuela **o lhe** quer apresentar.
- d. *Emanuela vuole presentare **lo gli**.
 Emanuela quer apresentá-**lo lhe**.

Se há dois verbos na sentença e mais de um clítico, eles poderão ocorrer apenas em dois lugares: em adjacência antes do verbo finito (14a) ou depois do verbo infinitivo (14b). Quanto à ordenação dos clíticos em italiano, o dativo tem sempre que preceder o acusativo, como vemos em (14a) e (14b), em contraste com (14c) e (14d). No espanhol (15), a ordem dativo + acusativo também é verificada:

- (15) a. Juan **me las** enviará.
 João **me as** enviará.

b. *Juan **las me** enviará.

João **as me** enviará.

c. Juan **se lo** mandó.

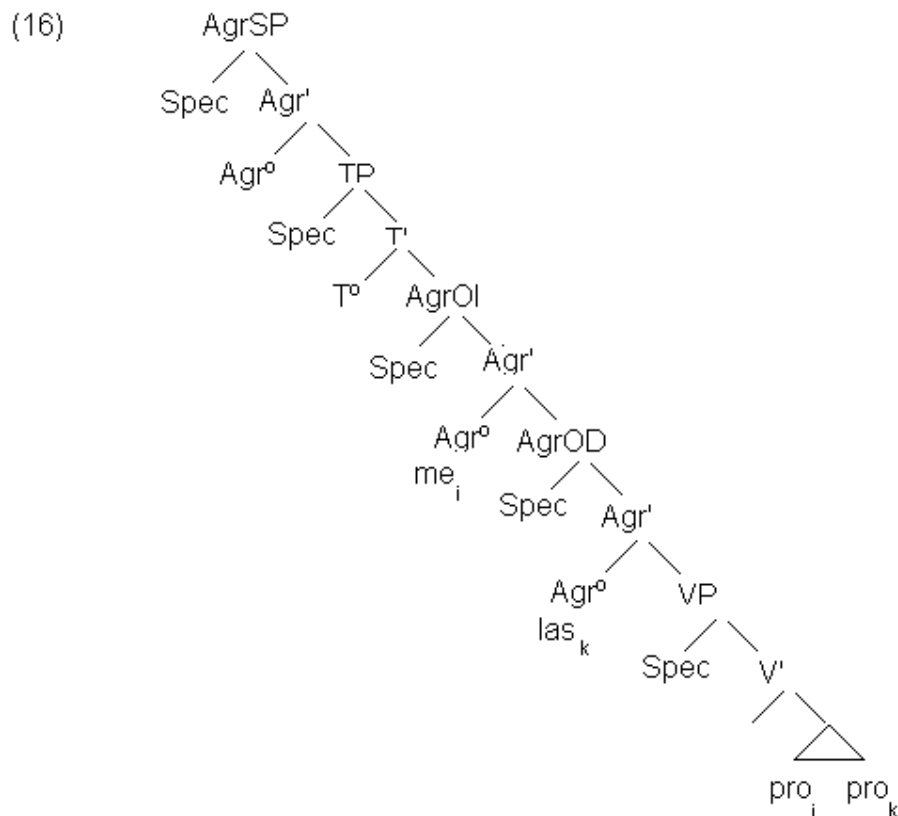
João **se o** mandou.

d. *Juan **lo se** mandó.

João **o se** mandou.

Essa rigidez de ordem e de posicionamento que vimos em (14) e (15), segundo Franco, é um aspecto característico de afixos flexionais, fortalecendo então a proposta de que o clítico pertence a esse tipo de categoria.

Para explicar o lugar de origem dos clíticos que aparecem, por exemplo, em (15a), Franco, adotando Baker (1988), Pollock (1989) Chomsky (1993) e (1995), entre outros, propõe a estrutura (16):



Como se pode notar, o clítico é gerado no núcleo da projeção Agr: o acusativo no núcleo de AgrOD e o dativo no núcleo de AgrOI.

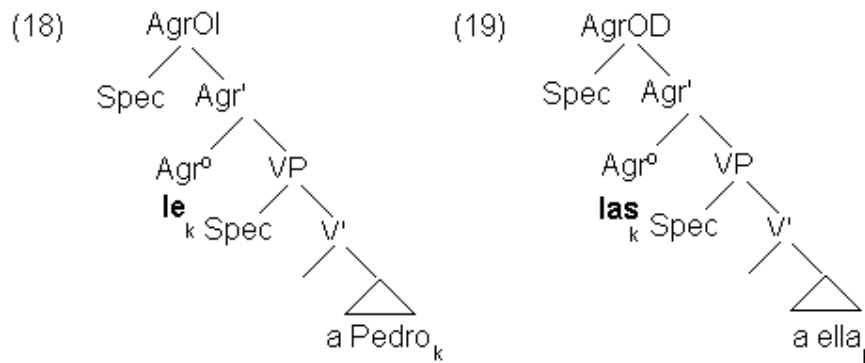
Quanto às posições canônicas dos objetos em (16), observe-se que elas são ocupadas por dois *pro*: um co-indexado com o clítico dativo e o outro com o acusativo. Quando a construção for de redobramento pelo clítico, a posição do objeto não será mais ocupada por um *pro*, mas sim por um DP lexical, como ilustra (17a), onde o objeto indireto é redobrado pelo clítico dativo, ou como ilustra (17b), com o objeto direto redobrado pelo clítico acusativo, ambas as estruturas representadas, parcialmente, em (18) e (19):

(17) a. Juan **le**_i dio la nota a Pedro_j.

João **lhe**_i deu a nota a Pedro_i.

b. **Las**_i invitamos a ella_i y su hija para el próximo martes.

As_i convidamos a ela_i e sua filha para a próxima terça.



De acordo com Franco não é somente o clítico que se move para checar traços. O objeto com qual o clítico está co-indexado também. O objeto indireto se move para o Spec de AgrOI e o direto, para o Spec de AgrOD, desencadeando a concordância entre Spec e núcleo, isto é, entre o clítico e o objeto.

Em suma, nesta proposta o autor defende que o clítico, por ser um morfema de concordância⁶, deve ser gerado no núcleo de um Agr

⁶ Groppi (2000), ao analisar dados do espanhol, apresenta uma proposta que difere da de Franco. Ela defende que o clítico não é um elemento de concordância, baseando-se na opcionalidade da presença do clítico, como indicam os exemplos que se seguem:

- (i)
- a. **Lo** vi.
Vi- **o**.
 - b. Vi a Juan.
Vi ao João.
 - c. **Lo** terminé.
Terminei-**o**.
 - d. Terminé el trabajo.
Terminei o trabalho.

Se o clítico fosse um elemento de concordância não poderíamos ter as opções representadas em (ib) e (id), porque a presença do clítico seria constante, obrigatória. Segundo a autora, o clítico é um elemento lexical e, por isso, é gerado numa posição temática. Por razões morfológicas ele se move; caso contrário, a derivação não convergiria.

correspondente. Dada a sua natureza nuclear, o clítico deverá se mover e se incorporar ao lado de um verbo com o qual formará um amálgama.

2.2.3. A PROPOSTA DE SPORTICHE (2000)

Aproveitando o que tem de melhor na análise do movimento do clítico⁷ (Kayne (1989); Sportiche (1990); entre outros) e na análise que supõe que o clítico é gerado na base⁸ (Strozer (1976); Rivas (1977); Jaeggli (1982); Sportiche (1983); entre outros), Sportiche (2000) apresenta uma proposta cuja

⁷ Para a análise do movimento, o clítico é gerado na posição canônica de argumento interno do verbo e, por razões de natureza fonológica e morfológica, se move para junto de um verbo, como mostra (i):

- (i) Marie **le**_i connaît t_i.
 Maria **o** conhece.

Um argumento em favor desta proposta é construído a partir de construções com participípio, como estas do italiano (ii):

- (ii) a. Giovanni **la** ha accusata.
 Giovanni **a** tem acusada.
 b. *Giovanni **la** ha accusato.
 Giovanni **a** tem acusado.

Nesse tipo de construção, um Spec intermediário é projetado para que a concordância do objeto e do verbo seja deflagrada, como revela a gramaticalidade de (iia) em contraste com (iib), onde não se verifica a concordância entre o verbo e o clítico.

⁸ Para esta análise, o clítico é um tipo de afixo. Ele é gerado originalmente à esquerda do verbo, na posição onde ele aparece superficialmente. Esse tipo de proposta explica, por exemplo, as construções de redobramento pelo clítico em uma língua como o espanhol:

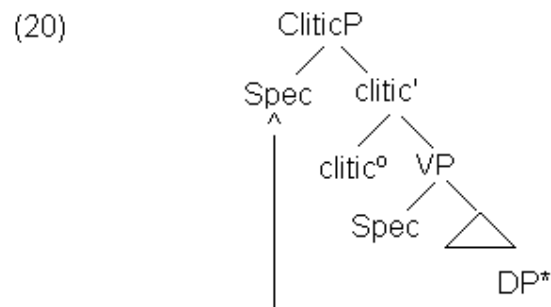
- (i) Pedro **la**_i ha visto a Sandra_i.
 Pedro **a**_i tem visto a **Sandra**_i.

De acordo com essa análise, o DP *a Sandra* que redobra o clítico em (ia) estaria ocupando a posição canônica de objeto, posição que não estaria disponível para gerar o clítico. Esse tipo de proposta explica também os casos em que o clítico não corresponde propriamente a nenhum papel temático, por exemplo, os chamados dativos éticos ou de interesse (ii):

- (ii) a. Je **t'** achèterais un cadeau à Pierre.
 Eu **te** comprarei um presente ao Pedro.
 b. Não **me** entre com esses bichos aqui na sala.
 c. Você não vai **me** sujar o carro, né?

Nestes exemplos o clítico não desempenha função argumental, pois a grade temática do verbo ao qual o clítico está relacionado não o prevê como argumento.

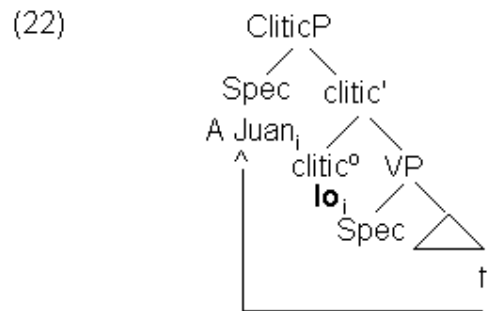
idéia principal é a de que os clíticos são elementos que projetam um sintagma “*CliticP*”, e que o seu núcleo é ocupado pelo próprio clítico. Além disso, no Spec de tal projeção um argumento é licenciado para desencadear a concordância Spec-núcleo, como mostra a representação em (20):



Neste caso a seta indica que o DP*, que corresponde ao argumento interno do verbo, se move para o Spec de *CliticP*. Isto concorre para explicar, por exemplo, as construções com redobramento pelo clítico, fenômeno bastante característico do espanhol, como vimos no primeiro capítulo e repetimos aqui em (21):

- (21) a. **Lo_i** vimos a Juan_i.
 Vimos- **o_i** ao João_i.
- b. Miguelito **le_i** regaló un caramelo a Mafalda_i.
 Miguel **he_i** deu de presente uma bala à Mafalda_i.

Para estes casos presume-se que o DP co-indexado com o clítico se move para o Spec do *CliticP*, como representado em (22):



O movimento que se observa em (22) é uma exigência do “*Clitic Criterion*” (23), elaborado em analogia ao critério WH, apresentado por Rizzi (1990):

(23) “*Clitic Criterion*”

- Um clítico (de traço X) deve estar em relação Spec-núcleo com um DP (de traço X) em LF;
- Um DP (de traço X) deve estar em relação Spec-núcleo com um clítico (de traço X) em LF.

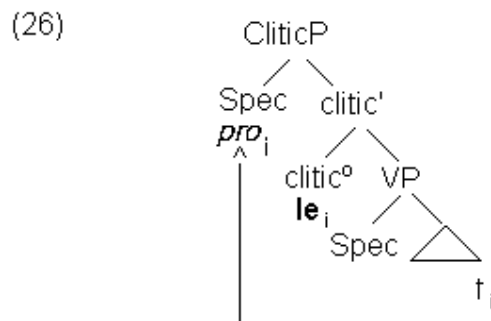
No caso de (22), o DP* acusativo se move para o Spec de *CliticP*, também acusativo, onde é deflagrada a concordância entre o DP e o clítico. O mesmo processo ocorre em (21b), sendo que a diferença é que o clítico e o DP* envolvidos são de natureza dativa. Como o clítico precisa checar traços antes de *Spell-out*, ele deixa a projeção em que foi gerado e se move para uma posição mais alta.

Numa língua como o francês, a posição de DP* não pode ser foneticamente realizada quando o clítico é licenciado na sentença, o que explica a impossibilidade de (24):

- (24) * Marie **le**_i connait (à) Louis_i.
 Maria **o**_i conhece (à) Luis_i.

No entanto, o autor defende que, mesmo em construções em que não há redobramento (25), há movimento de um DP* para o Spec do *CliticP*. A diferença básica é que o DP* não é foneticamente realizado, como pode ser visto em (26):

- (25) a. Marie **le** connait.
 Maria **o** conhece.
 b. Juan **la** miró.
 João **a** viu.



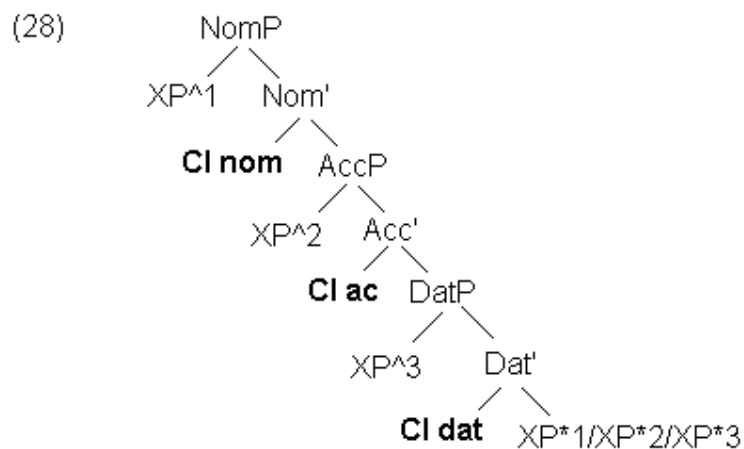
Para as sentenças em que não há redobramento, o autor postula que o movimento do DP não-preenchido pode ser realizado antes ou depois de *Spell-out*. Já no outro caso, nas sentenças de redobramento, o DP foneticamente realizado se move depois de *Spell-out*.

Com essa proposta de que o clítico projeta um *CliticP* é possível explicar, também, os casos em que mais de um clítico ocorre amalgamado a um mesmo verbo, fenômeno que apresentamos também no primeiro capítulo.

Cada clítico (nominativo, acusativo, dativo, etc)⁹ projeta o seu “*CliticP*”. Assim, numa sentença como (27) a estrutura associada a ela seria a que representamos, parcialmente, em (28):

(27) **Il le lui** donnera.

Ele **o lhe** dará.



⁹ Numa língua como o francês, o sistema de clíticos é composto por clíticos de diversas naturezas, como mostra o quadro de Perlmutter (1972):

(i) Quadro dos clíticos no francês

Nom	Neg	1ª/2ª/refl.	Acus	Dat	Loc	Gen
il	ne	Me/te/se/nous	Le/la/les	Lui/leur	Y	en

Este quadro evidencia também a ordenação relativa dos clíticos: o clítico sujeito *il* é o que ocorre mais à esquerda (iia) e o genitivo *em*, o que ocorre mais à direita (iib) no complexo de núcleos incorporados:

- (ii) a. **Il ne le lui** donnera pas.
 Ele neg **o lhe** dará neg.
 b. **Ne pas leur en** avoir parlé.
 Neg neg **lhe** dele ter falado.

Então, conforme a proposta de Sportiche, todos os clíticos de (i), mesmo os que não são estritamente pronominais, como é o caso do clítico negativo *ne*, projetam a sua própria estrutura.

Como já colocamos, o clítico não permanece na posição em que é gerado. Ele se move para junto de um verbo onde completará a sua checagem de traços.

Pelo que acabamos de ver, a proposta de Sportiche (2000) se assemelha àquela defendida por Franco (1999). Em ambas as análises o clítico é gerado independentemente em projeções próprias: *CliticP*, nos moldes do primeiro autor; Agr, nos moldes do segundo. As duas análises têm a sua importância porque dão conta de casos como redobramento pelo clítico e aglomerado de clíticos.

2.3. RESUMO DO SEGUNDO CAPÍTULO

Como vimos, basicamente, as principais questões discutidas neste capítulo dizem respeito ao estatuto categorial do clítico, à posição em que ele é gerado e ao movimento a que se submete na sintaxe das línguas.

Quanto à primeira questão, Raposo (1998) defende que o clítico acusativo de terceira pessoa é um determinante em função da semelhança entre ele e os artigos definidos em línguas românicas. Essa proposta, no entanto, não abrange os outros clíticos, já que eles não se assemelham aos artigos definidos. Para Sportiche (2000) e Franco (1999), os clíticos são constituintes que têm as suas próprias projeções: *CliticP* ou Agr, respectivamente. Esse tipo de análise parece ser mais abrangente do que aquela apresentada por Raposo, pois dá conta não só do clítico acusativo de terceira pessoa, mas também de outros clíticos pronominais.

Quanto à segunda questão, o lugar em que o clítico é gerado, Raposo explica que o clítico acusativo de terceira pessoa é gerado no núcleo da

projeção *Det*, e que seleciona como complemento um NP vazio. O que diferencia esse clítico do artigo definido é que este seleciona como complemento um NP foneticamente realizado.

Para Sportiche (2000) e Franco (1999), o clítico é gerado no núcleo da sua própria projeção: no núcleo do *CliticP*, conforme o primeiro autor; no núcleo de *Agr*, conforme o segundo. Ambos os autores defendem também o licenciamento de um NP, realizado foneticamente ou não, no Spec da projeção do clítico a fim de que a concordância Spec-núcleo seja deflagrada.

Finalmente, quanto à terceira questão, os três autores concordam que a necessidade da checagem de traços do clítico o obriga a se mover para junto de um verbo em sintaxe visível.

Resta-nos então investigar as posições finais em que o verbo e o clítico se encontram na estrutura oracional. E é justamente esse o propósito do próximo capítulo, onde, além de apresentarmos mais explicações sobre o movimento do clítico, veremos também as explanações de alguns autores para os casos em que o clítico ora se posiciona antes do verbo, ora depois do verbo.

3. OS CLÍTICOS PRONOMINAIS À LUZ DA TEORIA DA GRAMÁTICA GERATIVA: II PARTE

3.1. INTRODUÇÃO

Neste terceiro capítulo apontaremos, ainda com o apoio da teoria da Gramática Gerativa, mais algumas explicações concernentes ao movimento do clítico e, em especial, os argumentos dos autores a respeito do posicionamento final do clítico e do verbo. De um lado temos as análises de Kayne (1991), Rizzi (1993) e Belletti (1995) com a idéia de que o clítico finaliza em uma posição mais baixa na estrutura oracional: em AgrSP, TP ou abaixo destas projeções. De outro, estão as análises de Uriagereka (1995), Raposo (2000) e Galves (2001) com a concepção de que o clítico pode pousar numa posição mais alta, acima de AgrSP.

3.2. AS QUESTÕES EM DESTAQUE: O MOVIMENTO E O POSICIONAMENTO FINAL DO CLÍTICO E DO VERBO

3.2.1. A PROPOSTA DE KAYNE (1991)

Com o intuito de explicar o posicionamento final do clítico, Kayne (1991) parte do seguinte pressuposto: os clíticos das línguas românicas invariavelmente se adjungem à esquerda de um núcleo funcional (F). Nos

casos onde esse núcleo funcional domina o verbo, o resultado é a ordem CL-V. A ordem V-CL, por sua vez, resulta do movimento do verbo para a esquerda, ultrapassando o núcleo funcional ao qual o clítico se adjunziu. Assim, o autor tenta dar conta de sentenças como (1), onde o clítico ocorre antes do verbo, e (2), com o clítico posicionado depois do verbo:

(1) a. **Lui** parler serait un erreur.

Lhe falar seria um erro.

b. *Parler **lui** serait un erreur.

Falar-**lhe** seria um erro.

(2) a. Parlarg**li** sarebbe un errore.

Falar-**lhe** seria um erro.

b. ***Gli** parlare sarebbe un errore.

Lhe falar seria um erro.

Kayne considera sem poder explicativo postular um tipo diferente de adjunção do clítico para cada língua: em francês o clítico se adjunge à esquerda do verbo; em italiano, à direita do verbo. O poder explicativo dessa hipótese fica imediatamente comprometido quando se consideram sentenças finitas do italiano, onde a próclise é licenciada (3a):

(3) a. Sarebbe assurdo che tu **gli** parlassi.

Seria absurdo que tu **lhe** falasse.

b. *Sarebbe assurdo che tu parlassigli.

Seria absurdo que tu falasse-lhe.

O quadro ficaria ainda mais complicado se tentássemos uma análise unificada dos clíticos abrangendo o português europeu. Nesta língua, o clítico pode seguir o verbo tanto em estruturas infinitivas (4a) como em estruturas finitas (4b):

(4) a. A Maria pode encontrar-me amanhã.

b. A Maria encontrou-me no último final de semana.

Kayne (1991) assume, então, que uma explicação para a ordem dos clíticos não pode ser dada em termos do tipo de adjunção, eliminando assim a adjunção à direita.

Baseando-se em Willians (1981), Kayne (1991) postula que os clíticos românicos devem se adjungir a algum núcleo funcional e que a gramática universal (UG) permite núcleos (vazios) do tipo I aos quais os clíticos podem se adjungir. Entretanto, o autor restringe os tipos de núcleos a apenas dois: "a) *traces (to which a clitic may never adjoin)*; b) *non-traces abstract I nodes that are non-overt counterpart of an otherwise legitimate I-type category*". (Kayne, 1991: 650).

Conforme b), as sentenças infinitivas do italiano apresentam esse tipo de I abstrato ao qual o clítico se adjunge. Nesse tipo de sentença, o verbo realiza um movimento mais longo, já que ele salta o clítico que está adjungido à

esquerda do núcleo funcional T. Para tal estrutura temos a seguinte representação:

$$(5) \quad [\quad V \quad + \quad \text{Infn} \quad [\quad \text{Cl} \quad + \quad \text{T} \quad [_{\text{Infn}} \quad e \quad] \quad [_{\text{VP}} [_{\text{V}} \quad e \quad]]]]]$$

O verbo salta o nóculo abstrato T e se adjunge ao nóculo Infn para incorporar o afixo de infinitivo. Desse modo, a ênclise é desencadeada já que o clítico se encontra adjungido ao T abstrato. Por que o clítico não permanece em Infn? Porque é um nóculo ocupado por um vestígio.

Nas sentenças infinitivas do francês, por outro lado, o verbo se movimenta somente até o núcleo Infn, e os clíticos se adjungem à esquerda de tal núcleo. Isto é, ao invés de o clítico se adjungir a T (como em (5)), ele se adjungirá a Infn e permanecerá neste nóculo já que este não é ocupado por um vestígio, mas pelo próprio verbo. Nesse caso, o movimento do verbo é menos longo, como representado em (6):

$$(6) \quad [\quad \text{T} \quad [\quad \text{Cl} \quad + \quad [_{\text{Infn}} \quad V \quad + \quad \text{Infn} \quad] \quad [_{\text{VP}} [_{\text{V}} \quad e \quad]]]]]$$

Assim, o que se presume nesta análise é que a ordem Cl-V e V-Cl não depende só do movimento do clítico, mas também do movimento do verbo.

Seguindo o mesmo raciocínio, Kayne (1991) também explica as construções com o particípio passado, em especial o caso do italiano: com ele o clítico ocorre na posição pós-verbal, mas somente em construções em que o auxiliar não está presente, como vemos em (7a). Se o auxiliar fizer parte da

sentença, o clítico se move para a esquerda de tal verbo. É o que ilustra (7c) em contraste com (7b):

- (7) a. Ogni persona presentataci...
 Toda pessoa apresentada-**nos**...
- b. *Maria ha parlatoci.
 Maria tem falado-**nos**.
- c. Maria **ci** ha parlato.
 Maria **nos** tem falado.

O autor postula que em italiano o particípio pode ter Agr e Tense: Agr com os traços de gênero e número e Tense, um núcleo abstrato vazio. Este é o caso de (7a): o verbo se move para Agr, onde recebe o afixo de gênero e depois se adjunge a TP. O a sublinhado em (7a) representa a concordância do feminino. Quanto ao clítico, ele se adjunge à esquerda do T abstrato. De acordo com a explicação do autor, temos a seguinte representação:

- (8) ... Vpp + Agr... CL + T... [Agr e] ... [V.P. [V e]] ...

O particípio se move para Agr, onde recebe o afixo de gênero e depois se adjunge à esquerda de T. O clítico não pode se amalgamar ao Agr porque há o vestígio do verbo. Assim, ele se adjunge ao núcleo T e, como resultado, temos a ênclise.

Quanto às estruturas em que o clítico aparece antes de verbos finitos (3a) e (7c), Kayne sugere que não há necessidade do T abstrato. Nelas, o

clítico se adjunge à esquerda de um núcleo funcional mais alto, T^0 , que hospeda o verbo finito.

Em resumo, por um lado, vimos que no italiano a ordem participio-clítico é derivada de modo similar ao que deriva a ordem infinitivo-clítico. Em ambos os casos o clítico se adjunge à esquerda de um núcleo funcional: T abstrato. Por outro, vimos que no francês, com a ordem clítico-infinitivo, o clítico se adjunge à esquerda do verbo e não de um T abstrato. Neste caso a posição final do clítico é mais baixa do que numa língua como o italiano.

3.2.2. A PROPOSTA DE RIZZI (1993) E BELLETTI (1995)

Rizzi e Belletti defendem, com base no programa minimalista de Chomsky (1993), a seguinte hipótese: o movimento do clítico e as diferentes posições que ele ocupa na sentença estão relacionados com a necessidade de checagem de traços, tanto do clítico como do verbo, que é o constituinte que serve de base final para a incorporação do clítico.

Quanto ao movimento do clítico, ele é visto como último recurso, necessário para salvar uma estrutura que seria não convergente se o clítico não se movesse, como podemos ver em (9a), em contraste com (9b):

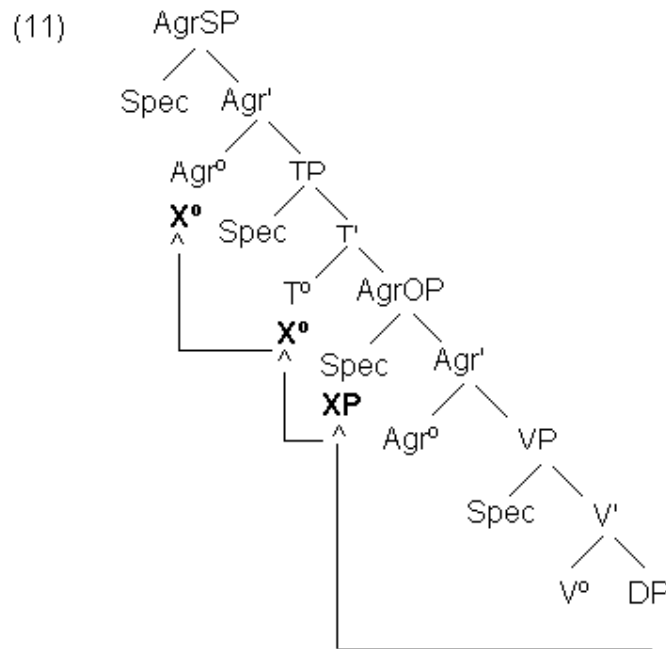
- (9) a. *Conosco **la**.
 Conheço **a**.
 b. **La** conosco.
 A conheço.

Embora haja mais custo derivacional, (9b) evidencia que o clítico se movimenta antes do *Spell-out* para poder garantir a convergência. Esta não é garantida em (9a) porque onde o clítico se encontra não há como realizar a sua checagem de traços. Resta então saber como ele se movimenta e em que posição ele verifica os seus traços.

A propósito do movimento, os autores assumem que o clítico realiza um movimento misto, já que, segundo Chomsky (1993), um item pode ser ao mesmo tempo um X e um XP, sendo os clíticos elementos que ilustram tal possibilidade. Assim, o movimento do clítico pode ser em parte como projeção máxima e em parte como núcleo. Isto fornece uma explicação para os casos abaixo:

- (10) a. **Le** ho salutate.
 As tenho saudadas.
 b. ***Le** ho salutato.
 As tenho saudado.

O exemplo em (10a), contrastado com (10b), indica que o particípio passado obrigatoriamente concorda com o clítico acusativo. Tal fato constitui uma evidência de que o clítico se move como projeção máxima, no mínimo, na primeira parte do movimento. Já numa segunda parte, o clítico se submete a movimento de núcleo, visto que na estrutura final ele aparece incorporado ao verbo. Esse tipo de movimento pode ser visualizado em (11):



Como projeção máxima o clítico se move para o Spec da projeção AgrOP, onde ele checa o traço acusativo. Ao se mover como núcleo, o clítico não deixa de passar pelas outras posições nucleares intermediárias, obedecendo assim a noção conhecida como “Condição do Movimento do Núcleo” (*Head Movement Condition*, cf. Rizzi (1993)).

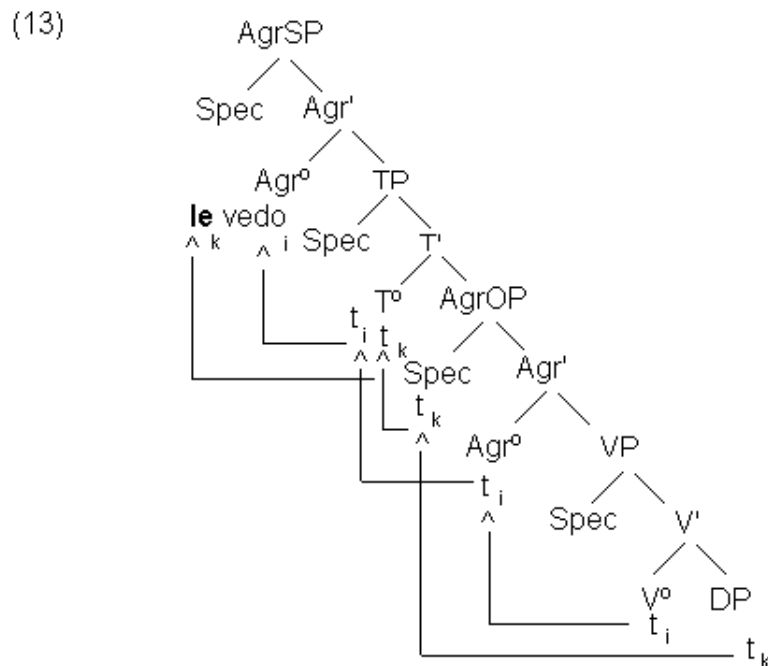
Se o clítico pousa numa posição nuclear, por que ele não pode se mover como núcleo desde o início da derivação? Para esse questionamento Belletti fornece duas explicações: a primeira é que o clítico não deve se mover diretamente para AgrO porque violaria a restrição do movimento do núcleo, já que entre a posição de origem do clítico (interna a VP) e AgrO há outros núcleos intermediários. A segunda é que o clítico não deve se mover “passo a passo” para AgrO porque há duas objeções: se o clítico se mover primeiro para AgrPstPrt (Agr do particípio passado) e em seguida for o verbo para a mesma projeção, a intervenção do clítico entre o verbo e AgrPstPrt bloquearia a checagem de traços da morfologia verbal. Se o verbo se mover primeiro para

AgrPstPrt e depois o clítico se mover para a mesma projeção, o clítico teria que excorporar na derivação, uma vez que o mesmo não permanece ao lado do participio. Entretanto, no programa minimalista não é possível o processo de excorporação. Assim, a saída é postular que o clítico se move como projeção máxima até o Spec de AgrOP e, desta posição em diante, ele se move como núcleo, finalizando ora antes, ora depois do verbo.

Para os casos em que o clítico ocorre antes do verbo finito como em (10a) e (12), Rizzi e Belletti postulam que o verbo finito somente se completa morfologicamente no núcleo de AgrSP. E é para esta posição que o clítico também se movimenta. Para não interferir na checagem do verbo, o clítico se posiciona à esquerda dele, como podemos ver na representação em (13):

(12) **Le vedo.**

As vi.

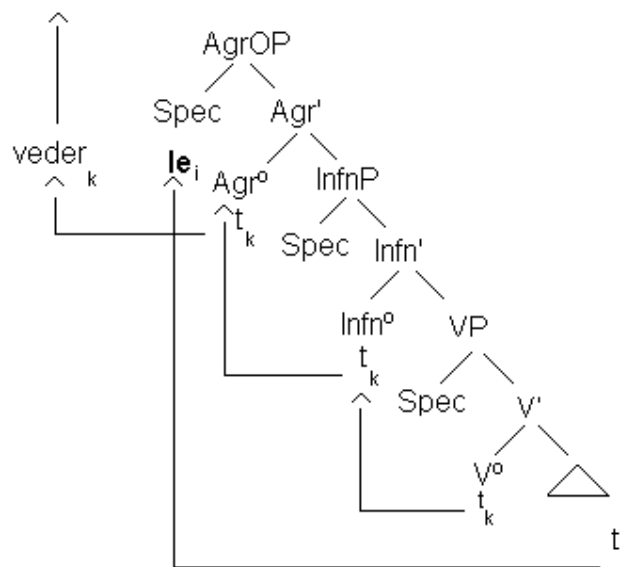


De acordo com os autores, se o clítico se posicionasse à direita do verbo a checagem de traços deste último seria bloqueada. Como explicar então (14), onde aparentemente o clítico se encontra à direita do verbo?

- (14) a. Veder**le**, ... b. Aver**le** viste, ...
 Vê-**las**, ... Tê-**la** vista, ...
 c. Vedend**ole**, ... d. Visteb**le**, ...
 Vendo-**as**, ... Vista-**a**, ...

Rizzi e Belletti explicam que nestes exemplos há movimento suplementar do verbo, como propôs Kayne (1991). Depois que o verbo não-finito checa alguns dos seus traços abaixo de AgrOP, ele se move para uma posição mais alta a fim de se completar morfologicamente. Assim, para não violar o movimento cíclico, o verbo passa por AgrO e leva junto com ele o clítico. Isso pode ser visto em (15), representação parcial para uma sentença como (14a), onde o verbo em questão é o infinitivo:

(15)



Esse tipo de explicação também se aplica a “*small clause*” com particípio passado absoluto (cf. Belletti (1990), Kayne (1989)), em que o clítico se realiza em posição pós-verbal. Observemos isso em (16):

- (16) **Vistala**, Gianni si tranquillizzò.
 Vista-**a**, Gianni se tranqüilizou.

Segundo Belletti (1995), nesse tipo de construção há um AgrPstPrt, abaixo de AgrO, onde o particípio passado verifica parte de sua checagem morfológica. Realizada essa checagem, o particípio se move para além da projeção em que o clítico se encontra, resultando na ordem V-CL.

Todavia, dois problemas são colocados: o primeiro envolve as sentenças infinitivas do francês que admitem a próclise, como vemos em (17a); o segundo diz respeito às imperativas positivas, contexto este em que a ênclise é licenciada (18):

- | | |
|---|---|
| <p>(17) a. Les voir.
 Os ver.
 b. *Voir les.
 Vê-los.</p> | <p>(18) a. Prendiamlo.
 Peguemo-lo.
 b. Prendetelo.
 Peguem-no.</p> |
|---|---|

Para explicar o primeiro caso (17) Belletti se apóia em Pollock (1989): no francês o verbo infinitivo pode, opcionalmente, se mover para uma posição mais alta na oração. Se na infinitiva temos a próclise, então o verbo não se movimentou para T. Para o segundo (18), Rizzi (1993) assume que nesse tipo

de construção há o movimento do V+I para C em função do Critério Imperativo (uma versão do Critério WH (conforme Rizzi (1991))). Em consequência, temos a ênclise. Para as imperativas negativas, em que o clítico pode ser licenciado tanto antes quanto depois do verbo, o autor assume que o paradigma imperativo negativo tem dois possíveis lugares em que pode ser feita a checagem morfológica: InfnP e AgrSP. Se a checagem for feita na primeira projeção temos a ênclise (19a); se for feita na segunda, temos a próclise (19b):

- (19) a. Non prendetelo.
 Não peguem-**no**.
 b. Non **lo** prendete.
 Não **o** peguem.

Rizzi lembra ainda que o clítico também ocorre na posição pós-verbal em contextos finitos em línguas românicas, como no PE, por exemplo:

- (20) a. Ele encontrou-**me** na festa.
 b. A Maria deu-**lhe** esse livro ontem.

Segundo Uriagereka (1992), citado por Rizzi (1993), o lugar de pouso do clítico nesse tipo de língua é um núcleo funcional acima de AgrSP, para onde o verbo se movimenta dependendo de diferentes fatores. Mas, para Rizzi (1993), esse núcleo é identificado como uma recursão de AgrC. Se o verbo permanecer no núcleo de AgrSP, o clítico não pode ocorrer depois dele, pois interferiria na

checagem morfológica do verbo. Assim, este elemento se movimenta para o AgrC e o clítico poderá se incorporar à sua direita.

Em resumo, vimos que Rizzi (1993) e Belletti (1995) assumem a concepção de que o clítico se submete a dois tipos de movimentos: um como projeção máxima e outro como núcleo. Para os casos em que o clítico aparece antes do verbo finito, presume-se que o verbo esteja no núcleo de AgrSP onde faz a sua checagem de traços. O clítico à esquerda do verbo nesta projeção não interfere em tal processo. Se, por outro lado, ele ocorresse à direita do verbo finito, o processo de checagem deste elemento seria interrompido. Para o posicionamento pós-verbal do clítico, por exemplo, em contextos não-finitos do italiano, supõe-se que o verbo realiza a sua checagem morfológica abaixo de AgrOP e, em seguida, realiza um movimento suplementar no qual leva junto o clítico à sua direita. Nesta situação o clítico não interfere mais no processo de checagem do verbo, já que os traços principais deste constituinte já foram verificados.

3.2.3. A PROPOSTA DE URIAGEREKA (1995)

Uriagereka postula a existência de uma posição periférica na sentença, chamada de FP, para onde o clítico se move, antes ou depois de *Spell-out*, a depender da língua ou do dialeto. O francês, por exemplo, é uma língua que tem um FP inativo, o que impossibilita o clítico de se mover para essa projeção em sintaxe visível. Já o espanhol (21) e o galego (22) são línguas que apresentam um FP ativo, permitindo assim o licenciamento do clítico em tal

lugar, que poderá aparecer tanto antes quanto depois do verbo, como ilustram os exemplos que se seguem:

(21) a. **Lo** oimos.

Nós **o** ouvimos.

b. Para oir**lo**...

Para ouvi-**lo**...

(22) a. Quero que **o** oiades.

Quero que **o** ouça.

b. Quén **o** tem ouvido?

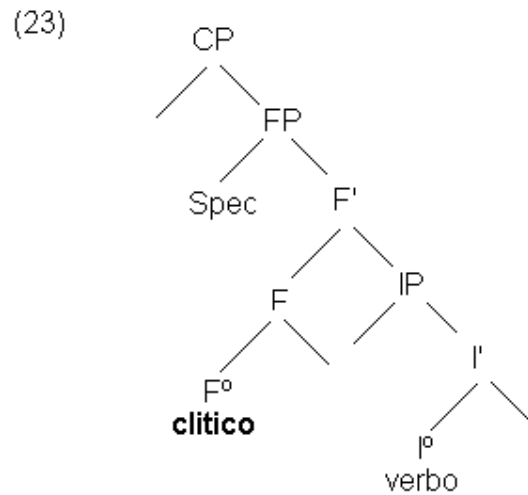
Quem **o** tem ouvido?

c. Ouvimo-**lo**.

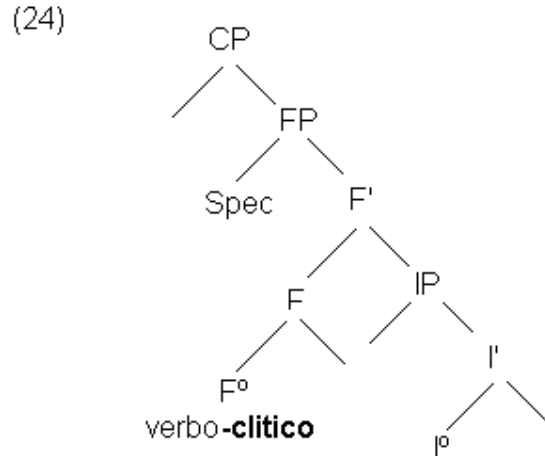
Ouvimos-**o**.

Nos casos em que a próclise ocorre, (21a), (22a) e (22b), presume-se que o clítico se adjunge ao núcleo de FP e o verbo permanece no núcleo de IP, como mostra a representação parcial em (23)¹⁰:

¹⁰ Ao contrário de Uriagereka, Martins (1994) defende que o clítico sempre ocorre no núcleo de IP. Para os casos de clítico em posição pré-verbal, ela postula que tanto o clítico quanto o verbo permanecem no núcleo de IP. Para os casos de clítico em posição pós-verbal, assume que o clítico ocorre no núcleo de IP e o verbo no núcleo de FP.



Para os casos de ênclise, (21b) e (22c), postula-se que o verbo, ao invés de permanecer numa posição mais baixa, é alçado também para a posição periférica onde pousa à esquerda do clítico, como ilustra (24):



Se o clítico se adjunge ao núcleo de FP, resta-nos saber onde se encontra o sujeito em um exemplo como (25):

(25) Nosotros **lo** oimos.

Nós **o** ouvimos.

Segundo Uriagereka, em (25) o sujeito está no Spec de FP, ligando-se a um *pro* em Spec de IP. Seu movimento pode ter sido desencadeado devido a algum tipo de ênfase dado a tal elemento. O mesmo pode-se dizer para o sintagma *a Juan* em (26a), objeto que se deslocou para o Spec de FP. Mas não é qualquer elemento que pode ser licenciado em tal posição. (26b) revela, por exemplo, que um indefinido como *uno* não pode ocorrer em FP:

(26) a. A Juan **lo** atacó *uno* la noche pasada...

Ao João **o** atacou *alguém* na noite passada...

b. *A Juan *uno* **lo** atacó la noche pasada...

Ao João *alguém* **o** atacou na noite passada...

O elemento indefinido só pode ser licenciado no Spec de IP, o que justifica a gramaticalidade de (26a).

Uma evidência de que o clítico realmente se move para FP no galego, por exemplo, é ilustrada a partir de (27), onde temos a interpolação:

(27) a. Cantas veces **a** Pedro veu.

Quantas vezes **a** Pedro viu.

Para Uriagereka, em (27) o clítico está adjunto ao núcleo de FP e o sujeito e o verbo estão em IP.

Ao contrário do espanhol e do galego, o francês não tem um FP ativo, não podendo dessa forma atrair o clítico para tal posição. Nesta língua, excetuando as sentenças imperativas, os clíticos ocorrem sistematicamente na posição pré-verbal tanto em sentenças finitas (28a) quanto em infinitivas (28b):

(28) a. Tu **le** feras.

Tu **o** fará.

b. Elle va **le** faire.

Ela vai **o** fazer.

Para explicar a colocação do clítico em francês, Uriagereka (1995), seguindo Koopman (1994) e outros, assume que entre AgrOP e VP há uma projeção Aspectual (AsP) para onde o verbo se move em francês. Nesta língua o verbo não pode se movimentar para AgrSP, como nas outras línguas românicas exemplificadas anteriormente. O motivo é que o francês é uma língua com morfologia fraca, não havendo motivação para o verbo se movimentar para além de AsP.

Quanto ao clítico, este se move¹¹ e se incorpora à esquerda do verbo em AsP. Antes, porém, o verbo e o clítico checam seus traços de concordância no Agr da projeção de AsP, desencadeando assim a concordância Spec-núcleo do clítico objeto e verbo. Uma evidência desse processo é ilustrada pelos exemplos abaixo:

¹¹ Para Uriagereka, além dos traços morfológicos e dos fatores fonológicos ou prosódicos, certamente os fatores de ordem semântica, resultantes da natureza específica dos clíticos, são também responsáveis pelo movimento deles em sintaxe visível.

(29) a. Paul a repeint/*es les chaises.

Paulo tem repintado/*repintadas as cadeiras.

b. *Paul a **les** repeintes.

Paulo tem **as** repintadas.

c. Paul **les** a repeintes.

Paulo **as** tem repintadas.

O objeto direto *in situ* não concorda com o particípio passado como mostra (29a). Quando o objeto se cliticiza a concordância entre o particípio e o clítico é desencadeada. Todavia, (29b) revela que o clítico não pode permanecer ao lado do particípio. Deflagrada a concordância, o clítico se move e se posiciona à esquerda do verbo auxiliar como evidencia a gramaticalidade de (29c). Para este caso Uriagereka sugere que uma projeção AgrO domina o auxiliar *a e*, por isso, o clítico procura tal projeção.

Que o francês realmente difere de línguas como o espanhol e o galego, podemos comprovar através de (30), (31) e (32):

(30) a. Jean **leur** parlera et **leur** pardonnera.

João **lhe** falará e **lhe** perdoará.

b.*Jean **leur** parlera et pardonnera.

João **lhe** falará e perdoará.

No francês, quando duas sentenças são coordenadas o clítico deve ser repetido, como mostra (30a) *versus* (30b). Já o espanhol e o galego, além de

admitirem a repetição do clítico, (31a) e (32a), permitem também que o mesmo se ausente da segunda sentença, (31b) e (32b):

(31) a. Juan **les** hablará y **les** perdonará.

João **lhe** falará e **lhe** perdoará.

b. Juan **les** hablará y perdonará.

João **lhe** falará e perdoará.

(32) a. Por qué é que Xan **lles** falará e **lles** perdoará?

b. Por qué é que Xan **lles** falará e perdoará?

Diferença como essa contribui então para dizer que as posições finais do clítico e do verbo às quais eles se incorporam nas três línguas exemplificadas não são as mesmas.

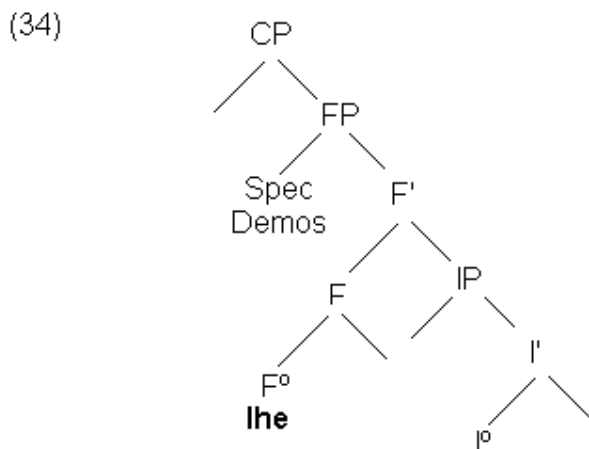
Conforme as explicações de Uriagereka, pode-se afirmar que nem todas as línguas têm um FP morfologicamente ativo na sintaxe visível. Quando ele for ativo o clítico se movimenta para lá. Este é o caso de línguas como o galego e o espanhol que, na ordem CL-V, licenciam normalmente o clítico no núcleo de FP e o verbo no núcleo de IP. Já na ordem V-CL os dois constituintes são licenciados no núcleo de FP. Quando FP for inativo (ativo somente depois de *Spell-out*), o clítico é forçado a se adjungir a uma posição mais baixa na estrutura da oração. Este é o caso do francês, em que o clítico se move para FP apenas depois de *Spell-out*. A conclusão que chegamos, portanto, é que o clítico sempre se movimenta para tal posição. O que diferencia uma língua da outra é que esse processo se dá antes ou depois de *Spell-out*.

3.2.4. A PROPOSTA DE RAPOSO (2000)

Raposo, ao explicar o PE moderno, assume três idéias básicas: a primeira envolve o núcleo de FP, posição esta que normalmente abriga o clítico; a segunda refere-se ao Spec de FP, que obrigatoriamente deve ser preenchido por um elemento foneticamente realizado; e, finalmente, a terceira diz respeito à natureza do elemento que ocupa o Spec de FP, pois é ela que determinará os posicionamentos pré e pós-verbal do clítico. Para explicar isso, consideremos os seguintes exemplos:

- (33) a. (nós) demos-**lhe** muito vinho.
b. *(nós) **lhe** demos muito vinho.
c. (nós,) muito vinho **lhe** demos.
d. *(nós,) muito vinho demos-**lhe**.

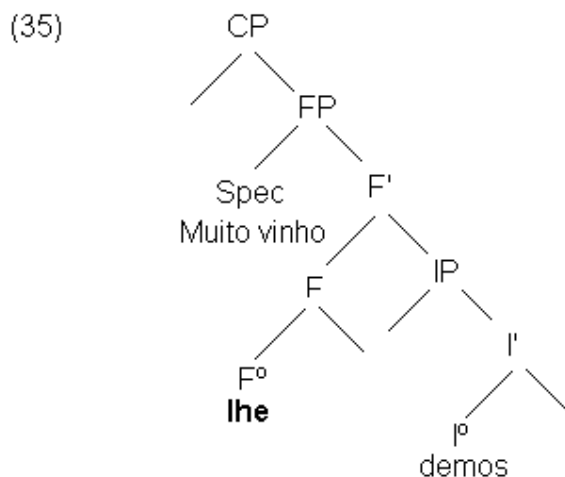
Começamos pelos casos em que o clítico é licenciado depois do verbo, como em (33a). Nesse tipo de situação o autor postula que o clítico se adjunge ao núcleo de FP e o verbo o salta e alcança o Spec da mesma projeção, como representado parcialmente em (34):



De imediato, dois problemas são colocados: Como pode um verbo, um elemento nuclear, ocupar uma posição de especificador? E a “Condição do Movimento do Núcleo” (*Head Movement Condition*)? Ela pode ser violada?

Segundo o autor, o movimento do verbo para o Spec de FP é uma operação de último recurso que se aplica para satisfazer as propriedades morfológicas e fonológicas do verbo. Para salvar uma estrutura não convergente, a condição de uniformidade da estrutura (cf. Chomsky (1995)) pode ser violada. Então um elemento X^0 poderá ocorrer no Spec da projeção máxima. Quanto à segunda questão, o autor utiliza a noção de equidistância para explicar que o núcleo de FP e seu Spec são equidistantes de IP, podendo então o verbo cruzar o núcleo de FP sem violar duas condições minimalistas: a “Condição do Movimento Mais Curto” (*Shortest Movement Condition* – Chomsky (1993)) e a “Condição do Link Mínimo” (*Minimal Link Condition* – Chomsky (1993), (1995)). A restrição do movimento do núcleo, que é menos relevante do que estas duas condições, pode então ser violada para derivar uma estrutura convergente.

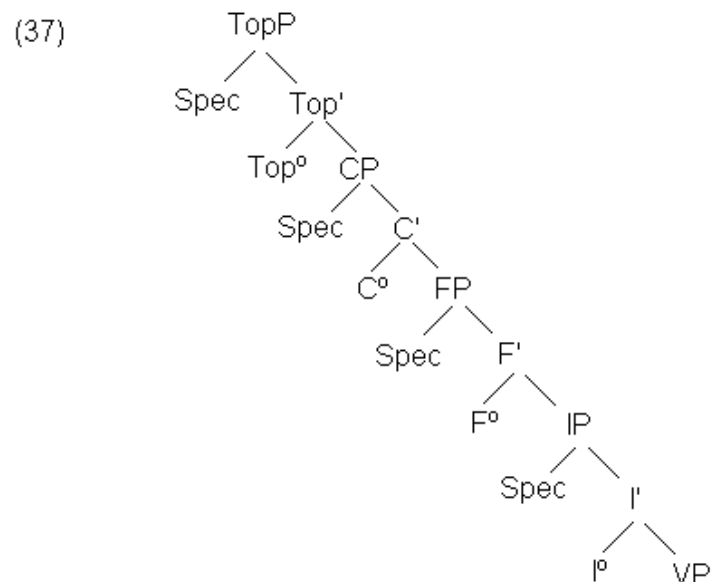
Todavia, o autor lembra que o verbo não se move para o Spec de FP quando à sua esquerda ocorre um operador, que também deverá ser licenciado no Spec de tal projeção. Como o verbo permanece em I⁰, o clítico, então, aparece na posição pré-verbal, como em (33c), e representado em (35):



Esse mesmo posicionamento é impossível quando no Spec de FP ocorre um elemento topicalizado. Vejamos o contraste entre (36a) e (36b):

- (36) a. *Esse livro, o dei ao João.
 b. Esse livro, dei-o ao João.

A inaceitabilidade de (36a) chama a atenção para o fato de que não é qualquer elemento que pode ocupar o Spec de FP. Em (36b) é o verbo que ocorre em tal posição, desencadeando assim a ênclise. Quanto ao sintagma *esse livro* que ocorre à esquerda do verbo em (36b), Raposo explica que ele é licenciado acima de FP, em TopP, como mostra (37), estrutura também ampliada pelo mesmo autor:



E é em TopP, posição também periférica, que se encontra o sujeito *nós* das sentenças exemplificadas em (33a) e (33c) acima.

De acordo com Raposo, o movimento do verbo para o Spec de FP acontece independentemente da presença do clítico em tal projeção. Mesmo numa sentença como (38) o verbo se move para lá:

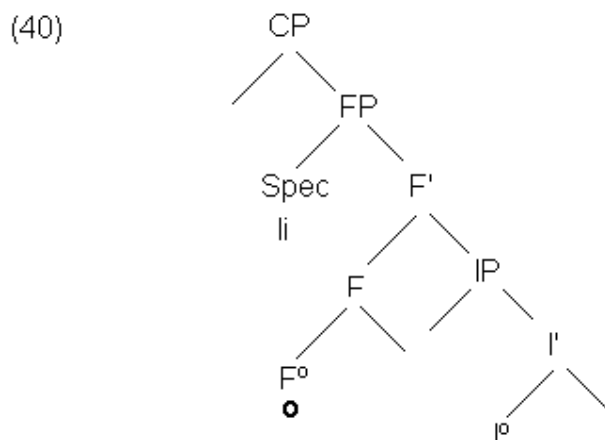
(38) Li o livro.

O clítico na posição pós-verbal, no caso, torna visível essa operação. Esse pressuposto parece explicar também (39a), onde temos a ilustração da lei Tobler-Mussafia:

(39) a. Li-**o**.

b. ***O** li.

O clítico antes do verbo não pode ser licenciado caso à sua esquerda não tenha algum elemento foneticamente realizado. Se assumirmos que o clítico está no núcleo de FP, então podemos dizer que o Spec em (39b) está vazio. Portanto, para que a ênclise seja licenciada, o verbo se move para o Spec resultando, assim, (39a), representada parcialmente em (40):



Mas como explicar casos como (41), do espanhol, em que o clítico ocorre antes do verbo mesmo não havendo elemento foneticamente realizado à sua esquerda?

(41) a. **Lo** vi.

O vi.

Segundo Raposo, esse tipo de construção evidencia o enfraquecimento dos traços morfológicos do verbo. No caso do PE, trata-se de uma língua em que o verbo apresenta traços morfológicamente fortes e, por isso, eles devem ser checados antes de *Spell-out*. No espanhol, o movimento do verbo para o Spec

da projeção periférica, numa construção como (41), ocorre depois de *Spell-out*. Seria o mesmo caso de uma língua como o francês, como já vimos na análise de Uriagereka (1995). Portanto, em (41) o verbo e o clítico estariam em posições abaixo de FP, possivelmente em IP. É nesta projeção que também se encontram o clítico e o verbo em uma sentença como (42a):

- (42) a. Muito whisky o capitão **me** tem servido!
 b. Muito whisky **me** tem o capitão servido!

Se assumirmos que em (42a), uma estrutura sem inversão, o sujeito ocupa o Spec de IP, então somos levados a dizer que tanto o clítico quanto o verbo não se encontram em FP. Por outro lado, note-se que em (42b), uma estrutura com inversão, o clítico e o verbo se posicionam antes do sujeito. Neste caso, deduzimos que ambos, clítico e verbo, tenham se movido para o núcleo de FP, cujo Spec é ocupado pelo operador *muito whisky*. Se este elemento não ocorresse em tal posição, provavelmente ela seria ocupada pelo verbo, o que determinaria o posicionamento pós-verbal do clítico.

Ainda em relação ao exemplo de (42b), o autor explica que, primeiramente, o verbo e o clítico se adjungem ao núcleo de IP e, em seguida, eles se movem e se incorporam ao núcleo de FP. Uma questão, porém, é levantada: pode o clítico pousar em FP independentemente do alçamento do verbo? O fenômeno da interpolação sugere uma resposta positiva. Como já mencionamos no primeiro capítulo, tal fenômeno consiste na ocorrência de algum elemento visível de outra natureza entre o clítico e o verbo, como ilustram os casos em (43) do português antigo:

- (43) a. Aquellas que **o** melhor forem.
 b. O Carlos disse que **me** já não podia ir buscar.

Para Raposo, nesse tipo de situação o clítico ocorre em FP e o verbo, no núcleo de IP. Portanto, o clítico pode alcançar a projeção periférica sozinho. O mesmo, no entanto, não pode ser dito para o verbo, o que explica a impossibilidade de (44b):

- (44) a. Muita felicidade **lhe** Deus trouxe!
 b. *Muita felicidade trouxe Deus **lhe**!

O verbo não pode se mover para FP deixando o clítico em IP. Isso prova que nesta posição o clítico precisa checar traços junto do verbo. Se este elemento se move a checagem do clítico é interrompida. Já no núcleo de FP o clítico realiza a sua checagem mesmo sem a presença do verbo, como em (44a).

Para finalizar, o autor faz ainda outra colocação a respeito dos posicionamentos pré e pós-verbais do clítico. Independentemente de o clítico estar em IP ou acima desta projeção, a ênclise evidencia que o verbo realiza uma operação a mais do que quando é a próclise a licenciada. Isto expressa formalmente a intuição de Raposo (1998), segundo a qual o movimento do clítico que deriva a ordem CL-V é “preguiçoso”, tendo em vista o fato de que nesta situação o verbo ocorre sempre abaixo do clítico. Visivelmente, nesta ordem temos um passo a menos que na ordem V-CL, o que torna o processo derivacional daquela menos custoso do que o desta última.

Em suma, vimos que na proposta de Raposo (2000) a projeção FP é sempre ativada no PE, ocorrendo sempre em seu Spec um elemento foneticamente realizado: um operador ou um verbo. O primeiro determina o posicionamento pré-verbal do clítico e o segundo, o pós-verbal. Além disso, o autor também supõe que o clítico pode ocorrer numa posição abaixo de FP, por exemplo, no núcleo de IP, numa sentença como a que vimos em (42a).

3.2.5. A PROPOSTA DE GALVES (2001)¹²

O principal objetivo de Galves (2001) nesta análise, baseada no programa minimalista de Chomsky (1995), é explicar os diferentes posicionamentos do clítico em duas fases distintas do português europeu: o português clássico (doravante PCL) e o PE moderno. Na primeira fase, o clítico se alterna livremente antes e depois do verbo independentemente da natureza dos elementos que ocorrem à esquerda de ambos. Pode ser, por exemplo, um sujeito pronominal, (45a) e (45b), ou nominal, (45c) e (45d), como revelam estes dados tirados de Torres Morais (1995):

- (45) a. Dom Francisco foi muito bem recebido. (...) *e/le me* escreve muito satisfeito e *eu o* tenho estimado muito pelos grandes talentos que conheço naquele fidalgo.
- b. E *eu*, pelo contrário, sustentei-**lhe** sempre que era mentira.

¹² Esta proposta, que aparece no capítulo 11 (2001), é, na verdade, de (1997).

- c. *O amigo Pedro Antônio* **me** disse ultimamente que V. M me remetia mais tabaco.
- d. *O ar* parece-**me** bastante benigno.

Esse tipo de alternância, no entanto, não se verifica no PE moderno, onde o posicionamento pré e pós-verbal do clítico depende do tipo de constituinte que ocorre à esquerda do verbo. Vejamos, primeiramente, algumas situações em que a ênclise aparece:

- (46) a. Parece-**me** que choverá amanhã.
- b. ***Me** parece que choverá amanhã.
- c. A Maria deu-**lhe** esse livro ontem.
- d. *A Maria **lhe** deu esse livro ontem.
- e. Essa rapariga, conheço-**a** muito bem.
- f. *Essa rapariga, **a** conheço muito bem.

Note-se que em (46a) temos a aplicação da lei Tobler-Mussafia, que proíbe o clítico de se posicionar antes do verbo como em (46b). Esse tipo de posicionamento também não é permitido se o sintagma que antecede o verbo é um sujeito referencial, como mostra o contraste entre (46c) e (46d), ou um elemento topicalizado, como evidenciam (46e) e (46f).

Quanto à próclise, podemos observá-la nos seguintes contextos:

a) *Sentenças com constituintes negativos:*

- (47) a. A Maria não **lhe** deu esse livro ontem.
b. *A Maria não deu-**lhe** esse livro ontem.

b) *Sentenças com expressões quantificadas ou focalizadas:*

- (48) a. Alguém **o** tinha avisado.
b. *Alguém tinha-**o** avisado.
c. Muito trabalho **me** deu essa descrição.
d. *Muito trabalho deu-**me** essa descrição.

c) *Sentenças interrogativas com o elemento WH precedendo o verbo:*

- (49) a. Que livro a Maria **lhe** deu ontem?
b. *Que livro a Maria deu-**lhe** ontem?

d) *Sentenças subordinadas:*

- (50) a. Sei que a Maria **lhe** deu esse livro ontem.
b. *Sei que a Maria **lhe** deu esse livro ontem.

- e) *Sentenças em que o verbo vem antecedido de certos advérbios. Por exemplo: já, sempre, ainda, também, raras vezes, etc.*

Segundo Galves, essas restrições que determinam a colocação do clítico antes do verbo também se verificam no PCL. O que diferencia esta fase da outra é a ocorrência do clítico na posição pós-verbal, quando o verbo não está em primeira posição.

Para explicar as diferenças entre as duas fases, a autora coloca que nos casos em que o clítico se posiciona depois do verbo finito entra em jogo a categoria Comp, projeção esta associada a uma matriz de traços- Φ . Esses traços podem constituir o conteúdo de uma categoria funcional independente ou, ao contrário, estar associados a uma outra categoria funcional. A natureza dos traços e a maneira como eles são verificados determinarão os diferentes posicionamentos dos clíticos nas duas fases do português europeu.

No PCL o verbo se move para Comp e temos uma língua com características V2, como mostrado pelos exemplos tirados de autores do século XVIII (cf. Torres Morais (1995)), onde o verbo se encontra acima do sujeito:

- (51) a. A estas últimas chamam os médicos doenças contra ...
 b. No mesmo instante fez o governador o sinal.
 c. Com a língua faz o arrieiro a célebre cantiga.

Para Galves, (51) evidencia a existência de duas propriedades: a associação de traços- Φ a Comp e o fato de eles apresentarem um traço V-forte, o que obriga o verbo a se mover visivelmente para o núcleo de tal projeção. Quando isso acontece, supõe-se que o Spec de CP se torne potencialmente uma posição de sujeito, saturando assim o elemento de concordância nuclear de CP, impedindo que o clítico verifique seus traços quando ele ocorre depois do verbo. Podemos explicar isso a partir de (52):

- (52) a. [_{CP} XP_i [_{Ci} **CL**-V]...]
 b. * [_{CP} XP_i [_{Ci} V-**CL**]...]

Com este contraste é possível então entender por que, se o sujeito ou um outro sintagma da oração ocupa o Spec de CP, a ênclise não pode ser licenciada. É porque o elemento de concordância presente em CP é verificado pelo constituinte que ocupa o Spec do mesmo. Assim, não há como o clítico de posição pós-verbal fazer a sua checagem de traços, processo este identificado em (52) pela co-indexação.

Se, por outro lado, nenhum sintagma se move para o especificador de Comp, então o clítico poderá ocorrer depois do verbo finito, já que seus traços podem ser checados via relação Spec-núcleo de CP. Vejamos (53):

- (53) a. XP [_{CP} [_{Ci} V-**CL**]_i]...]
 b. *XP [_{CP} [_{Ci} **CL**]_i V]...]

O que constatamos nas representações (52) e (53) é, na verdade, uma complementaridade das estruturas de clítico em posição pós-verbal com aquelas em que o Spec de CP está preenchido. Ou seja, se tal projeção estiver ocupada por um sujeito ou um outro elemento, teremos o clítico na posição pré-verbal. Neste caso o clítico não precisa checar traços com o Spec de Comp. Se, por outro lado, o Spec do mesmo não estiver preenchido, teremos então o clítico na posição pós-verbal, estabelecendo assim a relação de concordância entre o Spec e o núcleo de CP. Nessas condições um sintagma pré-verbal, sujeito ou não, deve estar fora da fronteira da oração quando a ênclise ocorre, como representado em (53a).

Ao contrário do PCL, no PE moderno o verbo finito não se move para C⁰, na sintaxe visível, em função da ausência de um traço V-forte associado aos traços- Φ de CP. Nessa fase do português europeu o verbo se move, antes de *Spell-out*, até o Agr associado à categoria Comp, como indica (54):

(54) [_{CP} Φ _i [_{AgrP} NP V-**CL** _i]]

O licenciamento da ênclise é permitido nesse caso porque a relação de concordância, marcada pela co-indexação, entre o clítico e os traços- Φ de CP é estabelecida, já que nessa projeção não há nenhum elemento foneticamente realizado.

Em relação à próclise no PE moderno, ela é legitimada quando Comp não apresenta traços- Φ , mas sim elementos com traços operadores, WH ou Focus ou Negação. Essa distribuição complementar é representada em (55):

- (55) a. [_{CP} X op [_{AgrP} NP **CL-V**]]
 b. * [_{CP} Φ [_{AgrP} NP **CL-V**]]

Como se pode notar pelo contraste entre (54) e (55b), CP com traços-Φ não desencadeia a ordem CL-V, mas sim a ordem V-CL.

Ainda no tocante aos casos em que o clítico se posiciona antes do verbo, Galves coloca que tal posicionamento acontece quando Comp participa de uma operação sobre a sentença antes ou depois *Spell-out*. Antes de *Spell-out*, verificam-se as estruturas em que um elemento interrogativo (49a) ou focalizado (48c) se deslocou para o Spec de Comp. Depois de *Spell-out*, ocorre o movimento dos traços de negação (47a) e dos traços lógicos associados aos quantificadores (48a). Quanto às sentenças subordinadas (50), elas não podem ter um Comp associado a Agr, visto que a relação de concordância que esse Agr implica é local. O clítico na posição pré-verbal é, portanto, obrigatório, a não ser que ocorra um tópico imediatamente antes da sentença subordinada, desencadeando assim o posicionamento pós-verbal do clítico, como em (56):

- (56) a. Eu sei que, a Maria, o João viu-**a** ontem.
 b. *Eu sei que, a Maria, o João **a** viu ontem.

Resumindo: as explicações de Galves (2001) revelam que a projeção CP é ativada tanto no PCL quanto no PE moderno. As diferenças básicas entre as duas línguas são: na primeira o verbo se move antes de *Spell-out* para Comp, pois o verbo ostenta traços fortes; na segunda, o verbo não se move para Comp, mas sim para um Agr associado a ele.

Além disso, o que caracteriza o posicionamento pré e pós-verbal do clítico é o tipo de elemento licenciado em Comp. No PCL, quando o Spec desta projeção é ocupado por um sintagma o clítico ocorre antes do verbo; quando o Spec não hospeda nenhum elemento foneticamente realizado o clítico é licenciado após o verbo. Neste caso, o clítico completa a sua checagem com os traços contidos no núcleo de CP. No PE moderno o processo é semelhante, com a diferença de que o clítico e o verbo não se encontram em Comp. Se este apresenta traços- Φ a ênclise é desencadeada; se não apresenta traços- Φ , e sim operadores ou outros sintagmas, é a próclise que ocorre. Em ambas as fases do português europeu o clítico de posição pós-verbal realiza sua checagem numa relação especificador/núcleo. No PCL essa relação se dá entre o núcleo de CP e o Spec da mesma. Já no PE, a relação é entre o Spec de CP e o núcleo do Agr associado a ele.

3.3. RESUMO DO TERCEIRO CAPÍTULO

No que se refere à posição final do clítico, vimos que não há um verdadeiro consenso entre os autores. Para uns, o clítico pousa numa posição mais baixa; para outros, numa posição mais alta.

Kayne (1991) defende que os clíticos das línguas românicas se adjungem à esquerda de um núcleo funcional: T abstrato ou um outro núcleo funcional que hospede o verbo. Por exemplo, no francês, nas sentenças infinitivas tal núcleo é Infn; no italiano, nas sentenças finitas tal núcleo é TP. Na visão de Rizzi (1993) e Belletti (1995) o clítico se move para a projeção de AgrOP; mas como esta projeção não contém um traço forte de Caso *per se* o

clítico é obrigado a se incorporar ao verbo. Para Uriagereka (1995), Raposo (2000) e Galves (2001), o clítico e o verbo podem pousar ou não numa projeção periférica: FP para os dois primeiros; e CP para a última autora.

Em relação aos diferentes posicionamentos dos clíticos, Kayne explica: a posição natural do clítico é a pré-verbal; já nos casos em que o clítico ocorre depois do verbo temos um movimento suplementar do verbo. Esta última idéia é também assumida por Belletti, Rizzi, Uriagereka, Raposo e Galves, que também fornecem uma explicação para os diferentes posicionamentos dos clíticos em línguas românicas.

Rizzi e Belletti postulam que nos casos em que o clítico aparece antes do verbo finito no italiano o verbo somente se completa morfológicamente em AgrSP. Assim, para não interferir na checagem morfológica do verbo, o clítico se posiciona à esquerda dele. No caso em que o clítico é licenciado depois do verbo infinitivo, por exemplo, o verbo se completa morfológicamente numa posição abaixo de AgrOP: em InfnP. Por isso, o verbo pode ultrapassar o núcleo no qual o clítico se encontra e se mover para além dele, levando junto o clítico.

No tocante ao posicionamento pré-verbal do clítico em línguas como o galego e o espanhol, Uriagereka hipotetiza que o clítico se encontra no núcleo de FP e o verbo, abaixo de tal posição. Na ênclise, tanto o clítico quanto o verbo se encontram no núcleo de FP, pois ambas as línguas ativam esta projeção antes de *Spell-out*. Já numa língua como o francês, em que FP é ativado apenas depois de *Spell-out*, o clítico é licenciado numa posição mais baixa.

Para Raposo, que explica o português europeu, normalmente o clítico é licenciado no núcleo de FP. Quando ele aparece em posição pré-verbal, o verbo se encontra no núcleo de IP. Quando ele ocorre após o verbo, este constituinte também se encontra em FP. O que diferencia basicamente essa análise daquela proposta por Uriagereka (1995) é o posicionamento final do verbo quando o clítico é licenciado depois dele. Para Uriagereka o verbo finaliza no núcleo de FP; para Raposo, no Spec de FP.

Como Uriagerka e Raposo, Galves também propõe que o clítico, quando em posição pré e pós-verbal, ocorre numa posição periférica; porém, com uma diferença: a projeção chamada de FP pelos dois outros autores não é senão um Comp associado a uma matriz de traços- Φ , ou seja, a um elemento de concordância. É, portanto, para tal projeção que o complexo V+I e o clítico se movem. A diferença básica entre o PE e o PCL é que nesta última o complexo V+I e o clítico se movem para o núcleo de CP, já que é uma língua que apresenta características do fenômeno V2. No PE, o complexo V+I e o clítico se movem para um Agr associado a Comp. O tipo de elemento licenciado em CP é que determinará o posicionamento pré e pós-verbal do clítico.

Encerramos, assim, as explicações dadas pelos autores para o movimento e o posicionamento final do clítico e do verbo. Com elas e com aquelas que apresentamos no capítulo anterior, pretendemos também explicar o comportamento do clítico em uma língua como o português brasileiro que, como veremos nos próximos dois capítulos, apresenta particularidades bastante interessantes, merecendo então uma análise baseada no quadro teórico da Gramática Gerativa.

CAPÍTULO IV

4. O SISTEMA DE CLÍTICOS PRONOMINAIS DO PORTUGUÊS BRASILEIRO: UM SISTEMA DEFECTIVO OU EM MUDANÇA

4.1. INTRODUÇÃO

Os clíticos pronominais, por terem um comportamento bastante particular no PB, têm despertado o interesse de vários pesquisadores que seguem as linhas da Sociolingüística e da Gramática Gerativa. Em muitos trabalhos, além de os clíticos serem abordados como pertencendo a um sistema defectivo ou em mudança, são também associados a algumas particularidades sintáticas, por exemplo, o fenômeno do objeto nulo e o licenciamento do pronome tônico nas posições de objeto direto.

Na primeira parte deste capítulo procuraremos, então, descrever as principais mudanças que envolvem o sistema de clíticos do PB. Para tanto, destacaremos alguns resultados quantitativos obtidos a partir de estudos diacrônicos e sincrônicos, em especial aqueles realizados por Pereira (1981); Duarte (1986); Corrêa (1991); Cyrino (1990, 1993); Pagotto (1992, 1993); Monteiro (1994); Luize (1997) e Coan & Silveira (1997)¹³. Na segunda, apresentaremos duas análises que procuram explicar a posição dos clíticos no PB e o desaparecimento do clítico acusativo: a de Nunes (1993) e a de Galves (2001).

¹³ Ver também Galves e Abaurre (1996).

4.2. O POSICIONAMENTO DO CLÍTICO NO PB: O QUE REVELAM AS PESQUISAS DIACRÔNICAS E SINCRÔNICAS

Nas pesquisas de âmbito diacrônico, em se tratando de clíticos, um dos aspectos que mais se destaca é a falta de mobilidade desses elementos na sentença. Isso é visível, por exemplo, nas construções com mais de um verbo adjacente, como constataram Pagotto (1992) e Cyrino (1993). Ambos os autores observaram que em séculos anteriores o clítico se movia e se posicionava ao lado do verbo mais alto da sentença. Com o decorrer do tempo, o clítico passou a ocorrer numa posição mais baixa. Podemos notar essa inovação do PB a partir das tabelas (I) e (II) (adaptadas da tabela 2, cf. Pagotto (1993), p. 192):

Séc.	CL-1^o verbo+inf.	CL-1^o verbo+ger.	CL-1^o verbo+part.	Total de dados
XVI	72 (96%)	6 (100%)	11 (100%)	89
XVII	37 (97%)	3 (100%)	27 (100%)	67
XVIII	50 (85%)	4 (80%)	15 (100%)	69
XIX	8 (67%)	1 (100%)	16 (89%)	25
XX	4 (11%)	1 (8%)	6 (75%)	11

Tabela (I): *Frequência da próclise ao primeiro verbo*

Como se vê nesta primeira tabela, do século XVI ao século XVIII a frequência de colocação do clítico ao primeiro verbo da locução é bem maior do que nos séculos XIX e XX. Neste último, o clítico passa a se posicionar antes do verbo mais baixo, tanto com o verbo infinitivo, o gerúndio e o particípio, como mostram os resultados da tabela abaixo:

Séc.	1º verbo+CL-inf.	1º verbo+CL-ger.	1º verbo+CL-part.	Total de dados
XVI	0	0	0	0
XVII	0	0	0	0
XVIII	1 (2%)	1 (20%)	0	2
XIX	0	0	0	0
XX	18 (50%)	11 (84%)	2 (25%)	31

Tabela (II): *Frequência da próclise ao segundo verbo*

Esse novo posicionamento ocorre mesmo na presença de elementos considerados atratores do clítico, por exemplo, a negação, como podemos ver na tabela (III) (apresentada por Cyrino (1993), p. 169):

Séculos	<i>Neg cl- aux. V</i>	<i>Neg aux cl- V</i>
	Ex: eu não lhe tinha escrito	Ex: não tinha lhe escrito
1ª met. sec. XVIII	100%	0%
1ª met. sec. XIX	87,5%	12,5%
2ª met. sec. XIX	90%	10%
1ª met. sec. XX	0%	100%
2ª met. séc. XX a	20%	80%
2ª met. séc. XX b	0%	100%

Tabela (III): *Posição do clítico em presença de partícula atratora*

De um lado, vemos que na primeira metade do século XVIII, explicitamente, o clítico se movia para junto do verbo mais alto. Por outro, notamos que o mesmo não acontece em duas fases do século XX: o clítico é licenciado categoricamente junto do verbo mais baixo. Nesse novo posicionamento ele aparece antes do verbo, já que a outra opção, a pós-verbal, vai sendo abandonada com o decorrer dos séculos. Essa mudança pode ser vista nas tabelas (IV), (V) e (VI) (também apresentadas por Cyrino (1993), p. 167-168):

Séculos	%
1ª met. séc. XVIII	100
1ª met. sec XIX	100
2ª met. sec XIX	100
1ª met. sec XX	25
2ª met. sec XX a	66
2ª met. sec XX b	0

Tabela (IV): *Ênclise com gerúndio*

Séculos	%
1ª met. séc. XVIII	100
1ª met. sec XIX	100
2ª met. sec XIX	86
1ª met. sec XX	56
2ª met. sec XX a	25
2ª met. sec XX b	0

Tabela (V): *Ênclise com infinitivo impessoal*

Séculos	%
1ª met. séc. XVIII	100
1ª met. sec XIX	100
2ª met. sec XIX	86
1ª met. sec XX	62
2ª met. sec XX a	74
2ª met. sec XX b	0

Tabela (VI): *Ênclise com imperativo afirmativo*

Nas três situações acima, constata-se que o clítico ocorria, de forma categórica, na posição pós-verbal nas primeiras metades dos séculos XVIII e XIX. Progressivamente, esse tipo de posicionamento cede lugar para o pré-

verbal, colocação esta também confirmada nas pesquisas de âmbito sincrônico, por exemplo, na de Monteiro (1994) e Coan & Silveira (1997).

Monteiro (1994), ao verificar a distribuição dos clíticos no *corpus* do Projeto Nurc, constata que, de um total de 2003 clíticos, 87% se posicionam antes do verbo e apenas 13%, depois deste constituinte, como podemos ver na tabela (VII):

Clíticos	CL + V	%	V + CL	%
Me	512	99	7	1
Te	12	100	0	0
Se	1076	85	190	15
Lhe	41	87	6	13
Nos	80	93	6	7
(L)o/(l)a	29	40	44	60
Total	1750	87	253	13

Tabela (VII): *Frequência do clítico em posição pré e pós-verbal*

Note-se que o único caso em que o posicionamento pós-verbal supera a tendência geral no PB envolve o clítico acusativo de terceira pessoa, nas formas *lo* e *la*, exatamente porque das 73 ocorrências 42 são de verbos no infinitivo. E é realmente este contexto que favorece o uso desse tipo de clítico no PB, como reafirma Luize (1997): das 13 ocorrências de clíticos acusativos de terceira pessoa em 1279 dados do falar de Florianópolis, 12 foram licenciadas após o verbo infinitivo, e apenas 1 ocorrência em posição pré-verbal, sendo que neste caso o clítico ocorre junto do verbo finito.

Que a posição preferida do clítico no PB é a pré-verbal também é confirmado na pesquisa de Coan & Silveira (1997): de um total de 624 clíticos

registrados na fala de Florianópolis e Chapecó, 589 ocorrem antes do verbo e apenas 35 na posição pós-verbal.

Em relação ao posicionamento pós-verbal do clítico, vale salientar que as pesquisas indicam que ele é típico de situações de alta formalidade. Pereira (1981), por exemplo, constatou que a proporção de clíticos após o verbo é mais elevada na língua escrita do que na falada, embora em ambas as modalidades a posição pré-verbal seja a tendência dominante.

Pelos resultados apresentados comprova-se que, de fato, houve mudanças no posicionamento dos clíticos no PB: o clítico passou a ocorrer, com o passar do tempo, em posições mais baixas, e a próclise, a ser a tendência geral.

Além das mudanças apontadas acima, uma outra também se destaca no PB. Trata-se do empobrecimento do sistema de clíticos, visto que o uso destes elementos é cada vez menos freqüente na língua. É uma mudança que atinge principalmente o clítico acusativo de terceira pessoa. Como veremos na próxima seção, esse tipo de clítico não aparece na fala de crianças em fase pré-escolar e só é registrado muito minoritariamente na fala culta.

4.3. A DIMINUIÇÃO DE USO DOS CLÍTICOS: O QUE REVELAM AS PESQUISAS DIACRÔNICAS E SINCRÔNICAS

A diminuição de uso dos clíticos, do ponto de vista diacrônico, está associada a novas construções do PB, em que normalmente as sentenças são construídas com formas alternativas aos clíticos: o clítico dativo é substituído por um PP que contém um pronome tônico; o acusativo, também pelo pronome

tônico ou pelo objeto nulo. Esta última substituição é encontrada, por exemplo, na pesquisa de Cyrino (1990), como podemos observar nos resultados da tabela (VIII):

Século	Número de clíticos	Nº de objetos nulos
XVIII	102	17
XIX (1ª met.)	63	45
XIX (2ª met.)	127	42
XX (1ª met.)	49	137
XX (2ª met.)	27	211

Tabela (VIII): *Ocorrência de clíticos objetos X ocorrência de objetos nulos*

De fato, no século XVIII o clítico era a forma mais utilizada para representar o objeto: 102 dados em oposição a 17 casos de objetos nulos. Já na segunda metade do século XX, constata-se maior frequência de objetos nulos: 211 em oposição a 27 ocorrências de clíticos. Essa mesma preferência se confirma nos estudos sincrônicos, por exemplo, de Duarte (1986) e de Luize (1997).

Ao verificar a ocorrência do clítico acusativo de terceira pessoa, bem como de outros elementos que ocorrem na posição de objeto no PB, tais como o pronome lexical, a categoria vazia e o sintagma nominal anáforico, Duarte constata que o clítico é, no geral, a forma menos usada pelos informantes paulistanos. Vejamos os seus resultados:

Variante	Ocorrências	%
Clítico	97	4,9
Pronome lexical	304	15,4
Categoria vazia	1235	62,6
SN anafórico	338	17,1
Total	1974	100,0

Tabela (IX): *Distribuição dos dados conforme as variantes usadas*

Das 1974 ocorrências analisadas pela autora, apenas 97 (4,9%) são de clíticos. A forma mais recorrente é a categoria vazia, num total de 1235 (62%).

Um fato importante apontado no estudo de Duarte é a constatação da ausência absoluta de clítico acusativo de terceira pessoa na fala dos jovens, entre 15 e 17 anos. Nos outros grupos pesquisados, a autora verifica que o uso do clítico cresce ligeiramente com o nível de escolaridade e permanece variável em relação à faixa etária. Quanto ao pronome lexical, ele é mais utilizado pelos jovens e a sua frequência diminui à medida que a idade e a escolaridade aumentam.

De modo geral, a autora coloca que o clítico acusativo de terceira pessoa é considerado pelos informantes como uma forma pedante para a fala e mais adequado para a língua escrita.

Embora os resultados de Luize (1997) se assemelhem aos obtidos por Duarte no que se refere à preferência do objeto nulo ao clítico, duas diferenças são notadas. Comparemos os percentuais da tabela (X) abaixo com os percentuais apresentados acima em (IX):

Variante	Ocorrências	%
Clítico	13	1
Objeto nulo	691	54
Pronome reto	116	9
SNs	460	36
Pronome <i>lhe</i>	2	0
Total	1282	100

Tabela (X): *Distribuição dos dados conforme as variantes usadas*

No *corpus* analisado por Luize, registra-se, proporcionalmente, um menor número de ocorrências de clíticos acusativos de terceira pessoa (1%) e maior frequência de SNs (36%), o que confirma a preferência dos falantes florianopolitanos pelas formas inovadoras.

Ainda em relação ao clítico acusativo de terceira pessoa, Corrêa (1991) observa que ele não faz parte da gramática inicial dos falantes do PB, sendo adquirido em fases posteriores. Este aspecto pode ser notado nos resultados das tabelas (XI) e (XII) abaixo (adaptadas por Nunes (1993), p. 217-218):

Tipo de obj.	Ad. Analf. %	Série %					Total %
		1 ^a /2 ^a	3 ^a /4 ^a	5 ^a /6 ^a	7 ^a /8 ^a	Univ.	
Obj. nulo	66,6	72,4	77,7	71,2	71,1	67,8	72,0
Pron. Tônico	25,6	24,1	8,6	19,1	20,1	7,1	18,2
NP anafórico	7,6	3,4	13,6	7,4	7,6	14,2	8,3
Clíticos	-	-	-	2,1	0,9	10,7	1,3

Tabela (XI): *Objetos diretos anafóricos encontrados na fala*

Tipo de obj.	Série %					Total %
	1ª/2ª	3ª/4ª	5ª/6ª	7ª/8ª	Univ.	
Obj. Nulo	57,5	65,6	52,3	53,5	9,5	51,4
Pron. Tônico	7,5	6,2	15,3	10,7	-	9,8
NP anafórico	35,0	18,7	13,8	5,3	4,7	15,4
Clíticos	-	9,3	18,4	30,3	85,7	23,3

Tabela (XII): *Objetos diretos anafóricos encontrados na escrita*

No tocante à tabela (XI), a média geral de objetos anafóricos mostra que os clíticos acusativos de terceira pessoa constituem a variante menos usada (1,3%), sendo 6 ocorrências de um total de 433 dados. Nota-se, por um lado, que esses clíticos não são encontrados na fala de adultos analfabetos e começam a aparecer na fala das crianças somente a partir das 5ª e 6ª séries, com uma taxa de 2,1%. Por outro, os clíticos aparecem mais expressivamente, embora ainda numa taxa baixa (10,7%), na fala de universitários.

Em relação à tabela (XII), a média geral do uso de clíticos de terceira pessoa na escrita é bem mais alta que na fala: 23,3% contra 1,3%. Observa-se que enquanto os pronomes tônicos são preferidos aos clíticos na fala (18,2% contra 1,3%), os clíticos são preferidos aos pronomes tônicos na escrita (23,3% contra 9,8%). Neste tipo de situação, os clíticos aparecem nas 3ª e 4ª séries, enquanto na fala aparecem nas 5ª e 6ª séries, indicando assim que a aprendizagem dos clíticos acusativos de terceira pessoa ocorre antes de as crianças começarem a usá-los na fala.

Em suma, os resultados das pesquisas apresentados nesta seção apontam dois fatos relacionados ao sistema de clíticos no PB: o primeiro diz respeito à diminuição de uso dos clíticos, principalmente do clítico acusativo de terceira pessoa; e o segundo envolve as novas construções da língua, em

especial aquelas com o objeto nulo e o pronome tônico em posição de objeto direto.

Com o intuito de explicar essas inovações do PB, mais especificamente no que concerne ao desaparecimento do clítico acusativo de terceira pessoa, apresentaremos na seção a seguir duas análises: a de Nunes (1993) e a de Galves (2001).

4.4. UMA EXPLICAÇÃO PARA O DESAPARECIMENTO DO CLÍTICO ACUSATIVO DE TERCEIRA PESSOA NO PB

Na primeira abordagem, a de Nunes (1993), veremos que o desaparecimento do clítico acusativo de terceira pessoa está associado à mudança no direcionamento da cliticização em PB. Trata-se de uma abordagem de natureza fonológica. Na segunda, a de Galves (1993, apud 2001), a hipótese formulada é de ordem morfossintática: o desaparecimento do clítico bem como outras particularidades do PB, tais como a reorganização dos paradigmas pronominal e verbal, devem-se ao enfraquecimento da concordância. Vamos às propostas.

4.4.1. A PROPOSTA DE NUNES (1993)

Nunes (1993), baseando-se na fonologia autosegmental (cf. Goldsmith 1990), hipotetiza que o desaparecimento do clítico acusativo de terceira pessoa no PB decorre da impossibilidade do licenciamento do *onset* da sílaba de tal

clítico; fato que se justifica pela mudança na direção da cliticização fonológica da língua.

Para sustentar a sua análise, o autor considera primeiramente o português europeu moderno, uma língua em que os clíticos pronominais são sempre enclíticos fonologicamente qualquer que seja a palavra precedente, o que resulta numa cliticização fonológica da direita para a esquerda, como ilustram os exemplos em (1) e (2):

- (1) a. Quem-**me** vê?
 b. Não-**te** vi.
 c. Já-**te** digo.

- (2) a. Vê-**lo**.
 b. fizemo-**lo**.
 c. Compraram-**no**.

Esse tipo de cliticização impede que sentenças como (3) sejam produzidas,

- (3) a. ***Me** diga uma coisa.
 b. ***O** chamo amanhã.

pois não há uma palavra precedente na qual os clíticos possam se apoiar fonologicamente, como mostrado em (1) e (2). Destes dois conjuntos de exemplos, o que chama a atenção é justamente o segundo, onde o clítico

acusativo de terceira pessoa aparece com o seu *onset* superficializado. A questão a ser respondida é como essa superficialização acontece.

Segundo o autor, dois processos fonológicos são ativados. O primeiro, que explica (2a) e (2b), envolve a assimilação das terminações /r/ e /s/ dos verbos nos quais o clítico se apóia aos traços presentes no seu próprio *onset*, como exemplificado a seguir:

- (2) a'. Ver + **o** = Vê-**lo**.
 b'. Fizemos + **o** = fizemo-**lo**.

Nessa assimilação, o que se tem é um resíduo histórico das formas latinas *illum/illam/illud*. Com a evolução da língua, o licenciamento do *onset* não pôde mais ocorrer. Então o PE, por exemplo, passou a recorrer a regras fonológicas que resultavam da cliticização às palavras precedentes, podendo estas ser tanto de natureza verbal, como em (2), quanto de natureza não-verbal, como em (1). O primeiro caso é chamado de lexical e o segundo, de pós-lexical.

O segundo processo fonológico, que explica situações como (2c), envolve a multiassociação do traço [+ nasal] quando o clítico ocorre após uma forma verbal terminada em ditongo nasal, como vemos em (2c'):

- (2) c'. Compraram + **o** = compraram-**no**.

Essas regras, todavia, somente se aplicam quando a palavra na qual o clítico se apóia for uma forma verbal terminada em /r/, /s/ ou ditongo nasal, o que explica as impossibilidades de (4a'), (4b') e (4c') abaixo:

- (4) a. Que amor-**o** fez sofrer?
 a'. *Que amô-**lo** fez sofrer?
 b. Todos-**o** fizeram sofrer.
 b'. *Todo-**lo** fizeram sofrer.
 c. João não-**o** viu.
 c'. *João não-**no** viu.

Para explicar (4a), (4b) e (4c), onde o clítico tem o seu *onset* subespecificado, o autor se baseia também em dois processos. O primeiro envolve a possibilidade de associação múltipla de elementos vocálicos com o traço [+alto] (vogais e semivogais), o que resulta numa situação de ambissilabidade. Esse processo admite que o *onset* das sílabas seja preenchido tanto nos casos em que operam as regras lexicais, isto é, quando o clítico se incorpora ao verbo propriamente dito, como ilustram (5), quanto nos casos pós-lexicais, como em (6):

- (5) a. Comi-**o**. ([komiyu])
 b. Atrai-**a**. ([atrayya])
 c. Compro-**a**. ([kõpruwa])
 d. Comprou-**a**. ([kõprowwa])
- (6) a. Nem a sucuri-**a** fez surgir. ([sukuriya])
 b. Quem-**o** viu? ([keyyu])
 c. Só o peru-**a** bicou. ([peruwa])
 d. João não-**a** viu. ([nãwwa])

As representações entre parênteses em (5) e (6) indicam que o clítico se associa ao fonema vocálico anterior. Para os casos pós-lexicais em (6), por exemplo, aplica-se ainda o segundo processo: o princípio do *onset* máximo (*maximal onset principle*, cf. Goldsmith, 1990). Tal princípio requer que, não havendo restrição fonotática, fonemas consonantais intervocálicos sejam associados não à coda da sílaba precedente mas ao *onset* da sílaba seguinte, como ilustram (7), onde entre parênteses está representada a associação das consoantes /r/, /l/ e /s/ ao *onset* da sílaba do clítico acusativo de terceira pessoa:

- (7) a. Que amor-**o** fez sofrer? ([a-mo-**ru**])
 b. Que mal-**o** atingiu? ([ma-**lu**])
 c. Todos **o** fizeram sofrer. ([to-do-**zu**])

Nenhum dos processos mencionados acima pode, entretanto, licenciar o *onset* da sílaba do clítico quando a palavra em que ele se apóia fonologicamente termina em /a/, como em (8) abaixo:

- (8) a. Compra-**o**.
 b. Compra-**a**.

Ocorre, nesse caso, uma reestruturação que torna irrelevante o licenciamento do *onset*, já que a sílaba do clítico se funde à sílaba precedente.

Em suma, pode-se dizer que a cliticização fonológica da direita para a esquerda favorece a superficialização do *onset* da sílaba do clítico acusativo de

terceira pessoa, mesmo quando a palavra sobre a qual o clítico se apóia fonologicamente não for o verbo.

Essa possibilidade, no entanto, não se verifica no PB, já que nesta língua a cliticização ocorre da esquerda para a direita. Com essa direção, a palavra que serve de apoio para o clítico é o próprio verbo, como podemos ver em (9):

- (9) a. Já **te**-vi.
 b. João vai **te**-ver.
 c. João tinha **me**-visto.
 d. Vamos **nos**-encontrar.
 e. *João tinha **o**-visto.

Essa direção, por sua vez, não permite que o clítico *o* licencie o seu *onset*, o que justifica a impossibilidade de (9e) e (10a) abaixo:

- (10) a. ***O**-chamo amanhã.
 b. **Me**-chame amanhã.
 c. **Te**-chamo amanhã.

Por outro lado, como se vê em (10b) e (10c), os clíticos *me* e *te* podem ocorrer no início da frase, o que comprova a mudança da direção no PB.

Quanto ao clítico *o*, ele só poderá ocorrer se à sua esquerda ocorrer algum material fonológico, como em (11):

(11) Eu **o** chamo amanhã.

Neste caso, o clítico tem o seu *onset* de sílaba licenciado.

Portanto, com a nova direção de cliticização do PB, o *onset* da sílaba dos clíticos acusativos de terceira pessoa não pôde mais se superficializar. Com essa impossibilidade o sistema de tal língua abriu caminho para duas novas construções que passaram a substituir a antiga construção com o clítico acusativo de terceira pessoa: as construções com o objeto nulo e as construções com os pronomes tônicos nas posições de objeto direto, ambas consideradas responsáveis pelo empobrecimento do sistema de clíticos do PB.

4.4.2. A PROPOSTA DE GALVES (2001)

O desaparecimento do clítico acusativo de terceira pessoa, para Galves (2001), se deve ao enfraquecimento da concordância no PB. Este aspecto é bastante visível, por exemplo, no paradigma verbal, como podemos observar na tabela (XIII), onde temos paralelamente o paradigma do português europeu:

PB		PE
	(eu) falo	
Você fala		Tu falas
Ele fala		Ele fala
	Nós falamos	
	Vocês/eles falam	

Tabela (XIII): *Paradigmas verbais do PB e do PE*

Como se vê, no PB, não há contraste morfológico entre a forma verbal associada aos pronomes *você* e *ele* ou a *vocês* e *eles*. Essa perda de distinção gera um sistema de concordância no qual a pessoa pode ser caracterizada como um traço sintático que comporta apenas dois valores: + e -. A oposição entre quatro desinências, mostrada acima, pode ser produzida pela simples combinação dos valores positivo e negativo dos traços “pessoa” e “plural”, como indica a tabela (XIV) que se segue:

+pessoa/-plural	> -o
+pessoa/+plural	> -mos
-pessoa/+plural	> -m
-pessoa/-plural	> -0

Tabela (XIV): *As desinências pessoais do PB*

De acordo com a autora, pode-se considerar um sistema desse tipo como subjacente a uma concordância “pobre” (ou fraca). Ao contrário, uma concordância “rica” (ou “forte”) contém uma especificação de pessoa que não pode ser identificada a um traço sintático, pois ela contém pelo menos três valores, como é o caso do PE.

A concordância pobre do PB também é visível na possibilidade de interpretação indeterminada do sujeito nulo com um verbo que carrega uma desinência de terceira pessoa do singular, como nos exemplos abaixo:

- (12) a. Aquela fruta de conde, que aqui no Rio é caríssima, lá vende assim por um preço baratíssimo.
- b. O que usa normalmente aqui no interior é o freio.

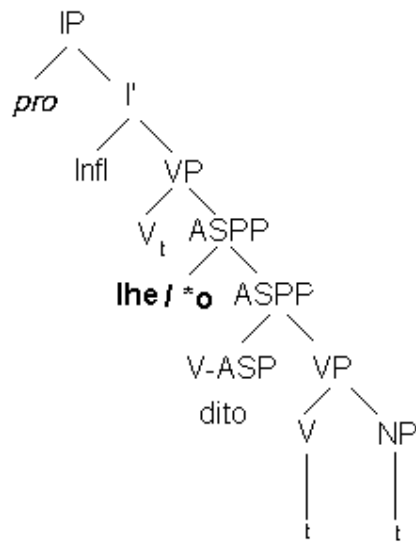
Em PE, a interpretação indeterminada depende da presença do clítico *se*, indicando que em tal língua o elemento de concordância não é pobre.

Dado o exposto acima, resta saber como a natureza da concordância afeta os clíticos no PB. Na visão de Galves, a idéia fundamental dessa análise é que os clíticos pronominais, por serem núcleos, são incompatíveis com um sistema de concordância fraca. Em função da sua natureza morfológica o clítico deve checar traços de caso num núcleo funcional apropriado. Como o PB passa a apresentar uma concordância fraca, o clítico acusativo de terceira pessoa, por ser o que mais apresenta traços de concordância, deixa de ser legitimado.

Quanto aos outros clíticos, *me*, *te*, *se* e *lhe*, embora também sejam pouco freqüentes na língua, eles passaram a ser reinterpretados como sintagmas, assim como os pronomes tônicos, com a diferença de que os clíticos possuem uma marca morfológica de caso, obrigando-os a se moverem visivelmente para junto de um verbo. Com essa reanálise, o movimento se dá via uma regra de adjunção, e não mais como núcleo que se move para Agr. Isso é visível, por exemplo, nas sentenças dois ou mais verbos adjacentes (13), em que o clítico *se* posiciona ao lado do verbo mais baixo. Para esse tipo de situação temos a estrutura parcial representada em (14):

(13) Tinha **lhe** dito

(14)

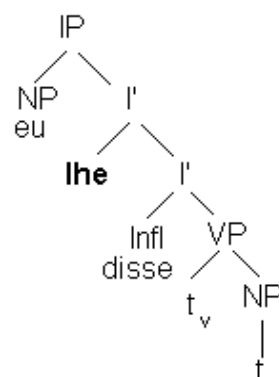


Como vemos, o clítico *lhe*, que é reanalisado como sintagma, se adjunge à projeção funcional do verbo aspectual. Esse tipo de adjunção, no entanto, não é permitido ao clítico *o*, visto que ele é um elemento nuclear e só poderá ocorrer numa posição marcada por concordância.

Para as sentenças com um só verbo (15), a autora apresenta a estrutura parcial ilustrada em (16):

(15) Eu **lhe** disse...

(16)



Neste caso o clítico *lhe* se encontra adjungido à primeira projeção de Infl. Ao contrário, nesse tipo de projeção o clítico acusativo de terceira pessoa não pode ser licenciado, já que ele pertence à categoria dos elementos nucleares. Em (16), esse tipo de clítico só poderá ocorrer no núcleo onde se encontra o verbo. No PB, por sua vez, essa possibilidade de realização é ignorada pela maioria dos falantes, visto que eles dão preferência para outras formas.

Com o enfraquecimento da concordância no PB e com as mudanças que afetaram os clíticos houve, também, uma reorganização do sistema de pronomes, como mostra a tabela (XV) (apresentada por Galves, p. 129):

Pessoas	Nominativo	Acusativo	Dativo	Obliquo
	Eu	Me	Me	Mim
Singular	*Tu/você	Te/você/lhe	Lhe/a você	Ti/você
	Ele (ela)	Ele(ela)/o(a)	A ¹⁴ ele (ela)	Ele (ela)
Plural	Nós/a gente	Nos/a gente	Nos/a gente	Nós/a gente
	Vocês	Vocês	A vocês	Vocês
	Eles (elas)	Eles(elas)/os(as)	A eles (elas)	Eles (elas)
*Uso dialetal				

Tabela (XV): *Paradigma pronominal do PB (norma culta)*

Observe-se que os clíticos passaram a concorrer com os pronomes tônicos, formas estas que normalmente desempenhariam a função de sujeito e que, agora, desempenham também as funções de objeto, tanto direto quanto indireto.

Embora alguns casos com pronomes tônicos sejam estigmatizados, o que interessa notar é que cada vez mais os clíticos perdem espaço para as

¹⁴ Observe-se que o dativo de terceira pessoa, tanto singular quanto plural, é freqüentemente marcado pela preposição *a* (que alterna com *para*).

outras formas. E, quando aqueles são usados no PB, destacam-se por apresentar algumas peculiaridades. Podemos citar, por exemplo:

- a) o clítico *lhe* deixa de fazer referência a uma terceira pessoa, passando a ser usado como um equivalente para a forma de segunda pessoa *te*, ambas funcionando como a forma oblíqua correspondente a *você*;
- b) os clíticos *me/te/se/lhe/nos* aparecem com mais frequência do que o clítico acusativo de terceira pessoa;
- c) o clítico acusativo de terceira pessoa persiste principalmente nas produções efetivas dos falantes com um certo nível de escolaridade, especialmente na língua escrita;
- d) o posicionamento do *o* não se pauta pelo dos demais clíticos.

E é a respeito do posicionamento do clítico no PB que trataremos no próximo capítulo. Procuraremos apresentar uma descrição de todas as situações em que os clíticos ocorrem, quando eles são usados na língua.

4.5. RESUMO DO QUARTO CAPÍTULO

Na primeira parte deste capítulo vimos que dois tipos de mudanças afetaram o sistema de clíticos do PB. A primeira diz respeito ao posicionamento do clítico na sentença e a segunda, à diminuição de uso dos clíticos.

Com relação à primeira mudança, apontamos que o clítico passa a ser licenciado numa posição mais baixa, normalmente antes do verbo. O que mais

chama a atenção é o posicionamento do clítico *me* nas sentenças com mais de um verbo adjacente. Ele se posiciona antes do verbo não-finito, posição que é imprópria para o clítico acusativo de terceira pessoa. Este, por sua vez, não é produto da aquisição natural da linguagem, mas de uma aprendizagem posterior no contexto escolar e no convívio com a escrita culta.

Com a mudança no posicionamento do clítico, formas alternativas como o objeto nulo e o pronome tônico passaram a substituí-lo no PB, o que provocou então a diminuição no uso dos clíticos, a começar pelo clítico acusativo de terceira pessoa.

Para explicar, especialmente, o desaparecimento de tal clítico, recorreremos às análises de Nunes (1993) e Galves (2001). Na primeira, vimos que tal fato se deve à mudança na direção da cliticização. Por ser atualmente da esquerda para a direita, a nova direção não permite o licenciamento do *onset* do clítico acusativo de terceira pessoa. Já para Galves, o desaparecimento deste clítico é uma consequência do enfraquecimento do elemento de concordância no PB, aspecto que visivelmente se destaca no paradigma verbal.

Com a descrição das principais mudanças que afetaram os clíticos e com os argumentos de Nunes e Galves para o posicionamento dos clíticos e, em especial, o desaparecimento do clítico acusativo de terceira pessoa, esperamos ter traçado um primeiro quadro do sistema de clíticos do PB. O segundo, por sua vez, será apresentado no capítulo que se segue, onde daremos atenção especial ao posicionamento do clítico nos diversos contextos sintáticos.

CAPÍTULO V

5. O COMPORTAMENTO DOS CLÍTICOS PRONOMINAIS NO PORTUGUÊS BRASILEIRO

5.1. INTRODUÇÃO

Neste capítulo pretendemos apresentar uma descrição o mais detalhada possível do comportamento dos clíticos no PB, que vai conduzir a um quadro bastante amplo, pois colocações de clíticos que são pouco usadas na atualidade também serão destacadas. Portanto, aquilo que aparece como sendo de pouca relevância estatística nos *corpora* do PB será de grande valia para o propósito do presente capítulo, já que a intenção principal é descrever, sincronicamente, todos os possíveis posicionamentos dos clíticos em diversos contextos sintáticos.

5.2. O POSICIONAMENTO DOS CLÍTICOS

Como nas outras línguas românicas, no PB os clíticos podem ocorrer antes ou depois do verbo¹⁵. Porém, nesta língua os clíticos apresentam várias peculiaridades. Dentre as principais destacamos: os clíticos apresentam comportamentos diferenciados no que se refere à colocação ao

¹⁵No que diz respeito à ordem do clítico, vale colocar que ele também pode se realizar no meio de um verbo, como mesoclítico, com formas do futuro do presente, (ia) e (ib), ou do futuro do pretérito, (ic) e (id):

- | | | |
|-----|----------------------------|-----------------------------|
| (i) | a. ??Calar- me -ei. | b. ??Comprá- lo -ei |
| | c. ??Calar- me -ia. | d. ??Comprá- lo -ia. |

Esse tipo de colocação, no entanto, não será discutido no presente trabalho.

lado do verbo; a posição pré-verbal é generalizada em quase todos os contextos sintáticos; o clítico é licenciado junto do verbo lexical não-finito em estruturas com mais de um verbo adjacente; não exibe com facilidade *clitic climbing*; não há impedimento quanto ao fato de o clítico aparecer em primeira posição na sentença; e não admite que mais de um clítico seja licenciado numa mesma sentença.

Na intenção de mostrar esses comportamentos, distribuímos os clíticos do PB em dois grupos, como mostra o quadro abaixo:

(1) Quadro de clíticos do PB

Primeiro grupo	Segundo grupo
me, te, se, lhe, nos	o

De um lado temos os clíticos *me, te, se, lhe* e *nos*; de outro, o clítico *o*, que dependendo do contexto em que ocorre pode ter um *onset* superficializado. Esta particularidade desse clítico nos permite fazer uma outra distribuição: o segundo grupo é composto pelo clítico *o* e sua variante com *onset*. Essa distribuição é pertinente já que a colocação dos clíticos nas sentenças não é homogênea.

5.2.1. A POSIÇÃO DO CLÍTICO EM SENTENÇAS COM UM SÓ VERBO

O comportamento dos clíticos, do quadro (1), em sentenças com um só verbo é idêntico nas sentenças raízes e subordinadas, não havendo

assim necessidade de separar os dois contextos. Para o PB, a separação que parece relevante é a que coloca de um lado as sentenças com um único verbo, finito e não-finito, e do outro, aquelas com mais de um verbo adjacente.

5.2.1.1. COM UM SÓ VERBO FINITO

Em sentenças com um só verbo finito, o melhor lugar para o clítico ocorrer é antes do verbo, como ilustram (2) e (3):

- (2) a. Ele **me** visitou no hospital.
 b. ?Ele visitou-**me** no hospital.
 c. Ele **a** visitou no hospital.
 d. ?Ele visitou-**a** no hospital.
- (3) a. Ele nunca **me** encontrou na saída do colégio.
 b. *Ele nunca encontrou-**me** na saída do colégio.
 c. Ele não **o** encontrou na saída do colégio.
 d. *Ele não encontrou-**o** na saída do colégio.

Como se nota em (2), quando o clítico aparece depois do verbo a sentença é considerada marginal. Já em (3), onde há palavras com valor negativo à esquerda do verbo, o clítico somente pode ocorrer na posição pré-verbal, como indicam (3a) e (3c)¹⁶.

¹⁶ Vale lembrar que nem mesmo o PE admite sentenças como (3b) e (3d).

O contraste ilustrado em (3) também pode ser observado em sentenças subordinadas do PB, (4) e (5):

- (4)
- a. A Maria disse que o João **te** visitou no hospital .
 - b. *A Maria disse que o João visitou-**te** no hospital.
 - c. A Maria disse que o João **a** visitou no hospital.
 - d. *A Maria disse que o João visitou-**a** no hospital.
- (5)
- a. Sei que a Maria nunca **me** procurou no trabalho.
 - b. *Sei que a Maria nunca procurou-**me** no trabalho.
 - c. A Maria afirmou que o João não **a** viu no fim de semana.
 - d. *A Maria afirmou que o João não viu-**a** no fim de semana.

Até aqui vemos uma distribuição homogênea dos clíticos no PB: tanto o clítico do primeiro grupo quanto o de segundo ocorrem à esquerda do verbo finito. O comportamento deles muda quando entram em jogo as sentenças com um só verbo não-finito, como veremos na seção que se segue.

5.2.1.2. COM UM SÓ VERBO NÃO-FINITO

Em sentenças com um só verbo não-finito, a colocação pré-verbal dos clíticos não é generalizada. Constatamos isso em (6) e (7):

- (6)
- a. A Maria fez isso só para **me** magoar.
 - b. ?A Maria fez isso só para magoar-**me**.

- c. ??Com o intuito de **a** agradar, o João mandou flores.
- d. Com o intuito de agradá-**la**, o João mandou flores.
- (7) a. Para não **me** cansar, fui pelo caminho mais curto.
- b. *Para não cansar-**me**, fui pelo caminho mais curto.
- c. ??Para não **o** assustar, os soldados se retiraram.
- d. Para não assustá-**lo**, os soldados se retiraram¹⁷.

Observamos nestes exemplos que o clítico *o* se comporta diferentemente dos outros clíticos em dois aspectos. O primeiro diz respeito à colocação: o clítico *me* ocorre na posição pré-verbal, (6a) e (7a), e o *o* na pós-verbal, (6d) e (7d). É neste posicionamento que verificamos o outro aspecto que diferencia o clítico *o* do *me*. Ao ser licenciado à direita do verbo infinitivo o *o* aparece com um *onset* superficializado. Além disso, notamos também que o verbo infinitivo perde o /-r/ final da sua forma, uma alteração que se verifica apenas quando o clítico posposto é o *o*, mas não quando é um dos outros clíticos, como mostram (6b) e (7b).

As alterações destacadas acima, entretanto, não se verificam quando o verbo em questão é o gerúndio. Observemos (8) e (9):

- (8) a. A Maria não viu a menina **me** beijando na testa.
- b. ?A Maria não viu a menina beijando-**me** na testa.
- c. *A Maria não viu a menina **o** beijando na testa.
- d. ?A Maria não viu a menina beijando-**o** na testa.

¹⁷ O que é interessante observar no contraste entre (7c) e (7d) é que há uma palavra atratora, a negação, e, no entanto, a melhor colocação do clítico é depois do verbo.

- (9) a. **Te** ajudando, estarei realizando uma boa ação.
 b. ?Ajudando-**te**, estarei realizando uma boa ação.
 c. ***O** ajudando, estarei realizando uma boa ação.
 d. ?Ajudando-**o**, estarei realizando uma boa ação.

Note-se que, independente de o gerúndio iniciar uma sentença (9) ou vir mais embaixo (8), a colocação dos clíticos de primeiro grupo em (8a), (8b), (9a) e (9b) é paralela aos exemplos (6a), (6b), (7a) e (7b): a próclise é generalizada. Quanto ao clítico *o*, vemos que ele aparece depois do verbo; porém sem o *onset*, como indicam (8d) e (9d).

Resumindo: em sentenças com um só verbo não-finito, vimos que os clíticos de primeiro grupo são licenciados na posição pré-verbal e o de segundo grupo, na pós-verbal. Neste tipo de posicionamento observamos duas particularidades: o verbo infinitivo, por apresentar um /-r/ final em sua forma, favorece a superficialização do *onset* do clítico *o*; com o *onset* do *o* visível o /-r/ final do infinitivo desaparece, o que não acontece com os demais clíticos do PB.

5.2.2. A POSIÇÃO DO CLÍTICO EM SENTENÇAS COM DOIS OU MAIS VERBOS ADJACENTES

A particularidade que mais se destaca nas sentenças com mais de um verbo adjacente é a sistematicidade do clítico antes do verbo mais baixo. É uma posição específica dos clíticos *me*, *te*, *se*, *lhe* e *nos*. Como veremos, o

clítico o *jamais* ocorre nessa posição. Devido a essa diferença de comportamento, trataremos os clíticos separadamente.

5.2.2.1. OS CLÍTICOS DE PRIMEIRO GRUPO

Em sentenças com mais de um verbo adjacente o clítico de primeiro grupo se posiciona antes do verbo mais baixo. Em (10) esse verbo é o infinitivo:

- (10) a. Ela quer **me** encontrar nas férias.
 b. ?Ela quer encontrar-**me** nas férias.

A posição desse tipo de clítico não muda se acrescentarmos à sentença um outro verbo infinitivo:

- (11) a. Ela pode querer **me** encontrar nas férias.
 b. ?Ela pode querer encontrar-**me** nas férias.
 c. *Ela pode querer-**me** encontrar nas férias.
 d. ??Ela pode **me** querer encontrar nas férias.
 e. *Ela pode-**me** querer encontrar nas férias.
 f. ??Ela **me** pode querer encontrar nas férias.

A propósito desse posicionamento no PB, é possível apresentar testes que comprovam o fato de o clítico se amalgamar ao verbo mais baixo

e não ao verbo mais alto da oração. Um deles pode ser construído se consideramos (12):

- (12) a. Ela quer sempre **me** encontrar nas férias.
 b. *Ela quer-**me** sempre encontrar nas férias.
 c. Ela pode querer sempre **me** encontrar nas férias.
 d. *Ela pode querer-**me** sempre encontrar nas férias.

A presença do advérbio *sempre* assegura que, de fato, o *me* está cliticizado a *encontrar* (12a) e não a *quer* (12b). Note-se que mesmo com outro verbo infinitivo na sentença, (12c) *versus* (12d), o clítico não muda de posição.

O outro teste que justifica a colocação do clítico antes do verbo infinitivo e não de colocação após o verbo mais alto *me* foi sugerido por Carlos Miotto (conversa pessoal): em muitos registros do português é possível apagar o /-r/ final em infinitivos, quando ocorre a anteposição do clítico (13a), mas nunca é possível nos casos em que ele aparece depois do verbo, como mostra o contraste entre (13b) e (13c):

- (13) a. Maria quer **me** encontrá.
 b. *Maria quer encontrá-**me**.
 c. ?Maria quer encontrar-**me**.

Com o posicionamento pós-verbal do clítico, o /-r/ final do infinitivo se mantém (13c). Agora, se acrescentarmos um outro infinitivo na sentença, como em (14), observamos que a queda do /-r/ de *querer* é possível (14b):

- (14) a. Maria pode querer **me** encontrar.
 b. Maria pode querê **me** encontrar.

O teste pode ser estendido à forma finita *quer*, pois termina com /-r/, como os infinitivos. Vejamos (15):

- (15) a. Maria quer **me** encontrar.
 b. Maria qué **me** encontrar.

Se o /-r/ de *quer* pode ser apagado em (15b), somos levados a concluir que o *me* está cliticizado ao verbo *encontrar* e não ao verbo *quer*. Se ele estivesse licenciado após o primeiro verbo, só a forma *quer*, sem o /-r/ final apagado, poderia ocorrer.

Com a descrição apresentada até aqui, podemos afirmar que o clítico de primeiro grupo se amalgama ao verbo infinitivo mais baixo em sentenças com mais de um verbo adjacente. Esse mesmo comportamento se observa quando o verbo mais baixo está no gerúndio ou particípio ativo, como em (16) e (17)¹⁸:

- (16) a. Ele está **me** enrolando há vários dias.
 b. ?Ele está enrolando-**me** há vários dias.
 c. ??Ele **me** está enrolando há vários dias.
 d. *Ele está-**me** enrolando há vários dias.

¹⁸ Com o particípio ativo, (17b), notamos que o clítico não pode ser licenciado na posição pós-verbal. O mesmo não se verifica em (16b), com o gerúndio, apesar da aceitabilidade variável da sentença.

- (17) a. Ela já tinha **me** procurado outras vezes.
 b. *Ela já tinha procurado-**me** outras vezes.
 c. ??Ela já **me** tinha procurado outras vezes.
 d. *Ela já tinha-**me** procurado outras vezes.

Se acrescentarmos um outro verbo infinitivo em (16) e (17), a posição do clítico também não é alterada, como ilustram (18) e (19):

- (18) a. Ele pode estar **me** enrolando há vários dias.
 b. *Ele pode estar-**me** enrolando há vários dias.
 c. ??Ele pode **me** estar enrolando há vários dias.
 d. *Ele pode-**me** estar enrolando há vários dias.
 e. ??Ele **me** pode estar enrolando há vários dias.
- (19) a. Ela já devia ter **me** procurado outras vezes.
 b. *Ela já devia ter-**me** procurado outras vezes.
 c. ??Ela já devia **me** ter procurado outras vezes.
 d. *Ela já devia-**me** ter procurado outras vezes.
 e. ??Ela já **me** devia ter procurado outras vezes.

De fato, o clítico se posiciona antes do verbo mais baixo, que pode estar no gerúndio (18) ou particípio (19). Esse posicionamento também é registrado nas sentenças subordinadas, tanto indicativas (20) quanto subjuntivas (21):

- (20) a. O Paulo disse que a Maria vai querer **me** visitar em breve.
 b. ??O Paulo disse que a Maria vai **me** querer visitar em breve.
 c. A Joana disse que estará **me** visitando nas férias.
 d. ??A Joana disse que **me** estará visitando nas férias.
 e. O Mário tinha **me** procurado para pedir ajuda.
 f. ??O Mário **me** tinha procurado para pedir ajuda.
- (21) a. Não quero que ele vá **me** visitar na hora do almoço.
 b. ??Não quero que ele **me** vá visitar na hora do almoço.
 c. Espero que a Maria esteja **me** esperando no aeroporto.
 d. ??Espero que a Maria **me** esteja esperando no aeroporto.
 e. Ficaria feliz se ela tivesse **me** visto antes.
 f. ??Ficaria feliz se ela **me** tivesse visto antes.

O clítico deve vir à esquerda do último verbo do conjunto, que pode estar no infinitivo, no gerúndio ou no particípio.

Pela descrição apresentada nesta seção ficou evidente que, no PB, em sentenças com dois ou mais verbos adjacentes o clítico de primeiro grupo normalmente é licenciado junto do verbo não-finito mais baixo, sempre na posição pré-verbal.

5.2.2.2. O CLÍTICO DE SEGUNDO GRUPO

Em sentenças com dois ou mais verbos adjacentes notamos um comportamento diferenciado do clítico *o*. Observemos isso em (22) e (23):

- (22) a. *A Maria pode **o** encontrar naquele bar amanhã.
 b. *A Maria está **o** encontrando naquele bar nesse momento.
 c. *A Maria tinha **o** encontrado naquele bar ontem.
- (23) a. *A Maria pode **o** querer encontrar na festa amanhã.
 b. *A Maria pode **o** estar encontrando na festa nesse instante.
 c. *A Maria pode **o** ter encontrado na festa ontem.

Por um lado, vemos que o clítico *o* não pode ser licenciado antes do verbo não-finito; por outro, ele pode ocorrer antes do verbo finito, como em (24):

- (24) a. ??A Maria **o** pode encontrar amanhã.
 b. ??A Maria **o** está esperando nesse momento.
 c. ??A Maria **o** tinha encontrado ontem.
- (25) a. *A Maria pode-**o** sempre encontrar naquele bar.
 b. *A Maria está-**o** sempre encontrando naquele bar.
 c. *A Maria tinha-**o** sempre encontrado naquele bar.

Já depois do verbo finito, o clítico não pode ocorrer, como mostra (25). Entretanto, com um verbo não-finito ele pode aparecer na posição pós-verbal. Em (26), observamos que essa possibilidade de colocação se restringe apenas ao verbo não-finito mais baixo:

- (26) a. *A Maria pode querê-**lo** encontrar.
 b. A Maria pode querer encontrá-**lo**.
 c. *A Maria vai podê-**lo** encontrar.
 d. A Maria vai poder encontrá-**lo**.

Se o clítico não se realizar como em (26b) e (26d), poderá ocorrer apenas antes do verbo finito (24), contexto que não permite que o clítico o tenha um *onset* visível.

Então, em sentenças com dois ou mais verbos adjacentes vimos que o clítico o pode se posicionar em dois lugares. Mas se forem contrastadas as duas possibilidades de colocação do clítico percebemos que o melhor lugar para ele ocorrer é depois do verbo infinitivo e gerúndio. Vejamos (27):

- (27) a. A Maria pode encontrá-**lo** amanhã.
 b. ??A Maria **o** pode encontrar amanhã.
 c. ?A Maria está esperando-**o** nesse momento.
 d. ??A Maria **o** está esperando nesse momento.
 e. *A Maria tinha encontrado-**o** ontem.
 f. ??A Maria **o** tinha encontrado ontem.

Pelo que se nota nestes exemplos, o único caso em que o deve ser licenciado numa posição mais alta (embora seja uma sentença marginal) é aquele em que está presente o particípio, como mostra o contraste entre (27e) e (27f).

A posição do clítico *o* também não muda em sentenças subordinadas, sejam elas indicativas (28), (29) e (30), sejam elas subjuntivas (31), (32) e (33):

- (28) a. ??A Joana avisou que ela **o** vai encontrar no aeroporto.
 b. *A Joana avisou que ela vai **o** encontrar no aeroporto.
 c. A Joana avisou que ela vai encontrá-**lo** no aeroporto.
- (29) a. ??A Joana avisou que ela **o** estará encontrando no aeroporto.
 b. *A Joana avisou que ela estará **o** encontrando no aeroporto.
 c. ?A Joana avisou que ela estará encontrando-**o** no aeroporto.
- (30) a. ??A Joana avisou que ela **o** tinha encontrado no aeroporto.
 b. *A Joana avisou que ela tinha **o** encontrado no aeroporto.
 c. *A Joana avisou que ela tinha encontrado-**o** no aeroporto.
- (31) a. ??Desejo que a Joana **o** vá visitar em breve.
 b. *Desejo que a Joana vá **o** visitar em breve.
 c. Desejo que a Joana vá visitá-**lo** em breve.
- (32) a. ??Gostaria que a Joana **o** estivesse observando agora.
 b. *Gostaria que a Joana estivesse **o** observando agora.
 c. ?Gostaria que a Joana estivesse observando-**o** agora.

- (33) a. ??Eu esperava que a Joana o tivesse visto no seminário.
 b. *Eu esperava que a Joana tivesse o visto no seminário.
 c. *Eu esperava que a Joana tivesse visto-o no seminário.

Novamente, chamamos a atenção para o fato de que o clítico não é licenciado depois do particípio ativo, (30c) e (33c). Com a presença deste na sentença o clítico o somente poderá ocorrer antes do verbo finito, (30a) e (33a), e, mesmo assim, são sentenças consideradas marginais.

Em resumo, vimos que em sentenças com dois ou mais verbos adjacentes a colocação do clítico o não se pauta pela dos demais. Quando é usado, o clítico o poderá ocorrer em duas posições: antes do verbo finito ou depois do verbo não-finito, exceto com o particípio ativo. Se o verbo mais baixo ao qual o clítico se incorpora for infinitivo, tanto ele quanto o clítico sofrem alterações em suas formas: o clítico aparece com um *onset* superficializado e o /-r/ final do verbo desaparece. A superficialização do *onset* do o não se realiza quando ele se adjunge ao verbo finito.

5.2.3. A POSIÇÃO DO CLÍTICO EM SENTENÇAS COM PARTICÍPIO PASSIVO

Além do contexto que vimos na seção anterior que contraria a regra geral do PB em sentenças com dois ou mais verbos adjacentes, há também um outro em que o clítico não pode ser licenciado antes do verbo mais baixo. Trata-se da sentença passiva. Vejamos (34):

- (34) a. *Esta casa foi dada-**me** de presente.
 b. *Esta casa foi **me** dada de presente.
 c. ??Esta casa **me** foi dada de presente.

Note-se que, nesse tipo de sentença, a cliticização somente acontece em uma posição mais alta, como indica (34c). Todavia, não é em qualquer posição mais alta que o clítico pode ocorrer. Podemos constatar isso nos exemplos que se seguem:

- (35) a. *Esta casa vai ser **me** dada de presente.
 b. *Esta casa vai **me** ser dada de presente.
 c. ??Esta casa **me** vai ser dada de presente.
- (36) a. *Esta casa está sendo **me** dada de presente.
 b. *Esta casa está **me** sendo dada de presente.
 c. ??Esta casa **me** está sendo dada de presente.
- (37) a. *Esta casa tem sido **me** dada de presente.
 b. *Esta casa tem **me** sido dada de presente.
 c. ??Esta casa **me** tem sido dada de presente.

O clítico se posiciona junto de um verbo finito, e não junto de um verbo de natureza não-finita. A presença de um infinitivo, (35), de um gerúndio (36) e de um particípio ativo (37) não mudam esse posicionamento em sentenças passivas.

Nesse tipo de sentença, por sua vez, os clíticos acusativos não são licenciados, pois se trata de uma construção inacusativa. Assim, os clíticos de segundo grupo jamais poderão ocorrer, já que eles são de natureza acusativa.

5.2.4. O COMPORTAMENTO DOS CLÍTICOS NO INÍCIO DE SENTENÇAS

Um outro tipo de situação que mostra o comportamento particular dos clíticos no PB pode ser visto em (38):

- (38) a. **Te** procuro todos os dias.
 b. ?Procuro-**te** todos os dias.
 c. ***O** procuro todos os dias.
 d. ?Procuro-**o** todos os dias.

Por um lado, vemos que o clítico *o* não pode ser licenciado antes do verbo finito quando à sua esquerda não há elemento fonético realizado (38c). Nesse caso ele somente pode ocorrer na posição pós-verbal, como em (38d). Temos, assim, a ilustração da lei Tobler-Mussafia, que preconiza a posposição do clítico ao verbo quando este aparece na primeira posição na sentença. Por outro, notamos que essa restrição não se aplica ao clítico *te*, pois ele ocorre antes do verbo mesmo na ausência de elementos fonéticos à sua esquerda (38a).

Para que o clítico *o* possa ser licenciado antes do verbo, deverão antes deste ocorrer elementos foneticamente realizados, como em (39a):

- (39) a. O seu pai **o** procura todos os dias.
 b. ?O seu pai procura-**o** todos os dias.
 c. O seu pai **te** procura todos os dias.
 d. ?O seu pai procura-**te** todos os dias.

Notemos que o comportamento do clítico *o*, agora, é semelhante ao do clítico *te*: ambos ocorrem antes do verbo.

O que esses exemplos mostraram, portanto, é que a lei Tobler-Mussafia favorece o uso da ênclise apenas quando o *o* for o clítico em questão.

5.2.5. A IMPOSSIBILIDADE DE REALIZAÇÃO DE MAIS DE UM CLÍTICO NA MESMA SENTENÇA

Uma outra particularidade que envolve os clíticos do PB diz respeito à impossibilidade de ocorrência de mais de um clítico por sentença, fato este registrado em outras línguas românicas como vimos no capítulo inicial deste trabalho. Para ilustrar a restrição do PB, consideremos (40) e (41):

- (40) a. *O livro, o João **mo** deu ontem.
 b. *O livro, o João **o me** deu ontem.
 c. *O livro, o João **o** vai **me** dar amanhã.
 d. *O livro, o João vai **me dá-lo** amanhã.

- (41) a. ?O livro, o João **me** deu **ele** ontem.
 b. ?O livro, o João **o** deu para **mim** ontem.
 c. ?O livro, o João **o** vai dar para **mim** amanhã.
 d. ?O livro, o João vai **me** dar **ele** amanhã.
 e. ?O livro, o João vai dá-**lo** para **mim**.

Em (40), note-se que o problema não está relacionado com a ordenação dos clíticos, mas sim com o fato de os dois objetos serem representados concomitantemente por aquele tipo de constituinte. Paralelamente, as sentenças de (41) (embora apresentem julgamentos variáveis) mostram que a agramaticalidade de (40) não decorre da impossibilidade de pronominalização dos dois objetos, mas de se usar dois clíticos numa mesma sentença.

No PB, além de (41) também podemos ter (42) onde os dois objetos, direto e indireto, podem ser representados por dois pronomes tônicos, ao mesmo tempo:

- (42) a. ?O livro, o João deu **ele** para **mim**.
 b. ?O livro, o João vai dar **ele** para **mim**.

Resumindo: por um lado, percebemos que o PB impede que sentenças como (40) sejam produzidas. Por outro, vemos que tal língua inova a sua sintaxe com sentenças como (42a) e (42b); sentenças estas que em outras línguas românicas normalmente teriam, no mínimo, um dos objetos cliticizados.

5.3. RESUMO DO QUINTO CAPÍTULO

No que se refere ao posicionamento do clítico, vimos que o PB opera com dois conjuntos: de um lado, os clíticos de primeiro grupo; de outro, o de segundo grupo que, dependendo do contexto em que ocorre, pode apresentar um *onset* superficializado.

Os primeiros são licenciados antes do verbo, seja em sentenças com um só verbo, finito e não-finito, seja em sentenças com dois ou mais verbos adjacentes. Este último contexto evidencia um comportamento típico do PB: o clítico se posiciona antes do verbo mais baixo da sentença, seja ele infinitivo, gerúndio ou particípio ativo. O contexto que contraria esse posicionamento é aquele que apresenta particípio passivo, onde os clíticos ocorrem junto ao verbo mais alto.

O segundo tipo de clítico também ocorre na posição pré-verbal nas sentenças com um só verbo finito. Já nas sentenças com um só verbo não-finito, o é licenciado depois do verbo. Quando este for infinitivo, além de ele perder o /-r/ final, o clítico *o* aparece com um *onset* superficializado. Nas sentenças com mais de um verbo adjacente ele também pode ocorrer amalgamado ao verbo mais baixo; porém, na posição pós-verbal. Se o clítico não for licenciado desta forma, poderá ocorrer junto ao verbo finito, desde que seja na posição pré-verbal.

Vimos, também, que em sentenças iniciadas por um verbo o clítico *o* somente pode ocorrer na posição pós-verbal. Na pré-verbal, ele aparece quando há elementos foneticamente realizados à sua esquerda. Quanto aos outros clíticos, eles sempre aparecem antes do verbo, independentemente

de haver ou não elementos sintáticos visíveis. Além disso, mostramos que no PB dois objetos não podem ser cliticizados numa mesma sentença; mas nada impede que nesta língua dois pronomes tônicos possam substituir os dois objetos concomitantemente.

A fim de tentar entender os comportamentos dos clíticos no PB, procuraremos apresentar no próximo capítulo algumas explicações referentes ao estatuto categorial dos clíticos, ao movimento deles e à posição final do clítico e do verbo.

6. UMA ANÁLISE PARA O COMPORTAMENTO DOS CLÍTICOS PRONOMINAIS NO PB

6.1. INTRODUÇÃO

Neste sexto e último capítulo da tese, propomos uma explicação para o comportamento dos clíticos pronominais no PB, língua esta que opera com dois conjuntos de clíticos: os de primeiro grupo, e os de segundo grupo, como mostra o quadro em (1):

(1) Quadro de clíticos do PB

Primeiro grupo	Segundo grupo
me, te, se, lhe, nos	o

Os clíticos que compõem o primeiro grupo são os mais usados e eles se posicionam de forma generalizada antes do verbo, seja este finito ou não-finito, tanto em sentenças com um só verbo quanto em sentenças que apresentam dois ou mais verbos adjacentes. Quanto ao clítico do segundo grupo, além de ele ser menos freqüente no PB, quando usado, a sua colocação em relação ao verbo não se pauta pela dos demais clíticos.

Defenderemos, neste trabalho, a concepção de que a falta de homogeneidade no que se refere ao posicionamento final dos clíticos se deve a três propriedades: os clíticos apresentam estatutos diferenciados; eles não realizam o mesmo tipo de movimento; e tanto o verbo quanto o clítico pode ser licenciado em diferentes categorias funcionais.

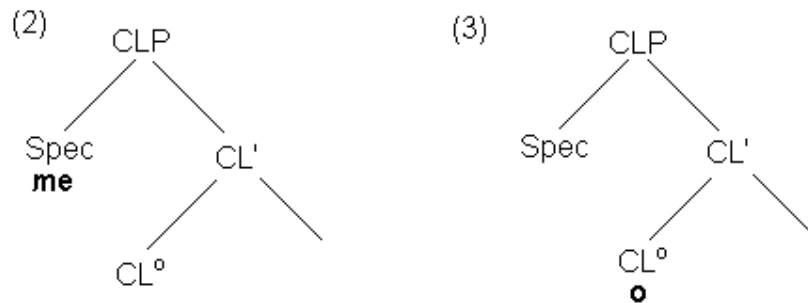
Quanto à primeira propriedade, assumimos que cada um dos clíticos é gerado em sua própria projeção, chamada de CLP: o é gerado em posição de núcleo, e os clíticos que compõem o primeiro grupo, em posição de Spec.

Para explicar o tipo de movimento realizado pelos clíticos consideraremos Rizzi (1993) e Belletti (1995) que assumem a idéia de que o clítico é um elemento misto (cf. Chomsky 1993), podendo se mover como sintagma e como núcleo. Partindo dessa concepção mostraremos que, dependendo do tipo de clítico e do tipo de sentença, no PB podemos ter movimentos mistos ou não.

Em relação à terceira propriedade, o lugar de pouso final do clítico e do verbo, assumiremos que o PB não aciona categorias funcionais acima de AgrSP, como defenderam Raposo (2000) e Galves (2001) ao explicar o português europeu. Levando em conta as análises de Kayne (1991), Rizzi (1993) e Belletti (1995), hipotetizaremos que, no PB, o clítico tem a possibilidade de completar a sua checagem de traços ou na projeção AgrSP, ou numa projeção mais baixa, em AspP, onde o verbo ao qual o clítico aparece ancorado também verifica seus traços.

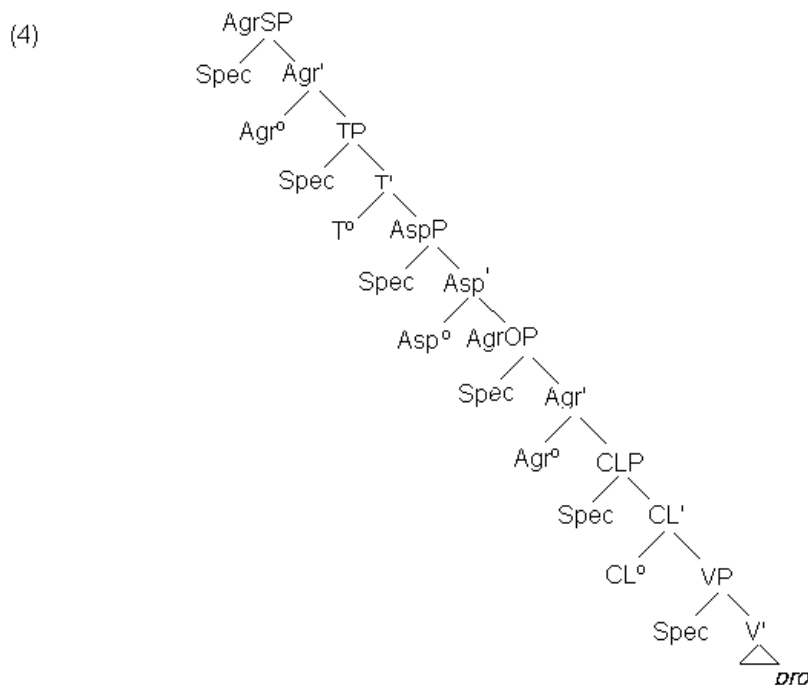
6.2. O ESTATUTO DOS CLÍTICOS NO PB

Com base em Raposo (1998), Franco (1999) e Sportiche (2000), postulamos (2) e (3) para explicar as diferenças de comportamento dos dois conjuntos de clíticos apresentados em (1):



Como vemos nestas representações, o *o* é gerado em posição de núcleo e o *me*, em posição de Spec.

Nas análises que apresentamos nos capítulos II e III vimos que os autores concordam que o clítico se move em função da necessidade de checagem de traços. Também assumiremos isso em nossa análise que procurará a partir de (4) explicar onde essa checagem se completa:



Nesta estrutura¹⁹, adaptada de propostas como as de Pollock (1989), Chomsky (1993), (1995), Rizzi (1993), Belletti (1995), Franco (1999), Sportiche (2000), entre outros, postularemos que os clíticos do PB poderão finalizar o seu movimento em três lugares diferentes: no núcleo de AgrSP, no Spec ou no núcleo de AspP²⁰, a depender do tipo de clítico e do tipo de sentença, como veremos nas seções seguintes.

¹⁹ Como se pode notar em (4), assumimos que o CLP é gerado acima de VP. Quando tal projeção for gerada, ocorrerá na posição interna de VP um elemento não-realizado foneticamente, conforme Sportiche (2001). No PB, tal elemento se realiza foneticamente em raras exceções, como a que vemos em (i):

(i) ?Eu **te** beijei você.

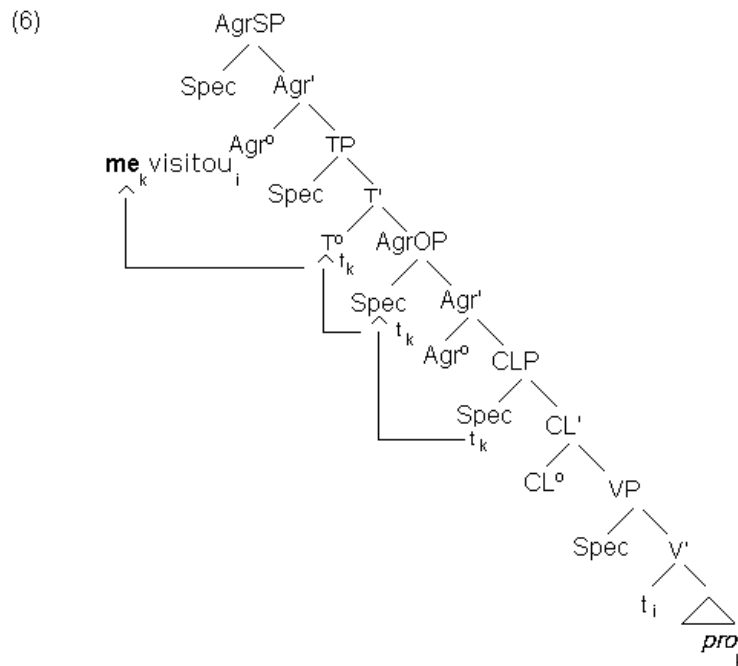
²⁰ Postulamos que é em AspP que os verbos infinitivos, gerúndios e participios completam a checagem de traços.

6.3. O TIPO DE MOVIMENTO REALIZADO PELOS CLÍTICOS DE PRIMEIRO GRUPO E AS SUAS POSIÇÕES FINAIS

Nas sentenças com um só verbo finito vimos que o clítico de primeiro grupo é licenciado na posição pré-verbal, como vemos no contraste repetido em (5):

- (5) a. Ele **me** visitou no hospital.
- b. ?Ele visitou-**me** no hospital.
- c. Ele nunca **me** encontrou na saída do colégio.
- d. *Ele nunca encontrou-**me** na saída do colégio.

Para as colocações de (5a) e (5c) assumimos que o clítico *me* realiza dois tipos de movimentos, conforme Chomsky (1993): um como sintagma e outro como núcleo, como representado na estrutura que se segue:



Observe-se que, como projeção máxima, o clítico se move da posição em que é gerado, o Spec de CLP, para o Spec de AgrOP, onde ele checa o traço acusativo (cf Rizzi (1993) e Belletti (1995)) numa configuração Spec-núcleo. A partir dali o clítico se move não mais como sintagma, mas sim como núcleo, passando por T° e se posicionando à esquerda do núcleo de AgrSP, onde o verbo finito checa os traços de concordância²¹. É, portanto, no núcleo de AgrSP que o clítico de primeiro grupo completa a sua checagem em sentenças com um só verbo finito.

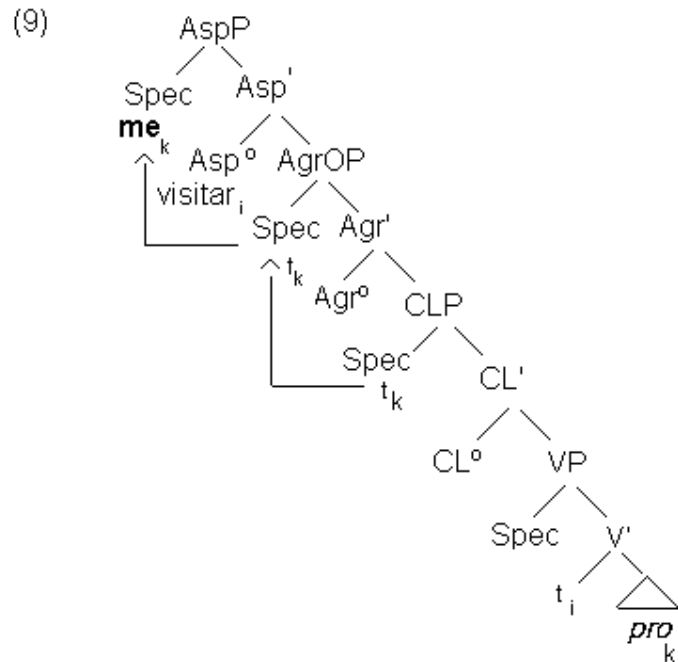
²¹ Essa mesma explicação pode abranger sentenças como (ia) e (ic), que ilustram a não-aplicação da lei Tobler-Mussafia:

- (i)
- a. **Me** parece que a Maria está insatisfeita.
 - b. ?Parece-**me** que a Maria está insatisfeita.
 - c. **Me** disseram que o João saiu.
 - d. ?Disseram-**me** que o João saiu.

Nas sentenças com um só verbo não-finito (7) e naquelas que apresentam mais de um verbo (8), também temos o clítico *me* em posição pré-verbal:

- (7)
- a. O João fez isso só para **me** magoar.
 - b. ?O João fez isso só para magoar-**me**.
 - c. A Maria viu o menino **me** beijando.
 - d. ?A Maria viu o menino beijando-**me**.
- (8)
- a. Ela quer **me** visitar nas férias.
 - b. ?Ela quer visitar-**me** nas férias.
 - c. Ela está **me** encontrando todos os dias.
 - d. ?Ela está encontrando-**me** todos os dias.
 - e. Ela tinha **me** encontrado na rua.
 - f. *Ela tinha encontrado-**me** na rua.

Diferentemente de uma sentença como (5a), por exemplo, onde o clítico se submete a um movimento misto para alcançar o verbo finito no núcleo de AgrSP, nos casos em que o clítico se posiciona antes do verbo em (7) e (8) postulamos que o clítico se move apenas como sintagma, condição esta que lhe possibilita passar pelo Spec de AgrOP e pousar no Spec de AspP, estabelecendo com o verbo não-finito, em Asp°, uma relação Spec-núcleo, como indica (9):



Assumimos que o clítico não estaciona em AgrOP porque ele não tem condições de completar a sua checagem de traços em tal projeção. A saída é movê-lo para uma posição mais alta: AspP, nos casos de (7a) e (8a), por exemplo; AgrSP, no caso de (5a), já que em sentenças com um só verbo finito AspP não é projetado.

Pelas estruturas apresentadas em (6) e (9) percebemos, portanto, dois tipos de cliticização. Enquanto nas sentenças com um só verbo finito o clítico e o verbo se encontram numa mesma posição, ambos no núcleo de AgrSP, nas sentenças com um só verbo não-finito e nas que apresentam dois ou mais verbos adjacentes os dois elementos estacionam em posições distintas: o clítico no Spec e o verbo no núcleo de AspP.

Um dos casos que contraria a regra apontada em (9) envolve o particípio passivo, como já mostramos anteriormente e podemos ver novamente em (10):

- (10) a. *Esta casa vai ser **me** dada de presente.
 b. *Esta casa está sendo **me** dada de presente.
 c. *Esta casa tinha sido **me** dada de presente.

Como se pode notar, o clítico *me* não pode ocorrer antes do particípio passivo²². Uma saída para explicar esse tipo de impossibilidade é postular que o particípio passivo é [+N] (ao contrário do italiano), não permitindo, assim, ao clítico ancorar ao seu lado. Em função disso, o clítico é obrigado a se mover para uma posição mais alta na estrutura oracional.

Todavia, não é em qualquer posição mais alta que a cliticização acontece em sentenças passivas. Vejamos (11), em contraste com (12):

- (11) a. *Esta casa vai **me** ser dada de presente.
 b. *Esta casa está **me** sendo dada de presente.
 c. *Esta casa tem **me** sido dada de presente
- (12) a. ??Esta casa **me** vai ser dada de presente.
 b. ??Esta casa **me** está sendo dada de presente.
 c. ??Esta casa **me** tem sido dada de presente.

Se o clítico não pode se amalgamar ao verbo principal [+N], então ele também não pode estacionar ao lado do verbo auxiliar intermediário, como indicam as sentenças agramaticais em (11). O clítico somente pode ocorrer adjacente ao verbo que carrega a flexão finita, como revela (12). Portanto, em sentenças

²² Vale lembrar que o clítico acusativo não pode ser licenciado em sentenças passivas, já que estas são inacusativas.

passivas, o único lugar em que o clítico pode realizar completamente a sua checagem de traços é no núcleo de AgrSP²³.

Em resumo, postulamos que o clítico do primeiro grupo se posiciona em diferentes lugares em sentenças com um só verbo finito, com um só verbo não-finito e em sentenças com mais de um verbo. No primeiro contexto o clítico finaliza o seu movimento no núcleo de AgrSP, à esquerda do verbo finito. Para esse posicionamento o clítico realiza um movimento misto, como sintagma e como núcleo. Nas sentenças com um só verbo não-finito e naquelas que apresentam mais de um verbo, a cliticização acontece numa posição mais baixa, em Spec de AspP. Para isso, o clítico se move apenas como sintagma. Nas sentenças passivas, o clítico não pode se incorporar nem ao particípio passivo, por ser [+N], nem ao verbo intermediário, já que a sua checagem de traços somente se completa, nesse tipo de sentença, ao lado do verbo finito, no núcleo de AgrSP.

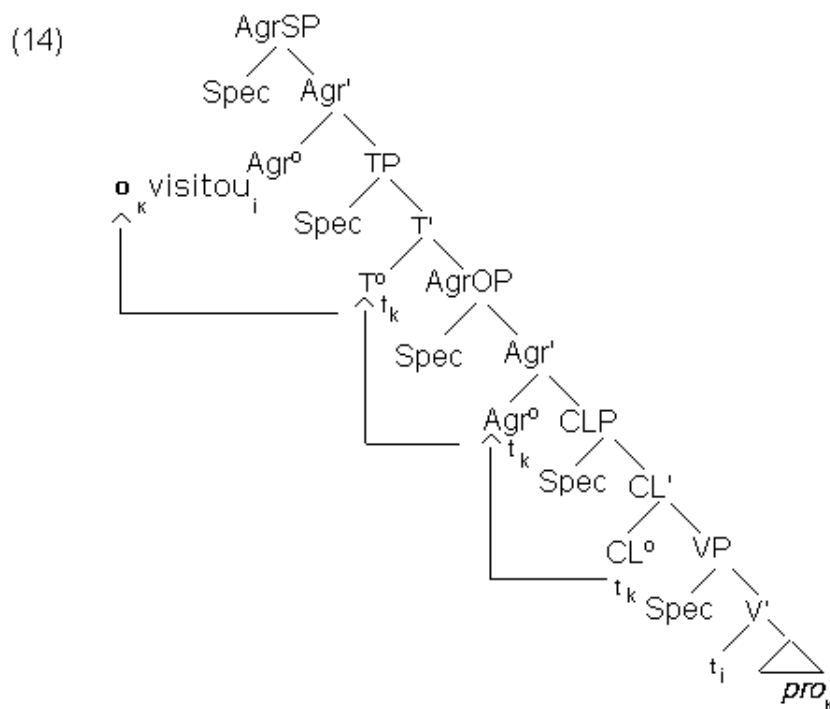
6.4. O TIPO DE MOVIMENTO REALIZADO PELOS CLÍTICOS DE SEGUNDO GRUPO E AS SUAS POSIÇÕES FINAIS

Como mostrado no capítulo V, em sentenças com um só verbo finito o posicionamento do clítico *o* é idêntico ao dos demais clíticos: ele ocorre antes do verbo. Comparemos (5) acima e (13) abaixo:

²³ Para as sentenças passivas, Galves (2001), capítulo 7, postula: a posição de especificador do sintagma aspectual contém o vestígio do objeto, que desencadeia a concordância com o particípio passado, e não está disponível para o clítico. Nesse caso, a única possibilidade é a adjunção a Infl, resultando em sentenças como as que temos em (12).

- (13) a. Ela **o** visitou no hospital.
 b. ?Ela visitou-**o** no hospital.
 c. Ele não **o** encontrou na saída do colégio.
 d. *Ele não encontrou-**o** na saída do colégio.

Apesar dessa semelhança entre os dois conjuntos de exemplos, os clíticos realizam movimentos distintos porque são de naturezas também distintas. O *o*, por ser gerado em posição de núcleo, só pode realizar movimento nuclear. É *o* que podemos observar em (14):



Note-se que o clítico se move do núcleo de CLP, passa por posições nucleares intermediárias, obedecendo a “Condição do Movimento do Núcleo” (*Head Movement Condition*) e se posiciona à esquerda do verbo finito, no núcleo de AgrSP. A checagem, nesse caso, se dá via núcleo-núcleo (cf. Rizzi (1993)).

Já nas sentenças com um só verbo infinitivo vimos que a distribuição dos clíticos é diferente daquelas em que o verbo apresenta flexão. O clítico *me* ocorre antes do verbo, como mostramos em (7), e o *o* depois do verbo, como se pode ver em (15b) e (15d):

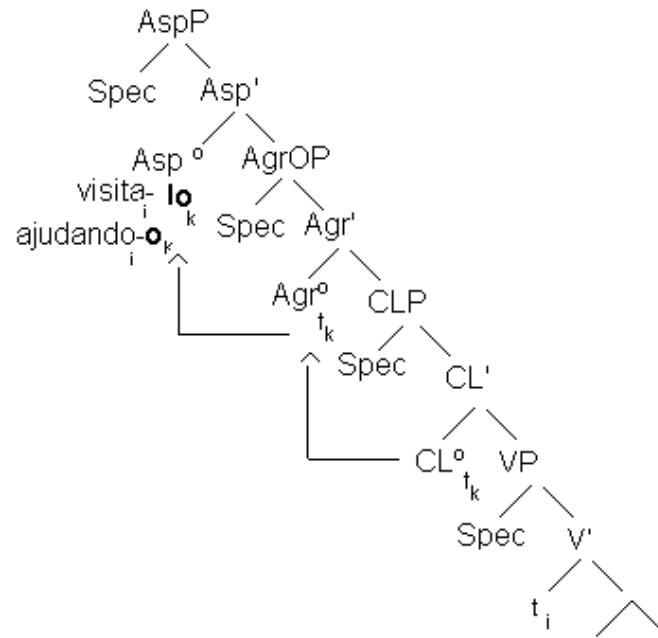
- (15) a. ??Para não **o** assustar, os soldados se retiraram.
 b. Para não assustá-**lo**, os soldados se retiraram.
 c. ??Com o intuito de **a** agradar, o João mandou flores.
 d. Com o intuito de agradá-**la**, o João mandou flores.

Para essa colocação pós-verbal postulamos que o clítico se move até o núcleo de AgrOP, onde checa o traço de acusativo, e em seguida se posiciona à direita do verbo que se encontra no núcleo de AspP. Por apresentar um /-r/ final em sua forma, o verbo infinitivo permite o licenciamento do *onset* líquido para o clítico, da mesma natureza fonológica do /-r/. Esse condicionamento fonológico, no entanto, não se verifica com o gerúndio. Vejamos (16b) e (16d):

- (16) a. *Ela viu a menina **o** beijando na testa.
 b. ?Ela viu a menina beijando-**o** na testa.
 c. ***O** ajudando, estarei realizando uma boa ação.
 d. ?Ajudando-**o**, estarei realizando uma boa ação.

Para as duas colocações pós-verbais ilustradas em (15) e (16) apresentamos (17):

(17)



Além desse tipo de posicionamento, o *o* também poderá ser licenciado em posição pré-verbal; porém, sempre à esquerda do verbo finito, como mostra o contraste entre (18) e (19):

- (18) a. *A Maria pode **o** encontrar naquele bar amanhã.
 b. *A Maria está **o** encontrando naquele bar nesse momento.
 c. *A Maria tinha **o** encontrado naquele bar ontem.
- (19) a. ??A Maria **o** pode encontrar naquele bar amanhã
 b. ??A Maria **o** está encontrando naquele bar nesse momento.
 c. ??A Maria **o** tinha encontrado naquele bar ontem.

As impossibilidades de (18) se explicam porque, ao contrário do clítico *me*, que se comporta como um elemento misto, o clítico *o* terá sempre o estatuto de

núcleo, não podendo assim ocorrer em posição de Spec; logo, o clítico não pode aparecer incorporado antes do verbo não-finito. A saída, então, é ele se movimentar para alcançar o verbo finito, como em (19). Para tanto, o o realiza apenas movimento nuclear.

Mas, como já vimos anteriormente e podemos ver novamente em (20), em sentenças com mais de um verbo, o melhor lugar para o clítico o ocorrer é sempre depois do verbo não-finito, exceto quando este for participio ativo, como ilustra (20c), contrastado com (19c) acima:

- (20) a. A Maria pode encontrá-**lo** amanhã.
 b. ?A Maria está esperando-**o** nesse momento.
 c. *A Maria tinha encontrado-**o** ontem.

Como em (19), em (20a) e (20b), o movimento a que o clítico se submete é o nuclear. A diferença é que no primeiro caso o clítico se encontra à esquerda do verbo finito; já no segundo, à direita do verbo não-finito.

Resumindo, por ser gerado como núcleo, o clítico o deverá realizar apenas movimento nuclear e ser licenciado também numa posição de núcleo. Nas sentenças com um só verbo finito ele pousa à esquerda do verbo, no núcleo de AgrSP. Com um só verbo não-finito e com dois ou mais verbos adjacentes, o clítico estaciona no núcleo de AspP, à direita do verbo. Além deste posicionamento, no último contexto o clítico poderá também ocorrer no núcleo de AgrSP, embora esta opção seja a menos usada no PB.

6.5. RESUMO DO SEXTO CAPÍTULO

Basicamente, três idéias foram consideradas para explicar o comportamento particular dos clíticos no PB. A primeira diz respeito ao estatuto categorial; a segunda ao tipo de movimento realizado pelo clítico; e a terceira, às posições finais em que o verbo e o clítico ocorrem na estrutura oracional.

No que se refere à primeira questão, assumimos que os clíticos do PB projetam, por vez em cada sentença, um CLP correspondente à sua natureza, podendo ser gerados ou no núcleo ou no Spec da respectiva projeção. O clítico *o* ilustra o primeiro caso e os clíticos do primeiro grupo, o segundo.

Por serem de naturezas distintas, explicamos que o movimento dos clíticos também é diferenciado. Dependendo do tipo de sentença no PB, os clíticos do primeiro grupo realizam dois tipos de movimentos: se for uma estrutura com dois ou mais verbos adjacentes o clítico se moverá apenas como sintagma. Esse mesmo movimento se verifica quando a sentença apresenta um único verbo não-finito. Se, por outro lado, for uma sentença com um único verbo finito, o clítico deverá realizar um movimento misto, em parte como projeção máxima e em parte como núcleo. Quanto ao clítico *o*, explicamos que, por ser gerado em posição de núcleo, ele realiza apenas um tipo de movimento: o nuclear.

Em relação à última idéia, a posição final do clítico e do verbo, explicamos que a cliticização ocorre em lugares distintos: no núcleo de AgrSP; no Spec ou no núcleo de AspP, a depender do tipo de clítico e de sentença.

No núcleo de AgrSP, o clítico de primeiro grupo e o de segundo ocorrem quando a sentença contém um só verbo finito. É nesse mesmo núcleo que os

clíticos dativos são licenciados quando a sentença é de natureza passiva. Em Spec de AspP, podemos ter apenas os clíticos de primeiro grupo quando as sentenças apresentam um só verbo não-finito e mais de um verbo.

Quanto ao clítico *o*, nas sentenças com um só verbo não-finito e nas sentenças com dois ou mais verbos adjacentes, ele é licenciado no núcleo de AspP, à direita do verbo. Se este for infinitivo, o clítico terá, fonologicamente, um *onset* superficializado. O mesmo não acontece com o gerúndio, já que não apresenta um /-r/ final em sua forma, condição necessária para a superficialização do *onset* líquido. Além de ocorrer no núcleo de AspP, o *o* poderá também ser licenciado numa posição mais alta nas sentenças com dois ou mais verbos adjacentes: no núcleo da projeção AgrSP.

O fato de os clíticos apresentarem estatutos diferenciados os leva, portanto, a realizarem movimentos distintos e a pousarem em posições também distintas, caracterizando dessa forma a sintaxe particular dos clíticos pronominais numa língua como o PB.

CONCLUSÃO

Conforme o que apresentamos neste trabalho, podemos concluir que os clíticos pronominais se caracterizam como elementos especiais na sintaxe das línguas em que eles ocorrem, principalmente numa língua como o PB.

Primeiramente vimos que o clítico, apesar de corresponder a um argumento interno de um verbo, não se comporta como um verdadeiro argumento como o DP lexical e o pronome tônico. Estes, por sua vez, também não se comportam como os clíticos, visto que estes elementos dependem fonologicamente de uma base verbal e formam juntamente com ela um domínio prosódico, impedindo que entre eles ocorram elementos de outra natureza.

Ainda no primeiro capítulo, descrevemos também alguns fenômenos que envolvem os clíticos em algumas línguas românicas. O primeiro é a interpolação, caracterizada pela quebra de adjacência entre o clítico e o verbo. O segundo diz respeito ao impedimento de o clítico ocorrer na posição inicial da sentença, restrição conhecida como lei Tobler-Mussafia. O terceiro fenômeno, chamado de aglomeração de clíticos, ilustra a possibilidade de mais de um clítico ocorrer amalgamado a um mesmo verbo da sentença. E, por último, os casos de redobramento pelo clítico, situações em que o clítico ocorre simultaneamente com um argumento numa mesma sentença.

No segundo capítulo, apresentamos três análises: a de Raposo (1998), a de Franco (1999) e a de Sportiche (2000). Os três autores discutem a respeito do estatuto categorial do clítico, da posição em que tal constituinte é gerado e da razão que motiva o movimento dele para junto de um verbo.

No tocante à primeira questão, Raposo (1998) defende a idéia de que o clítico acusativo de terceira pessoa é um determinante em virtude de sua semelhança com o artigo definido. Para Franco (1999), o clítico é um tipo de afixo que projeta a sua própria estrutura: um AgrOD se for acusativo, um AgrOI se for dativo. Proposta semelhante a esta é a de Sportiche (2000), com a diferença de que o clítico projeta um *CliticP*.

Em relação ao lugar de origem, os três autores defendem a idéia de que o clítico é gerado em posição nuclear: no núcleo de *DP*, conforme Raposo, no núcleo de *Agr*, de acordo com Franco, e no núcleo de *CliticP*, nos moldes de Sportiche. Eles também concordam que é a necessidade da checagem de traços que obriga o clítico a sair da posição em que é gerado e se mover para junto de uma base verbal.

No terceiro capítulo, mais análises foram destacadas com o intuito de explicar o tipo de movimento realizado pelo clítico e o seu posicionamento final, bem como o do verbo. São as propostas de: Kayne (1991), Rizzi (1993) e Belletti (1995), Uriagereka (1995), Raposo (2000) e Galves (2001).

Para Kayne, o clítico se adjunge à esquerda de um núcleo funcional: T abstrato ou um outro núcleo funcional que hospede o verbo. Para Rizzi e Belletti o clítico se move para a projeção de AgrOP e, em seguida, se move e se posiciona ao lado do verbo no núcleo de AgrSP. Já Uriagereka, Raposo e Galves defendem a idéia de que o clítico pode ou não pousar numa posição periférica. Para os dois primeiros, em FP; para a última autora, em CP.

No que se refere aos posicionamentos finais do clítico, Kayne assume a idéia de que posição natural desse elemento é a pré-verbal. No outro caso, em

que o clítico ocorre depois do verbo, há um movimento suplementar deste último constituinte.

Rizzi e Belletti explicam que tanto o clítico quanto o verbo finalizam o seu movimento em AgrSP, por exemplo numa língua como o italiano. No caso do verbo finito, ele somente se completa morfológicamente no núcleo de AgrSP, devendo assim o clítico se posicionar à esquerda dele. A incorporação do clítico à direita do verbo finito em AgrSP não pode ocorrer porque a checagem morfológica do verbo é interrompida. Isso não acontece, entretanto, com o verbo não-finito, que tem o clítico à sua direita. Tal verbo checa os seus traços numa posição abaixo de AgrOP e, dessa forma, o clítico poderá se amalgamar a ele quando realiza o movimento suplementar.

No caso da próclise em línguas como o galego e o espanhol, Uriagereka postula que o clítico se encontra no núcleo de FP e o verbo abaixo de tal posição. Na ênclise, tanto o clítico quanto o verbo se encontram no núcleo de FP, pois em ambas as línguas FP é ativado antes de *Spell-out*. Numa língua como o francês, em que a projeção FP é ativada apenas depois de *Spell-out*, o clítico é licenciado numa posição mais baixa.

Para Raposo, no português europeu o clítico se adjunge ao núcleo de FP. Quando ele aparece em posição pré-verbal, o verbo permanece no núcleo de IP. Com a ênclise, o verbo também é obrigado a se mover para FP, mais especificamente para o Spec desta projeção.

Como Uriagereka e Raposo, Galves também explica que o clítico pousa numa posição periférica: CP ou um Agr associado a CP. No PCL o complexo V+I e o clítico se movem para o núcleo de CP, já que é uma língua que apresenta características do fenômeno V2. No PE, o complexo V+I e o clítico

se movem para o Agr associado a CP. Conforme a autora, próclise e ênclise são determinadas de acordo com a natureza do elemento licenciado em CP.

No quarto capítulo, apresentamos alguns resultados quantitativos de estudos diacrônicos e sincrônicos com o intuito de apontar as principais mudanças que afetaram o sistema de clíticos do PB. São mudanças referentes ao posicionamento e ao uso dos clíticos. O mais afetado é o clítico acusativo de terceira pessoa que passou a ser substituído por formas alternativas como o pronome tônico e o objeto nulo. Para Nunes (1993), o desaparecimento de tal clítico se deve à mudança na direção da cliticização que, atualmente, é da esquerda para a direita, não permitindo assim o licenciamento do *onset* do clítico acusativo de terceira pessoa. Para Galves (2001), o desaparecimento deste clítico é uma consequência do enfraquecimento do elemento de concordância no PB.

No quinto capítulo, voltamos a nossa atenção para o posicionamento dos clíticos no PB. A fim de mostrar as particularidades que envolvem tais elementos, nós os distribuímos em dois conjuntos: o primeiro é composto pelos clíticos *me, te, lhe, se, lhe, e nos*, e o segundo, pelo clítico *o*.

A descrição mostrou que os clíticos de primeiro grupo ocorrem normalmente antes do verbo, finito ou não finito, nos mais variados contextos sintáticos. O que mais chama a atenção no PB é a colocação do clítico nas sentenças com dois ou mais verbos adjacentes. Ele ocorre antes do verbo não-finito, exceto com o particípio passivo que também não admite a colocação do clítico à sua direita. Com a presença do passivo, a única opção de posicionamento do clítico é antes do verbo finito mais alto.

Quanto ao clítico *o*, ele também é licenciado na posição pré-verbal em sentenças com um só verbo finito. Nas sentenças com um só verbo não-finito e em sentenças com dois ou mais verbos adjacentes o clítico é licenciado na posição pós-verbal. Se o verbo for infinitivo, além de ele perder o /-r/ final da sua forma, é favorecido o aparecimento do *onset* líquido do *o*. O mesmo não acontece quando o verbo ao qual o clítico se incorpora for o gerúndio.

Além dessa descrição, mostramos que no PB dois objetos não podem ser cliticizados numa mesma sentença. Também vimos que não há restrição quanto ao fato de os clíticos de primeiro grupo ocorrerem em posição inicial de sentença.

Com base no aparato teórico da Gramática Gerativa, fornecemos, no sexto capítulo, uma explicação para as principais particularidades do posicionamento dos clíticos no PB. Postulamos que as diferenças verificadas entre os clíticos de primeiro e segundo grupo são decorrentes do fato de eles serem gerados em lugares distintos e, por isso, se submetem a movimentos também distintos. Além disso, cada um finaliza em uma determinada posição na estrutura oracional.

Quanto ao lugar de origem, assumimos que o clítico é gerado na projeção CLP. O *me* é gerado no Spec e o *o* no núcleo de tal projeção.

Ao assumir a idéia de que os clíticos do PB são gerados em diferentes lugares, explicamos que o primeiro clítico pode se mover como sintagma e como núcleo em sentenças com um só verbo finito. Ele se move como sintagma até o Spec de AgrOP e, dali em diante, como núcleo, pousando à esquerda do verbo finito que se encontra no núcleo de AgrSP. Já nas sentenças com um só verbo não-finito e nas sentenças com dois ou mais

verbos adjacentes, o *me* realiza apenas um tipo de movimento: ele se move como sintagma até o Spec de AgrOP e, em seguida, pousa no Spec de AspP. Quanto ao verbo, ele checa seus traços no núcleo desta mesma projeção.

Diferentemente do clítico *me*, o *o* se movimenta apenas como núcleo, desde a sua posição de origem até a sua posição final. Hipotetizamos que, nas sentenças com um só verbo finito, ele também se adjunge ao núcleo de AgrSP quando o posicionamento for o pré-verbal. Nas sentenças com um só verbo não-finito e nas que apresentam dois ou mais verbos adjacentes ele checará traços à direita do verbo no núcleo de AspP.

Portanto, em PB, a cliticização pode acontecer em três lugares distintos, a depender do tipo de clítico e do tipo de sentença: no núcleo de AgrSP, no Spec ou no núcleo de AspP. Estas opções de posicionamento é que explicam a sintaxe particular dos clíticos no PB.

Com estas explicações, com o quadro descritivo do quinto capítulo, e com todas as outras informações apresentadas nos outros capítulos, esperamos ter desvendado um pouco os mistérios que envolvem o fenômeno da cliticização.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BAKER, M. "Incorporation: A Theory of Grammatical Function Changing". Chicago: University of Chicago Press. 1988.
- BARBOSA, P. "Clitic Placement in European Portuguese and the Position of Subjects". In: *Approaching second: Second Position Clitics and Related Phenomena*. MIT, CSLI Publications. 1996.
- BELLETTI, A. *Generalized Verb Movement: Aspects of Verb Syntax*. Rosenberg & Sellier, Torino. 1990.
- _____. "Italian/Romance Clitics: Structure and Derivation". 1995.
- BENINCÀ, P. & CINQUE, G. "Su alcune differenze fra enclisi e proclisi". In: *Omaggio a Gianfranco Folena*. Padova: Editoriale Programma. 1993.
- _____. "Complement clitics in Medieval Romance: the Tobler-Mussafia law". In: Adrian Battye & Ian Roberts. (eds.). *Clause structure and language change*. New York, Oxford. 1995.
- BIANCHI, V. & FIGUEIREDO SILVA, M.C. "On Some Properties of Agreement – Object in Italian and in Brazilian Portuguese". In: Mazzola, M. *Issues and Theory in Romance Linguistics*. Georgetown University Press. Washington. 1994, p. 181-197.
- CARDINALETTI, A. & STARKE, M. "The Typology of Structural Deficiency". Università di Venezia, Université de Genève. 1994.
- _____. "Pronouns: A view from Germanic". 1994.
- CHOMSKY, N. *Lectures on Government and Binding*. Dordrecht, Foris. 1981.
- _____. "A Minimalist Program for Linguistic Theory". In: *Occasional Papers in Linguistics 1*. MIT. 1993.
- _____. "Bare Phrase-Structure". In: Webelbuth, G. (org.). *Government and Binding Theory and the Minimalist Program*. Cambridge: MIT Press. 1995, p. 383-439.
- _____. *The Minimalist Program*. Cambridge: MIT Press. 1995.

- COAN, M. & SILVEIRA, G. "Construções com clíticos na fala de Florianópolis e Chapecó". In: *Anais do 1º encontro do CelSul*. Florianópolis. 1997, p.577-585.
- CORRÊA, V. R. *Objeto Nulo no Português do Brasil*. Dissertação de mestrado, Unicamp. 1991.
- CUNHA, C. & CINTRA, L. *Nova Gramática do Português Contemporâneo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira. 1985.
- CYRINO, S.M.L. "Observações sobre a mudança diacrônica no português do Brasil: objeto nulo e clíticos". In: Roberts, I. & Kato, M. A. (orgs). *Português Brasileiro: Uma viagem diacrônica*. Campinas, SP: Editora da Unicamp. 1993, p.163-184.
- _____. "O objeto nulo no português do Brasil: uma mudança paramétrica?" ms., Unicamp. 1990.
- DUARTE, M. E. L. *Variação e Sintaxe: Clítico Acusativo, Pronome Lexical e Categoria Vazia no Português do Brasil*. Dissertação de mestrado, PUCSP. 1986.
- DUARTE, M. I. *A construção de Topicalização na Gramática do Português: Regência, Ligação e Condições sobre o Movimento*. Dissertação de Doutorado. Universidade de Lisboa. 1987.
- EVERETT, D, L. *Why there are no Clitics: An alternative perspective on pronominal allomorphy*. Summer Institute in Linguistics. University of Texas at Arlington. Nº 123. 1996.
- FAGUNDES, E. D. *Ocorrências de objeto direto e indireto nas três capitais do Sul do Brasil: clíticos, pronomes lexicais e ausência de preenchimento*. Dissertação de mestrado. UFP, Curitiba. 1997.
- FIGUEIREDO SILVA, M. C. *A posição do sujeito no português brasileiro: frases finitas e infinitivas*. Campinas, SP: Editora da Unicamp. 1996.
- FRANCO, J. Agreement as a Continuum: The Case Spanish Pronominal Clitics. In: *Clitic Phenomena in European Languages*. Org. Frits Beukema e Dikken, Marcel den. 1999, 147-189.

- FRITS, B. & DIKKEN, M. d. *Clitic Phenomena in European Languages*. 1999.
- GALVES, C. "O objeto nulo no português brasileiro: percurso de uma pesquisa". In: *Cadernos de Estudos Lingüísticos XVII*. Campinas: IEL/Unicamp. 1989.
- _____. "O enfraquecimento da concordância no PB". In: *Português Brasileiro: Uma viagem diacrônica*. Campinas, SP: Editora da Unicamp. 1993, p.387-408.
- _____. "Do Português Clássico ao Português Europeu Moderno: uma análise minimalista". In: *Estudos Lingüísticos e Literários*. Salvador: UFBA. 1997, p.105-128.
- _____. *Ensaio sobre as gramáticas do português*. Campinas, SP: Editora da Unicamp. 2001.
- GALVES, C. & ABAURRE, M. B. M. "Os clíticos no português brasileiro: elementos para uma abordagem sintático-fonológica". In: Castilho, A. T. de & Basílio, M. (orgs). *Gramática do Português Falado*. Campinas, SP: Editora da Unicamp/FAPESP. 1996, p. 273-319.
- GERLACH, B. "Restrictions on Clitic Sequences and Conditions on the Occurrence of Clitics in Romance." Mimeo.1998.
- GOLDSMITH, J. A. *Autosegmental & metrical phonology*. Cambridge: Basil Blackwell. 1990.
- GROPPI, M. "Ainda os clíticos: argumentos e adjuntos". In: *Anais do II Congresso Nacional da ABRALIN*. 2000.
- JAEGGLI, O. *Topics in Romance Syntax*. Dordrecht: Foris. 1982.
- KAYNE, R. *French Syntax: The Transformational Cycle*. Cambridge: MIT Press. 1975.
- _____. "Null Objects and Clitic Climbing". In: Jaeggli, O. & Safir K. (eds). *The Null Subject Parameter*. Kluwer, Dordrecht. 1989.
- _____. "Romance Clitics, Verb Movement and PRO". In: *Linguistic Inquiry*. 22, 1991, p. 647-686.

- KOK, Ans de. *La Place du Pronom Personnel Régime Conjoint en Français: Une Etude Diachronique*. Rodopi, Amsterdam. 1985.
- KOOPMAN, H. "Licensing heads. In: *Verb movement*. Ed. Norbert Hornstein and David Lightfoot. Cambridge University Press. 1994, p. 261-296.
- LUIZE, T. B. *Entre o português europeu e o português brasileiro: o falar açoriano de Florianópolis*. Dissertação de mestrado, UFSC. 1997.
- MARANTZ, A. "The Minimalist Program". In: Webelbuth, G. (ed). *Government and Binding Theory and the Minimalist Program*. Cambridge: MIT Press. 1995, p. 349-382.
- MARTINS, A. M. *Clíticos na História do Português*. Tese de doutorado. Universidade de Lisboa. 1994.
- MENUZZI, S. & VIDOR, D. "Pronomes como Determinantes: algumas propriedades do elemento interrogativo QUE em Português Brasileiro". Mimeo. 1999.
- MIOTO, C. *Negação sentencial no português brasileiro e Teoria da Gramática*. Tese de Doutorado, Unicamp. 1992.
- _____; FIGUEIREDO SILVA, M. C; LOPES, R. E. V. *Manual de Sintaxe*. Florianópolis: Insular. 1999.
- MONTEIRO, J. L. *Pronomes pessoais*. Fortaleza: edições UFC. 1994.
- NUNES, J. "Direção de cliticização, objeto nulo e pronome tônico na posição de objeto em português brasileiro". In: Roberts, I. & Kato, M. A. (orgs). *Português Brasileiro: Uma viagem diacrônica*. Campinas, SP: Editora da Unicamp. 1993, p. 207-222.
- _____. A Phonological Hypothesis about Clitic Disappearance in Brazilian Portuguese. Mimeo. [?]
- PAGOTTO, E. G. *A posição dos clíticos em português: um estudo diacrônico*. Dissertação de mestrado, Unicamp. 1992.

- _____. "Clíticos, mudança e seleção natural". In: Roberts, I. & Kato, M. A. (orgs). *Português Brasileiro: Uma viagem diacrônica*. Campinas, SP: Editora da Unicamp. 1993, p.185-206.
- PEREIRA, M. das G. D. *A Variação na Colocação dos Pronomes Átonos no Português do Brasil*. Dissertação de mestrado, PUCRJ. 1981.
- PERLMUTTER, D. *Deep and Surface Structure Constraints in Syntax*. Holt, Rinehart and Winston, New York. 1972.
- POLLOCK, J. Y. "Verb-Movement, UG and the Structure of IP". In: *Linguistic Inquiry*. 20, 1989, p. 365-424.
- POSTAL, P. "On so-called "pronouns"". In: David Reibel and Sanford Schane (eds). *Modern studies in English*. Englewood Cliffs, N. J.: Prentice-Hall. 1966, p. 201-224.
- RAPOSO, E. P. "Da Teoria de Princípios e Parâmetros ao Programa Minimalista: Algumas Idéias-Chave". Manuscrito. 1998.
- _____. "Determinantes e Pronomes em Português (Europeu)". *Hand out* do curso ministrado na PUCRS, agosto de 1998.
- _____. "Clitic Positions and Verb movement". In: Costa, J. (org). *Portuguese Syntax: New Comparative Studies*. Oxford: Oxford University Press. 2000, p. 266-297.
- _____. "Objetos Nulos e CLLD: Uma teoria unificada". [2001?]
- RIBEIRO, I. "Algumas reflexões sobre a atuação da Lei Tobler-Mussafia no português arcaico". In: *Estudos lingüísticos e literários*. 1996, p. 187-198.
- RIVAS, A. *Theory of clitics*. MIT. 1977.
- RIZZI, L. *Relativized Minimality*. Cambridge: The MIT Press. 1990.
- _____. "Residual Verb Second and the Wh Criterion". *Technical Reports in Formal and Computational Linguistics*. Université de Genève. 1991.
- _____. "Some Notes on Romance Cliticization". Ms. Univerité de Genève. 1993.

- _____. "The fine structure of the left periphery". Université de Genève. In: Haegeman, I. (ed). *Elements of Grammar*. Kluwer Academic Publishers. 1997, p. 281-337.
- ROBERTS, I. & KATO, M. A. (orgs). *Português Brasileiro: Uma viagem diacrônica*. Campinas, SP: Editora da Unicamp. 1993.
- SPORTICHE, D. "Structural invariance and Symmetry in Syntax". MIT. 1983.
- _____. *Partitions and Atoms of Clause Structure: Subjects, agreement, case and clitics*. Routledge leading Linguistic. 2000.
- _____. "Movement, Agreement and Case". UCLA. 1990.
- _____. "Clitic Constructions". UCLA. 1992.
- STROZER, J. "Clitics in Spanish". UCLA. 1976.
- SILVEIRA, G. *O comportamento sintático dos clíticos no português brasileiro*. Dissertação de mestrado. Florianópolis: UFSC. 1997.
- _____. "Algumas propriedades dos clíticos". In: *Anais do 2º encontro do Ce/SUL*. Florianópolis. 1999, p. 577-585.
- _____. "A sintaxe e o sistema de clíticos do PB em duas épocas". UFSC. 1999.
- _____. "Os clíticos no português brasileiro: uma abordagem minimalista". In: *Anais do II Congresso Nacional da ABRALIN*. Florianópolis. 2000.
- _____. "A realização variável do objeto indireto (dativo) na fala de Florianópolis". *Letras de Hoje*. Porto Alegre: EDIPUCRS. V.35, nº 1, 2000, p.189-207.
- TORRES MORAIS, M. A. C. R. *Do português clássico ao português europeu moderno: um estudo da cliticização e do movimento do verbo*. Tese de doutorado. Unicamp. 1995.
- URIAGEREKA, J. "An F position in Western Romance". Paper presented at the GLOW Colloquium, University of Lisbon, April 1992.
- _____. "Aspects of the Syntax of Clitics Placement in Western Romance". *Linguistic Inquiry*. 26,1, 1995, p. 79-123.

VERÍSSIMO, L. F. *Comédias para se ler na escola*. Rio de Janeiro: objetiva, 2001, p. 65-66.

WILLIAMS. "On the Notions 'Lexically Related' and 'Head of a Word'". *Linguistic Inquiry*. 12, 1981, 245-274.

ZUBIZARRETA, M.L. *Prosody, focus, and word-order*. Cambridge (MA): MIT Press, 1998.

ZWICKY, A. *On Clitics*. Bloomington: Indiana University Linguistics Club. 1977.

_____. "Clitics and particles". In: *Language*. 61, 1985, p. 283-305.